



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA**

**SABER E PODER NO ENSINO DE FILOSOFIA NA EJA: UMA PERSPECTIVA
FOUCAULTIANA**

POLIANA COELHO DOS SANTOS

PETROLINA/PE

2025

POLIANA COELHO DOS SANTOS

**SABER E PODER NO ENSINO DE FILOSOFIA NA EJA: UMA PERSPECTIVA
FOUCAULTIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Filosofia – PROF-FILO, do Curso de Mestrado em Filosofia Profissional, pelo Instituto Federal do Sertão de Pernambuco – IFSertãoPE, Campus de Petrolina-PE, para a obtenção do título de Mestra em Filosofia Profissional.

Orientador: Dr. Cristiano Dias da Silva.

PETROLINA/PE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237 Santos, Poliana Coelho dos.

Saber e poder no ensino de filosofia na eja: uma perspectiva foucaultiana / Poliana Coelho dos Santos. - Petrolina, 2025.
109 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Filosofia) -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Cristiano Dias da Silva.

1. Filosofia. 2. Saber. 3. Poder. 4. Michael Foucault. 5. Eja/Ensino médio. I. Título.

CDD 100

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

CRISTIANO DIAS DA SILVA

Data: 04/05/2025 18:49:33 -0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Orientador Dr. Cristiano Dias da Silva



Documento assinado digitalmente

SEBASTIAO FRANCISCO DE ALMEIDA FILHO

Data: 19/05/2025 08:55:40 -0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Examinador interno: Prof. Dr. Sebastião Francisco de Almeida Filho



Documento assinado digitalmente

VALTER CEZAR ANDRADE JUNIOR

Data: 14/05/2025 14:32:33 -0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Examinador interno: Dr. Valter Cezar Andrade

Ana Maria de Carvalho

Assinado de forma digital por Ana

Maria de Carvalho

Data: 2025.05.09 18:53:04 -0300

Examinador externo: Dra. Ana Maria de Carvalho

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha eterna gratidão, por me permitir a realização desse sonho e por sentir sua presença em todos os momentos da minha vida, me abençoando e sempre colocando anjos no meu caminho.

À toda a minha família, por ser minha base, meu alicerce, por ser presente de Deus e por sempre estar ao meu lado, me apoiando incondicionalmente e de forma incansável ao longo da caminhada acadêmica.

Ao meu orientador, o professor Dr. Cristiano Dias da Silva, pelas excelentes colaborações e confiança no meu trabalho desde de o início e por ter aceitado o desafio de defendê-lo junto comigo com tanto zelo e cuidado sempre à disposição todas as vezes solicitado em tempo hábil.

Ao professor Dr. Valter Andrade pelas relevantes contribuições na orientação deste trabalho; eterna minha gratidão.

A todos e a todas que fazem parte da coordenação do mestrado, em especial ao professor Dr. Gabriel Kafure que sempre se dispõe humanamente a ajudar todos e a todas e sempre prestativo para resolver todas as questões burocráticas e administrativas para a manutenção do desenvolvimento do mestrado profissional

Aos demais professores, André Ricardo Santos Dias, Cristiano Dias da Silva Eduardo Barbosa Vergolino, Gabriel Kafure da Rocha, José Aldo Camurça de Araújo Neto, Valter Andrade, Williard Scorpion Pessoa, Enfim a todos os professores que contribuíram e participaram desta pesquisa no decorrer do curso por toda dedicação e partilhas de conhecimentos.

Aos meus colegas, em especial, à Rita Martins, por todas as colaborações, contribuições, reflexões e partilhas de conhecimento filosófico e pelo apoio, incentivo onde ninguém soltou a mão de ninguém, amizade e colaboração ao longo do curso.

Aos meus pais.

Precisamos resolver nossos monstros secretos, nossas feridas clandestinas, nossa insanidade oculta. Não podemos nunca esquecer que os sonhos, a motivação, o desejo de ser livre nos ajudam a superar esses monstros, vencê-los e utilizá-los como servos da nossa inteligência. Não tenha medo da dor, tenha medo de não a enfrentar, criticá-la, usá-la.

Michel Foucault.

RESUMO

A temática com que esta Dissertação de Mestrado se ocupou abordou o saber-poder no ensino de Filosofia na EJA: uma perspectiva foucaultiana. Tomou-se por objetivo geral investigar o pensamento de Michel Foucault sobre saber e poder. Nos percursos metodológicos, a pesquisa bibliográfica, ao apoio de diferentes autores com as respectivas publicações, e observações da própria autora da Dissertação sobre a realidade da Unidade Escolar Manoel Ribeiro, Ipiranga do Piauí/PI. As atenções se envolveram com a VI Etapa da EJA/Ensino Médio da escola em questão, verificando o material didático nos seus conteúdos sobre Michel Foucault. Destacou-se também a publicação *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, de autoria foucaultiana, para as reflexões sobre autoridade, controle e educação institucional e social nos moldes da escola e do mundo contemporâneo. Reafirmaram-se as convicções de Foucault no que se fale em homem-sujeito individual e em homem-parte da sociedade, quando se argumentou a capacidade humana de adquirir conhecimento e de conviver com as relações de poder. Reconheceu-se que a escola não tem a obrigação de partidarizar as opiniões dos seus alunos, mas ela se constitui como uma instituição libertadora. O público-alvo da EJA extraia da escola contemporânea a capacidade para a formação que lhe disponha autonomia, criticidade e a intelectualidade.

Palavras-chave: Saber-poder. Michel Foucault. EJA/Ensino Médio.

ABSTRACT

The theme of this Master's Dissertation addressed knowledge-power in the teaching of Philosophy in EJA: a Foucaultian perspective. The general objective was to investigate Michel Foucault's thinking on knowledge and power. In the methodological paths, bibliographical research, with the support of different authors with their respective publications, and observations by the author of the Dissertation herself on the reality of the Manoel Ribeiro School Unit, Ipiranga do Piauí/PI. The attention was focused on the VI Stage of EJA/High School of the school in question, verifying the teaching material in its contents on Michel Foucault. Also highlighted was the publication discipline and Punish: Birth of Prison, by Foucaultian authorship, for reflections on authority, control and institutional and social education in the molds of school and the contemporary world. Foucault's convictions were reaffirmed regarding man as an individual subject and man as part of society, when he argued for the human capacity to acquire knowledge and to live with power relations. It was recognized that schools do not have the obligation to partisanize the opinions of their students, but that they are a liberating institution. The target audience of EJA should extract from contemporary schools the capacity for education that provides them with autonomy, critical thinking and intellectuality.

Keywords: Knowledge-power. Michel Foucault. EJA/High School.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT SOBRE SABER E PODER	16
1.1 Michel Foucault e o saber	18
1.2 Michel Foucault e o poder	23
1.3 O conhecimento no saber-poder da filosofia foucaultiana	29
1.4 As elaborações discursivas no saber-poder de Michel Foucault	33
2 O SABER-PODER FOUCAULTIANO POR OUTROS PENSADORES	35
2.1 Friedrich Nietzsche e a sua relação filosófica com Michel Foucault	38
2.2 Gilles Deleuze e a sua relação com a filosofia foucaultiana	42
2.3 A ontologia de Karl Marx e a epistemologia de Michel Foucault	45
2.4 O anarquismo de Noam Chomsky diante do saber-poder foucaultiano	49
2.5 Distinguindo o saber-poder foucaultiano do educador Paulo Freire	52
2.6 Sigmund Freud e a sua psicanálise na filosofia de Michel Foucault	56
3 O SABER-PODER FOUCAULTIANO NA PEDAGOGIA DA EJA/ENSINO MÉDIO	58
3.1 O panóptico na pedagogia da EJA do Brasil-escola da Contemporaneidade	61
3.2 A filosofia foucaultiana no currículo da EJA/Ensino Médio	67
3.3 O saber-poder foucaultiano dentro do espaço escolar	74
4 UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA A PARTIR DOS TRABALHOS FOUCAULTIANOS SOBRE O SABER-PODER	79
4.1 A arqueologia do saber e as formações discursivas	80
4.2 A ordem do discurso e o procedimento da interdição	83
4.3 Natureza Humana. Justiça vs. Poder: o debate entre Chomsky e Foucault	86
4.4 Os micropoderes por Michel Foucault em Microfísica do poder	89
4.5 Analisando o saber-poder em Vigiar e punir: nascimento da prisão	92
4.6 O saber-poder foucaultiano no biopoder e na genealogia do poder	95
4.7 O saber-poder foucaultiano em Filosofia na EJA/Ensino Médio da Unidade Escolar Manoel Ribeiro, em Ipiranga do Piauí/PI	98

4.8 Sequência de ações ao manejo dos trabalhos filosóficos de Michel Foucault	
.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

A história da humanidade, desde o início das civilizações, se constituiu por um princípio de hierarquia entre os homens, cuja dominação do poder já se apresentava no cotidiano dos contextos demográficos em formação e nas organizações sociais que iam regendo os agrupamentos urbanos de cada época. As percepções de autoridade, hierarquia, liderança, poder e saber acompanham a própria existência humana, quando levados em conta os tempos pré-históricos, nas investigações sobre a origem do homem e a sua evolução física, histórica, política e social ao longo do tempo.

As práticas de poder se desenvolveram como uma realidade nas sociedades primitivas até a Contemporaneidade, nas formalizações das civilizações, quando iam surgindo entidades detentoras de poderes, quer sejam os núcleos familiares, ou a religião, a política, os sistemas econômicos. Já na Idade Contemporânea, no século XX, surge o filósofo francês Michel Foucault (1926-1983), inspirado por Nietzsche,¹ com as preocupações voltadas para o sujeito, revolucionando o conceito de poder, ao analisá-lo de uma maneira mais detalhada e reflexiva.²

Entre os assuntos que preenchem o acervo filosófico de Foucault estão as reflexões que ele elabora sobre o saber-poder, numa defesa argumentativa de que a aquisição do saber deriva de algo aprendido, treinado e que, nos caminhos do ensino, se torna universalmente acessível, já o poder se impõe com um fenômeno com força própria e flutuante, acima de qualquer instituição ou de qualquer sujeito em particular, ainda que o saber seja também uma forma de poder (Bordin, 2014).

Questiona-se com as atenções na abordagem temática: que explicações há em Michel Foucault em relação ao saber-poder dentro do universo filosófico que o assenta histórica e reflexivamente? Como o saber-poder foucaultiano se insere na formação pedagógica da EJA/Ensino Médio, em se tratando de conteúdos e de discussões em

¹ O pensador prussiano Friedrich Wilhelm Nietzsche é de fato um influenciador de Michel Foucault, apesar de cada um estabelecer as próprias observações do mundo e dos assuntos com que filosofou (vide RIBAS, Thiago Fortes. O Nietzsche de Foucault, o Foucault de Nietzsche. **Revista Estudos Nietzsche**. v. 5. n. 1. p. 52-77. Curitiba, jan./jun./2014).

² “A trajetória filosófica de Foucault encontra-se profundamente marcada pela crítica ao ‘sono antropológico’ a que a conjuntura de saberes se investiu, sobretudo, a partir do século XIX. Em As palavras e as coisas a afirmação da recente data de nascimento do homem e de seu fim próximo gerou polêmicas em torno de seu pensamento que, avesso à tradição, pretenderia supostamente esfacelar o núcleo essencial de sentido de todo saber e construtor das relações de poder na modernidade” (WEIZENMANN, Mateus. **Foucault: sujeito, poder e saber**. Pelotas: NEPFil, 2013, p. 11).

sala de aula, incluindo-se nesta indagação a realidade educacional da Unidade Escolar Manoel Ribeiro, em Ipiranga do Piauí/PI?

Em Costa e Ramos (2023, p. 5), o pensamento foucaultiano enxerga o poder como o domínio que se impõe sobre as pessoas, com rigidezes e regras e “que algo tão misterioso, visível e invisível, presente e não presente, onipresente e penetrante, é chamado de poder”, daí o fenômeno se constituir de vida própria nas suas relações com as diferentes construções sociais e com os distintos eventos dialógicos entre as pessoas, não desempenhando apenas pressuposição de autoridade, mas também de pedagogias, uma vez que nele se identifique disciplina, entre outras marcas.

Por estas informações e pelas que seguem a partir daqui a temática com que a redação final desta dissertação trabalhou foi saber e poder no ensino de filosofia na EJA: uma perspectiva foucaultiana, notadamente, para explorar textualmente esses dois fenômenos da cognição e da racionalidade humana a partir do pensador francês Michel Foucault, canalizando as suas convicções filosóficas para a área de educação, especificamente, na Educação de Jovens e Adultos.

Tomou-se por objetivo geral investigar o pensamento de Michel Foucault sobre saber e poder. Por objetivos específicos: analisar a filosofia foucaultiana a respeito do saber e do poder de acordo com as explicações em diferentes autores; refletir o saber-poder foucaultiano no universo pedagógico da EJA/Ensino Médio; relacionar em sequência didática o trabalho filosófico do saber-poder foucaultiano para os estudos de Filosofia no Ensino Médio.

Por justificativa da escolha temática, o alinhamento do curso acadêmico em questão, qual seja em Mestrado Profissional, com as possibilidades reflexivas a partir das abordagens de Michel Foucault com o saber-poder, sendo ele um personagem de grande importância para a filosofia contemporânea além-França, que é o seu país de origem, favorecendo outras pautas como formações discursivas e sociedade, sob o reconhecimento de que as discussões e as reflexões sobre o saber-poder impõem a diferentes contextos institucional-sociais do mundo inteiro diferentes pontos de vista e incontroláveis tergiversações junto à filosofia foucaultiana.

Concordantemente com a temática em abordagem, há vários pesquisadores que publicaram trabalhos sobre Michel Foucault e sobre a filosofia que ele trabalhou nos âmbitos expressivos do poder e do saber, cujos pontos de vista dele se espalham nos conteúdos curriculares da Educação Básica do Brasil, na qual está a EJA. Dentre as muitas publicações que se alinham ao interesse temático, analítico e redacional

desta pesquisa, elencam-se adiante alguns, que participam em distintas citações ao longo do desenvolvimento desta dissertação.

O artigo de Bordin (2014) destaca as contribuições filosóficas com que Michel Foucault reflete o saber e o poder, incluindo o conhecimento humano, como uma das marcas da Genealogia de Poder, enfatizando-se ainda outras nomenclaturas, como a Arqueologia do Saber e a Microfísica do Poder.

Em Gimbo (2016), há uma análise sobre o discurso de Michel Foucault sobre o saber e o poder, considerando-se entre outros cuidados a veracidade de um discurso, as funções de exclusão do discurso, o discurso de mestre, a interpretação do saber e do poder, inserindo-se nas reflexões a capacidade de conhecimento que o homem expressa sobre ele mesmo e sobre o mundo.

Já Oliveira (2017) estabeleceu uma relação dialógica e reflexiva entre Paulo Freire e Michel Foucault, não por concordâncias entre eles, mas numa tergiversação com os pontos de vista de cada um sobre poder, saber, sociedade, debatendo-se as interpretações que esses intelectuais fizeram sobre os processos de dominação da sociedade, à ênfase histórica do homem a partir da Idade Moderna.

Se as anotações falam de poder, Carmo (2021) traz uma ponderação, na qual a existência do poder impõe também a expressão da resistência, e a escola se torna um cenário para as discussões e para as manifestações de ambos os termos, sendo que Michel Foucault se destaca nas análises e nas elaborações textuais tanto desta pesquisadora quanto de quaisquer estudos científicos sobre o poder e o saber.

Compartilhando pontos de vista foucaulteanos nos moldes dos autores acima, Costa e Ramos (2023) canaliza a filosofia de Michel Foucault para o terreno pedagógico, mas com a atenção na filosofia conceitual deste pensador francês do século XX, levando em conta que a formação educacional do mundo contemporâneo dedicou atenção aos trabalhos de Foucault e recebeu influência das convicções filosóficas dele.

Em seu artigo *Michel Foucault sobre a educação: uma preliminar visão geral teórica*, o mesmo pesquisador Costa (2024), reconhecendo a presença dos trabalhos do escritor francês nos sistemas de ensino escolar de diferentes países, a exemplo do Brasil, explora distintas expressões que constituem a filosofia de Michel Foucault e que se inserem na escola, na política e na sociedade contemporânea.

Certamente, outros autores e publicações se somam aos sobrescritos, uma vez que a metodologia da pesquisa bibliográfica se interesse por distintas citações, sejam

ou não concordantes entre si, mas que contundam com a temática e com os objetivos da pesquisa acadêmica em elaboração (Sousa; Oliveira; Alves, 2022).

Nos percursos metodológicos, a pesquisa bibliográfica, ao apoio de diferentes autores com as respectivas publicações, incluindo nas investigações a realidade da Unidade Escolar Manoel Ribeiro, zona urbana de Ipiranga do Piauí/PI, no interesse da verificação do material didático que se envolva em seus conteúdos com Michel Foucault, especificando-se desse material curricular a Educação de Jovens e Adultos – EJA, modalidade-foco desta pesquisa acadêmica.

Organizada a pesquisa bibliográfica, os objetivos se reafirmam nos capítulos que fazem o desenvolvimento desta dissertação. No primeiro capítulo, o pensamento de Michel Foucault sobre saber e poder, alinhando as suas anotações aos trabalhos de outras referências filosóficas e em distintos tempos da História, proporcionando-se um diálogo ou uma tergiversação entre os autores consultados e Michel Foucault, na atenção às convicções de cada um sobre o saber e o poder.

O segundo capítulo se ocupou da análise da filosofia foucaultiana a sobre o saber e o poder nas condições de explicações na Educação de Jovens e Adultos, numa reflexão mais pedagógica de Michel Foucault, considerando-se que os textos da sua filosofia se disponham à formação educacional básica da escola brasileira.

No terceiro capítulo, uma reflexão em diferentes termos vocabulares alinháveis ao pensamento de Michel Foucault sobre saber e poder, dentre os quais autoridade, conhecimento, governo, instituições, regras, resistência e sociedade, na ressalva de que não se erigem poderes com o assistir passivo dos que não de se subordinarem a eles, pois nem todos os cidadãos que fazem parte de um contexto civilizatório tem por justas as leis que formalizam autoridade e poder.

Por fim, no quarto capítulo, a interpretação do trabalho filosófico foucaultiano na realidade do ensino de filosofia da EJA da Unidade Escolar Manoel Ribeiro, município de Ipiranga do Piauí/PI, cujas observações do material curricular para esta modalidade educacional do Brasil buscaram identificar a presença de Michel Foucault nos conteúdos curriculares do Ensino Médio brasileiro.

A motivação para a escolha temática e para todos os esforços redacionais do texto acadêmico aqui disponível adveio do interesse de aproximação mais comedida com o universo filosófico de Michel Foucault, que se destacou em seu tempo no que se fale em abordagens como o saber-poder, considerando-se critérios arqueológicos, filosoficamente éticos e genealógicos. Enquanto filósofo de reconhecimento além das

fronteiras da França, Michel Foucault influenciou pensadores. Mesmo manejando os seus trabalhos em diferentes publicações, esta Dissertação atentou diligentemente para *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, obra-destaque nos desempenhos textuais aqui elaborados reflexiva e graficamente.

1 O PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT SOBRE SABER E PODER

Chamar à investigação e à análise um trabalho filosófico de um nome como o do francês Michel Foucault se configura como uma pesquisa que não se esgota em seu conteúdo e em seu terreno investigativo e analítico, ainda que se especifique a ênfase temática, como a que esta dissertação optou por se envolver, que são as reflexões sobre o saber e o poder a partir das convicções do referido pensador.

Em uma construção que inclui o saber-poder, mas abrangendo temáticas além dele, a teorização da filosofia foucaultiana está alinhada a três eixos investigativos, a saber, o da Arqueologia, o da Ética e o da Genealogia, que se distribuem neste texto a partir das anotações que se fizeram sobre discurso, homem-sujeito, instituições, poder, saber, sociedade. Trata-se de um acervo com inquestionável abrangência, do qual o interesse proeminente deste trabalho acadêmico está no saber-poder de Michel Foucault, para analisá-lo de acordo com o currículo de Filosofia na EJA/Ensino Médio.

De acordo com Bordin (2014), a interpretação filosófica de Michel Foucault em relação ao saber e ao poder é complexa, pois a compreensão do pensamento dele se espalha em diferentes obras de sua autoria, abrangendo um universo literário além da publicação de *Arqueologia do Saber*, de 1969. Sobre esta obra,

A epistemologia francesa forneceu a Michel Foucault o tema e a problemática para sua pesquisa arqueológica, isto significa que o filósofo francês realizou um percurso de investigação histórica sobre a produção e organização dos saberes científicos, e, de maneira singular, apresentou uma noção temporal descontínua sobre a história dos saberes modernos no ocidente. O aporte teórico-metodológico definido para o desenvolvimento dessa problemática foi posto com a introdução de um estilo de linguagem similar ao que fizeram os estruturalistas, isto é, por meio de um objeto estrutural nomeado de episteme, com o qual o filósofo pôde realizar suas descrições sobre as relações discursivas que constituíram os saberes na modernidade (Ragusa, 2021, p. 168-169).

A citação sobrescrita aponta enquanto interpretação as formações discursivas, que se interessam pelas revelações de verdades, sendo que os discursos também propõem continuidades, inter cruzando pontos de vista, mas no envolvimento mais atento que seja com o conhecimento, alinhando a arqueologia aos termos sistemas de positividade e saber. Duas palavras carecem de uma atenção analítica, já que o texto em destaque acima se refere a Michel Foucault, seja as palavras, epistemologia

e estruturalismo, visto que elas participem insistentemente de reflexões que se façam sobre o referido pensador francês.

De acordo com Rolla (2018), há uma estreita relação entre epistemologia e os termos conhecimento, filosofia da ciência e saber, organizando-se epistemologia na doutrina ou no estudo do conhecimento, levando-se em consideração que o material epistemológico se espalhe além das explicações técnicas, mas também reflexivas, já que se esteja falando de filosofia, que é por natureza uma incansável reflexão, e dos trabalhos que investigam os mais distintos assuntos, ao querer do pesquisador.

Em Mota (2022, p. 112), o estruturalismo se conceitua como “uma corrente de pensamento das Ciências Humanas e também é conhecido como um método que propõe que elementos da cultura humana sejam compreendidos em conjunto e verificadas as relações com o sistema ou estrutura maior”. Na visão estruturalista, o homem e a natureza estão entrelaçados, e os pensamentos humanos dependem da interpretação dos fenômenos naturais, para se compreendê-los.

Michel Foucault, como ressaltou Ragusa (2021, p. 168), não se reconhecia como um estruturalista, mas, transcrevendo a fala do filósofo francês em questão, ao dizer que tentou “introduzir análises de estilo estruturalista em domínios dos quais elas não haviam penetrado até o presente, ou seja, no domínio da história das ideias, da história dos conhecimentos, da história da teoria”.

Nem estruturalista e nem modernista. Michel Foucault se configurou como um crítico da modernidade, analisando a individualização do sujeito em uma sociedade liberal e em certos aspectos totalizante, partindo do capitalismo da metade final do século XX, para identificar os saberes sobre o homem pós-moderno e sobre os fenômenos econômicos nas demografias nacionais.

Como assim se verifica no universo filosófico, é impossível analisar um filósofo ou uma das palavras-chave de uma corrente de pensamento sem atentar para outras expressões que se alinham a ela ou que discutem com ela. Nos estudos sobre o saber e o poder a partir da interpretação dos pontos de vista foucaultianos, a metalinguagem chama ao texto a arqueologia, a epistemologia, a genealogia, o conhecimento, o discurso, o homem e a sociedade, entre outros, refletindo-se sobre a construção histórica e social da espécie humana, buscando-se o estabelecimento de verdades que se refiram aos sujeitos homem e sociedade. Ainda sobre Foucault,

o conhecimento é aquilo de que se pode falar em uma prática discursiva elaborada: é a gama de diferentes objetos que vão ou não adquirir o estatuto de ciência; o conhecimento é também um espaço no qual o sujeito pode se colocar para falar dos objetos a que se refere em seu próprio discurso; o conhecimento, novamente, é uma esfera justaposta e subordinada de enunciados em que os conceitos surgem, desaparecem, são usados e transformados; finalmente, o conhecimento é fornecido pelo discurso. A possibilidade de uso e adaptação é determinada (Costa; Ramos, 2023, p. 4).

Sobre conhecimento, aos ajustes reflexivos sobre o saber e o poder, há muito o que extrair da filosofia foucaultiana, assim como as suas atenções ao discurso, que também contribui para a ciência e para a interpretação do homem e da sociedade, de acordo com o tempo histórico e com os fenômenos que marcam a humanidade junto à natureza física e social em que ela se localize. Para o autor supracitado, o discurso muda, porque se adapta, e as possibilidades de alterações discursivas favorecem o conhecimento, que é dedutível, dissertativo e investigável.

1.1 Michel Foucault e o saber

A proximidade discursiva de Foucault entre saber e poder reflete de imediato a percepção de que, na formação dos saberes, estes podem se configurarem como um “dispositivo de poder” (Boschetti, 2017, p. 46), embora esta expressão seja uma pergunta nas análises filosófico-foucaultianas e não necessariamente uma afirmação, mas é já afirmativo para o citado filósofo francês que o discurso contribui para o saber, que por sua vez influencia as relações de poder, estabelecendo-se grupos humanos com acesso ao discurso e grupos que ficam à margem, dependendo da posição que cada um ocupe nas relações sociais, assentando o discurso no tempo e no espaço. Diretamente do autor de *A Arqueologia do Saber*,

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico; [...] um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; [...] um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; [...] finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (Foucault, 2013, p. 220).

as explicações que elencam a conceituação de saber, à visão foucaultiana, se aproxima do que se define por conhecimento e se afasta do nominativo sabedoria, que se expressa na prudência e não necessariamente do armazenamento de informações. o discurso no terreno do saber pressupõe domínio cognitivo do que se esteja falando, coordenando-se e subordinando-se enunciados, ao querer do orador ou do escritor, de quem se emanam afirmações, conceituações e dissertações, de acordo com algum tema em questão. neste caso, o domínio de um assunto aponta para o saber, e este se exporá no discurso. é importante se levar em conta que:

é necessário ir além do conhecimento superficial ou senso comum, e estudar as relações com maior aprofundamento. Por exemplo, ao analisarmos a documentação que perpassa a política pública educacional, precisamos ir além dos escritos; é importante analisar as relações políticas, históricas e prática, pois são estes enfoques que estão por trás dos textos (Bordin, 2014, p. 227).

O saber, portanto, é um aprofundamento do conhecimento que já se possui, e a busca ininterrupta de mais informações sobre algo. À medida que se adquire maior capacidade discursiva, o conhecimento se expressa com mais domínio e ocorrem as aproximações entre o saber-poder, que integram os tipos de conhecimento. A citação sobrescrita também chama a atenção para a elaboração de aspectos investigativos, a fim de que se explorem os assuntos por diferentes ângulos, e isso vale para todas as pautas que ocupem discussões, investigações ou reflexões. Outra citação que vem ao caso traz a seguinte argumentação:

Pode-se construir um saber da prática, pois naturalmente ele possui um domínio que lhe é exclusivo, o da cultura e o da história, que são suas heranças das experiências adquiridas e de suas criações. O reconhecimento da existência desse saber não desclassifica a necessidade dos saberes científicos, apenas fortalece a proposta de um processo educacional construído na relação dialética, em que os sujeitos se encontram para desvelar o mundo por si mesmos, jamais que os outros o desvendem por eles (Oliveira, 017, p. 64).

A autora do texto supracitado estabeleceu um diálogo entre Michel Foucault e Paulo Freire, reservando vários espaços redacionais para a filosofia freiriana, que se destaca como um pensador que relaciona as atividades humanas à libertação de tudo o que configure o opressor e à expressão do homem-sujeito político. Ele não desfaz o valor do conhecimento científico, mas dedica significativa atenção ao saber a partir

das experiências de cada pessoa ao longo da vida, argumentando que mesmo quem não frequenta a escola tende a aprender e, por conseguinte, saber, e a aprendizagem por esses moldes também se estabelece como forma de poder.

A autonomia do saber que Paulo Freire enxergava no ser humano e a defendia como um recurso de conhecimento que liberta o homem de quaisquer opressões da sociedade não é discordante de Michel Foucault, mas o pensador francês traz a relação conhecimento-discurso-poder-saber numa perspectiva mais formal, pela investigação, análise de conteúdos e aprofundamento cognitivo, sem que os processos para isso aconteçam na forma autodidata, mas cientificamente, e sem a forçosa luta de classes.

Se há em Foucault um respeito pelos conteúdos científicos, a partir dos quais se formulam discursos formais e com argumentos lógicos e informações legítimas, a interpretação que se extrai de Gimbo (2016) é a de que discurso não é sofisticado, pois nos sofismas a persuasão também recorre à metafísica, e esta possibilidade não se algeia somente ao científico, mas também crível, ao dedutivo e ao psicológico, o que não é um comportamento estranho para a filosofia, considerando-se que a metafísica faz parte dos estudos filosóficos.

Tomando por material-base dentre as publicações de Michel Foucault, a obra *História da Loucura*, Boschetti (2017) reafirma a estreita relação entre discurso e saber nos textos foucaultianos, reconhecendo entre outras marcas a cientificidade de uma informação e, por ela, do conhecimento, manejando-se enunciados e interpretando-os de acordo com as formações discursivas que participam do terreno intelectual do homem, estabelecendo-se o domínio do assunto como um ponto de legitimidade de um discurso, a exemplo de um médico que fala assuntos de médico, de um professor que discursa sobre o âmbito docente, enfim.

Ainda que em *História da Loucura* (1961) e em *A Arqueologia do Saber* (1969) haja o registro da visão filosófica de Michel Foucault sobre o saber e o poder, por ele mesmo se compreende que o amadurecimento intelectual do homem traz alterações ou amadurecimento ao seu discurso, incluindo-se possibilidades de mudanças, uma vez que o conhecimento que produz saber se constitua como um evento permanente de condições de ocorrência.

O status científico de que Foucault fala em sua filosofia não acontece da forma autodidata e na politização nos níveis como se pode verificar em Paulo Freire, que demonstra um respeito mais forte pela aprendizagem a partir das experiências e das

convivências com o mundo social, sem desprezar o campo científico. Em Michel Foucault o campo científico atrai mais a sua observação e o seu posicionamento do que o homem politizado enquanto sujeito que enfrenta a opressão. O saber, deste modo, acontece científica, formal, intelectual e socialmente.

O citado pensador francês reconhece nas anotações que faz sobre o saber, em seu livro *Arqueologia do Saber*, que a ciência é empírica e não se apoia em crenças, explorando conteúdos que se reafirmam ou passam por retificações, cujas alterações expressam a racionalidade humana e constroem conhecimentos. Na verdade, entre as explicações conceituais foucaulteanas de saber está a de que ele se refere a um “conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar (Foucault, 2013, p. 220).

Atento a informações extraíveis dos trabalhos filosóficos de Michel Foucault há em Bordin (2014) a observação de que a publicação de *A Vontade do Saber*, em 1976, a ética e a sexualidade do ser humano ocupam mais espaços textuais, quando se vê no filósofo francês interesses por outras pautas além do conhecimento e do discurso. Os manejos explicativos sobre o saber se destacam com mais anotações é em *Arqueologia do Saber*, exemplificando o termo saber em diferentes áreas de atuação da experimentação, da pesquisa e da racionalidade da espécie humana, em especial, os que se envolvem laboratorial e reflexivamente com o conhecimento. A propósito,

No decorrer da introdução da obra *A Arqueologia do Saber*, o filósofo apresenta dois possíveis modos de conceber a história: o tradicional e o novo. Na história tradicional busca-se interpretar os documentos para decifrar os rastros do passado. Neste processo de decifração, as diferenças são camufladas para não romper com a superfície contínua e linear que garantem a preservação da memória de uma cultura específica. Já o segundo modo de conceber a história, no qual se baseia a análise arqueológica do saber, os documentos não são interpretados, mas submetidos a um modo de reorganização regido que possibilita descrever os discursos mantendo as suas diferenças e características (Boschetti, 2017, p. 23-24).

Enquanto aponta o saber para o conhecimento científico e para o discurso nos moldes da formalidade informativo-dissertativo-argumentativa, Foucault analisa a história a partir dos aspectos formalizáveis de interpretação, decifrando os materiais à mão do investigador, apoiando-se nos documentos disponíveis à recomposição dos fatos ou reorganizando-se esses documentos, a fim de se elaborarem discursos que

mantenham as diferenças e as características dos eventos históricos que já passaram por divulgações interpretativas e narrativas, certamente, sem violações do que de fato se conta sobre a humanidade nos contextos geográficos e temporais.

Memória também é saber, por se tratar de armazenamentos de informações, o que a torna um recurso de conhecimento e manifestações discursivas, e em *História da Loucura* (1961), em *O Nascimento da Clínica* (1963) e em *As Palavras e as Coisas* (1966), como Bordin (2014) analisa, Foucault já oferecera algum material reflexivo, para falar sobre saber e poder nos trabalhos posteriores, entre os quais *Arqueologia do Saber*, sempre com diligente atenção sobre o discurso. Vale a pena registrar que

O espaço de circulação do saber é entremeado por dissimetrias de força e posição: não o espaço liso e ideal pressuposto pela comunicação, mas antes, o espaço estriado e real das relações de poder. Tais relações, no mesmo movimento que organizam e controlam o campo do discurso, também o produzem, determinando seus locais de aparição e enunciação. O conhecimento, como instância discursiva, produz-se na diástole entre dito e não-dito, entre a interdição e a licença da palavra. Tal dinâmica revela como o saber é indissociável de uma luta política constante, que há uma vontade, um desejo, que pulsa de forma muda na história do saber (Gimbo, 2016, p. 135).

Seja pela sua indissociabilidade em relação à luta política com a qual o homem se envolve na dinâmica da vida, seja pelas movimentações da força e da posição nos processos de aquisição do conhecimento, de comunicação e de exposição discursiva, o saber acontece, reafirmando a inteligência, a racionalidade e as relações de poder que caracterizam esses vaivéns cognitivos, dialógicos e políticos da espécie humana.

Nas percepções de Bordin (2014, p. 227), o saber é identificável “por trás dos discursos, enunciados e suas intenções”, concordando com a filosofia de Foucault na visão de proximidade entre saber e discurso, ambos resultantes de um empirismo que se projetara na constituição do conhecimento. Outrossim,

O saber não é apenas dominação, como tantas vezes será levantado contra uma certa leitura vulgar de Foucault, pois a palavra “poder” não traz em si uma conotação exclusivamente negativa. Poder designa, apenas, que há em todo saber uma luta, um jogo de dominação e resistência, um campo dinâmico de forças que não se encontra de antemão subsumido pelos estratos do saber, pelo contrário, está em relação intrínseca com eles (Gimbo, 2016, p. 135-136).

Se um pesquisador analisa o saber nas mesmas visões de mundo de Foucault, há de considerar o termo como algo que contribui para constituir uma ciência e que se movimenta nas práticas discursivas, levando em conta que o conhecimento que se adquire por esses aspectos gera poder, e este, por sua vez, se destaca, entre outras marcas, pela dominação, motivadora da luta e da resistência.

Mas existem o dito e não-dito, o que se apresentava como verdadeiro e depois passa por ajustes informativos, a disseminação do saber pelas diferentes áreas do conhecimento humano, a integração do que já estava exposto e conhecido com o que se aprendeu agora, em uma nova informação, ratificadora ou corretiva dos discursos já proferidos. Em Foucault (2013), todos esses pontos fazem o saber.

1.2 Michel Foucault e o poder

A filosofia de Michel Foucault considera o saber como algo adquirível e o poder como algo exercível entre os indivíduos, fazendo parte das organizações de autoridade, de domínio, de governo e de sociedade, sendo poder uma ação ocorrente sobre outra ação e que, nas interpretações de Bordin (2014, p. 229), se configura no triângulo poder, direito e verdade. E vem ao caso a citação de que

Foucault introduziu a análise do poder na análise do discurso e descobriu que o discurso está sempre associado ao poder: o conhecimento ou a verdade são criados pelo poder, assim como as pessoas também são criadas pelo poder. Os seres humanos não são construções de inferências epistemológicas modernas, mas produtos do poder, que são moldados por punição social, supervisão, disciplina e normas educacionais (Costa; Ramos, 2023, p. 5).

Neste ponto, o poder em Michel Foucault é a execução organizacional de uma civilização, que não se limita a autoridade e a gestão, mas também se configura como um recurso de construção política, racional e social do ser humano, excetuando-se o critério biológico. No diálogo entre Paulo Freire e Michel Foucault,

Esse poder que domina e transforma o homem em um sujeito submisso, ajustado e acomodado determina que um grupo minoritário que faz parte da elite obtenha controle de uma grande parte da sociedade, através de práticas opressoras que acontecem por meio da inclusão de pessoas nos espaços de formação e normatização. O mesmo processo que inclui também desenvolve

a não integração, a exclusão de uma boa parte da sociedade, que não se adapta a normas e que resiste a esse processo de formatação, vivendo às suas margens (Oliveira, 2017, p. 59-60).

Se nas reflexões freirianas há sempre a luta de classes e a dicotomia opressor e oprimido, onde o poder se torna um objeto repulsivo nas relações humanas, há nos pontos de vista foucaultianos uma explicação de poder como uma reciprocidade entre os personagens de um contexto civilizatório e socialmente explícito, onde todos eles participam da expressividade do poder.

Nas relações de poder existem luta e resistência, mas com as movimentações relacionais entre os participantes de uma sociedade, levando-se em conta que poder não seja estaticamente institucional e nem disposto a patentes, mas passável de uma mão para outra, de um grupo para outro, em um ciclo que pode ter começo, meio e fim. Trata-se de algo flutuante, que concorda com Paulo Freire na argumentação de que poder gera diferentes classes sociais, exclusão, opressão, mas com o detalhe de observação foucaultiana de que os papéis se invertem nessas possibilidades. Com as suas atenções em Michel Foucault, Boschetti (2017, p. 37) registrou que

Conforme o filósofo, nos anos anteriores a 1968, a noção de poder que permeia o estatuto político das ciências geralmente é analisada baseando-se no modelo econômico, enquanto soberania ou dominação de classe [...]. Em contraposição a esses dois modos de conceber o poder, Foucault investiga o modo pelo qual ele se exerce e funciona. O filósofo se conduz através de uma análise genealógica, sendo que uma de suas características é investigar como os mecanismos de poder se relacionam com os saberes.

Definitivamente, Michel Foucault não era freiriano em suas convicções, embora há quem estabeleça diálogos entre esses dois pensadores, que acontecem mais pelos critérios da tergiversação que da concordância entre ambos, e a citação sobrescrita é material de confirmação desta interpretação, pois afasta em Foucault o conceito de poder pelo âmbito da luta de classes e o concentra nas pesquisas sobre o exercício e o funcionamento do poder nas relações humanas.

Nas lutas de classes existem o que detenham o poder e busquem se perpetuar nele, enquanto oprimem a massa, na qual estão os excluídos de todas as benesses do poder, organizando-se em lutas e em resistências à trincheira opressora. Já a partir do que filosofou Michel Foucault reafirma-se a existência da força, mas quem estiver usufruindo do poder em um dado momento tende a perdê-lo em algum tempo.

De fato, diferentemente do ensino-aprendizagem que constitui o saber, e este se torne um bem de quem o adquiriu, o poder não se institucionaliza perenemente e tampouco se mantém estático em suas formas de execução, é independente demais para isso. Em seu livro *Microfísica do poder*, o citado pensador francês expressou:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2015, p. 10).

A relação entre a verdade e o poder se relativiza em cada sociedade, a partir dos regimes que se adotem, pressupondo-se aqui poder enquanto forma de governo e enquanto autoridade institucional sobre uma população. Daí a sustentação reflexiva de Foucault dos aspectos voláteis do poder, pois regimes governamentais e sociais mudam, e as mudanças só dependem de quem estiver com o poder nas mãos. Pode-se verificar a verdade como mutável, assim como é mutável o poder. Em textualidade anterior ao livro foucaultiano *Microfísica do poder*, Bordin (2014, p. 230) escreveu que

o poder é um direito que está inserido na sociedade, uma vez que somos regidos por lei, a fim de sermos disciplinados. Também define o poder como uma verdade, em que está estabelecido nos discursos, em que se pauta pelos que legitimam o seu poder e os que são hostilizados e assim, aceitam em sua psique tais mecanismos. Os discursos de verdade na sociedade são aferidos por meio de comportamentos, linguagens e valores e assim, refletem relações de poder, podendo ou não, aprisionar indivíduos.

O aprisionamento de indivíduos no estabelecimento das leis reguladoras de um contexto social, do poder e da verdade que interesse a quem esteja em autoridade se confunde com Paulo Freire e as suas insistentes observações das lutas de classes e da opressão que uma minoria elitizada impõe à massa oprimida e excluída do poder. Foucault concorda com a percepção de que a sociedade tem o direito do exercício do poder, mas não de torná-lo um patrimônio institucional. Já o desejo freiriano envolve

a tomada do poder pelas classes oprimidas e o enfrentamento aos opressores, a fim de que nunca mais o poder volte para eles.

Interpretando-se Freire, “o poder exacerbado das relações de poder não exclui a possibilidade de resistência. Seja por afastamento, seja por enfrentamento, o espaço desta disputa proporciona a reversão das partes envolvidas” (Oliveira, 2017, p. 60). Reconhece-se nas relações sociais disputas, enfrentamentos e ganhos de poder, com a ressalva de que quem passa a exercer esse poder vai conviver com resistências, e os desempenhos de quem se rebelou podem vir pelas práticas educacionais e pelos discursos questionadores da verdade estabelecida.

Antes, Gimbo (2016, p. 152) argumenta que, em se tratado de poder, a análise da verdade há de acontecer “a partir de sua produção e dos efeitos de poder que ela efetiva no mundo e na relação entre homens e não através de uma hermenêutica que visa desvelar o sentido esquecido, a filigrana de verdade do Ser que escapa no esquecimento da origem”. Ainda assim, a interpretação contextual de um termo faça parte das atenções sobre conhecimento, poder e verdade, sendo que o trio vocabular não se afasta do saber-poder em Michel Foucault. A propósito,

Em nossas sociedades, a "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas") (Foucault, 2015, p. 11).

O poder no universo político trabalha com verdades, que ganham legitimidade a partir das forças que o controlam, sem que se negue a possibilidade de a sociedade participar desse controle. Se o saber é mais individualizado no conhecimento humano e nas expressões que identificam cada sujeito na sua vida pessoal e social, o poder se dispõe aos ajustes circunstanciais, cujo texto acima considera como características e enfatiza que elas são “historicamente importantes”.

Diferentes forças se agem e se movimentam no fenômeno do poder, de acordo com o que se percebe em Michel Foucault, interpretação que concorda com o

sobrescrito texto deste pensador francês. Esse poder se prolifera nas instituições compositoras da sociedade, ainda que não o pateteiem, mas ele sofre as influências dos “grandes aparelhos políticos ou econômicos”, a partir de tal influência acontecem os debates políticos e os confrontos sociais.

Em *O poder e a política de Michel Foucault*, de 1983, autoria dele próprio, o citado filósofo assim se pronunciara sobre a impossibilidade de concepção relacional de poder sob a ausência da resistência, pois sem ela inexistiria o poder. Para Foucault, o fenômeno social da resistência a um modelo de poder está ligado à própria manifestação do poder, onde quer que ela aconteça e contribui com a justificativa de que o poder não tem dono permanente e nem pertence a representação particular, impossível de ser patenteado por uma instituição.

De acordo com as ocorrências das forças que agem por ele e a partir dele, a sua realidade passa de uma mão para outra e impõe na constante do poder, seja de qual área da sociedade se fale. Em Silva (2018, p. 28), há uma atenção a partir da filosofia foucaultiana sobre o termo biopoder,³ analisando-o sob o ângulo da autoridade que o Estado exerce em relação à sociedade. Para a citada pesquisadora, Foucault ressaltava que o poder “não aparece como um objeto natural, mas como algo que se possui e que se pode manipular”, com a característica da transitoriedade. Registre-se que

Antes de o biopoder vigorar predominava um tipo de poder soberano, que dispunha do direito de vida e de morte sobre os súditos e operava pelo fazer morrer e pelo deixar viver. Era inspirado no *pátria potestas*, um mecanismo jurídico que concedia ao pai de família romano o direito de dispor da vida dos filhos, uma vez que a tinha dado (Bertolini, 2018, p. 88).

As nomenclaturas biopoder, macro e microfísica do poder e micropoder fazem parte das atenções de Michel Foucault a respeito do poder, que se movimentam na filosofia, na política e na sociedade, cujas explicações se espalham no controle do indivíduo, da família e dos contextos sociais, com as disciplinas de autoridades que o compõem e com as resistências de quem enxerga opressão nessa condição social.

³ “Biopoder é uma forma de governar a vida. Foi posta em prática no Ocidente a partir do século 17 [...]. Divide-se em dois eixos principais: disciplina, o governo dos corpos dos indivíduos; e biopolítica, o governo da população como um todo” (BERTOLINI, Jeferson. O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. **Revista SABERES**. v. 18. n. 3. Natal, dez./2018, p. 88).

Foucault “mostra que ao tratar de poder jamais podemos formular perguntas difíceis de serem respondidas, pois quem detém o poder tem a intenção de submeter os outros à sua própria vontade” (Silva, 2018, p. 31), um pretexto para o surgimento dos enfrentamentos ao modelo de poder que amarra as pessoas em grilhões normativos e em sistemas de opressão.

Distinguindo a visão de poder em Michel Foucault da teoria da soma zero, nas reflexões filosóficas sobre poder, vem ao caso a atenção analítica sobre o microfísica do poder, do pensamento de Michel Foucault, e a teoria da soma zero, que se extrai da teoria política clássica, na qual Stival (2016) enxerga a antiguidade dos objetos de reflexão da filosofia, tais como democracia, Estado, formas de governo, liberalismo, polis, República etc., e a dimensão do poder na estrutura acima das instituições em particular, definindo-se quem detém esse poder e quem está subordinado a ele.

O micropoder no pensamento de Michel Foucault acontece dentro de uma pequena escala, enquanto a visão de microfísica do poder o percebe em um terreno mais amplo, reconhecendo mais força das instituições que o possuem, como as autoridades representativas do Estado. No referido pensador francês,

O poder não é uma instituição, não é uma estrutura, não é alguma força que temos; é o nome que as pessoas dão a uma situação estratégica complexa em uma determinada sociedade. O poder permeia a sociedade e constitui internamente a forma social. O poder não está escondido no invisível, mas no visível ao mesmo tempo que a sociedade. O tipo epistêmico é substituído pelo poder. [...] Foucault acredita que "o que é poder" e "quem está exercendo o poder" não são importantes, mas a chave é "como o poder funciona". Isso requer a análise de vários "micropoderes" e como eles operam, ao invés de propor estratégias lutas locais nele são da mesma tensão (Costa; Ramos 2023, p. 4).

O modo como Foucault percebe o poder reconhece a existência das instituições e a influência que elas têm sobre a sociedade. Mas a teoria da soma zero⁴ valoriza de modo mais enfático a presença do poder nas instituições, em lugares específicos. No interpretativo foucaultiano o poder se mostra independente e superior ao domínio das dinâmicas institucionais, funcionando numa perspectiva local e transitória, uma vez que nenhuma das autoridades que se constituam onde quer que seja permaneça para sempre no posto e com um poder inesgotável.

⁴ Esse termo está alinhado à teoria da política clássica (vide TIERNO, Patrício. Teoria política clássica: ramificações de Grécia e Roma. **Revista Lua Nova**. n. 107. p. 15-29. São Paulo, 2019).

Se as instituições influenciam a sociedade, o poder influencia tanto uma quanto a outra, visto que ele não seja um bem palpável nem comerciável. Até pode servir de objeto de negociação, mas há de ocorrer sob o manejo do abstrato, pois ele está informe e em qualquer lugar, afirmando o que Michel Foucault chamou de microfísica do poder e, nos critérios da sua produção social, de tecnologia do poder.

1.3 O conhecimento no saber-poder da filosofia foucaultiana

Falar de conhecimento com base na filosofia de Michel Foucault é reconhecer que “os comportamentos sociais, as lutas, as relações que irão dar origem ao conhecimento. Ou seja, o poder em si só não existe, mas as relações de poder expostas em todos os âmbitos e esferas é que originam o conhecimento” (Bordin, 2014, p. 226). Mas ainda há a informação de que, no pensamento foucaultiano,

o conhecimento é aquilo de que se pode falar em uma prática discursiva elaborada: é a gama de diferentes objetos que vão ou não adquirir o estatuto de ciência; o conhecimento é também um espaço no qual o sujeito pode se colocar para falar dos objetos a que se refere em seu próprio discurso; o conhecimento, novamente, é uma esfera justaposta e subordinada de enunciados em que os conceitos surgem, desaparecem, são usados e transformados; finalmente, o conhecimento é fornecido pelo discurso. A possibilidade de uso e adaptação é determinada (Costa; Ramos, 2023, p. 4).

Tudo o que pressupõe aprendizagem, informação e saber é conhecimento, que acontece por elementos como o senso comum, a pesquisa científica, a construção discursiva, a prática da linguagem, o treino de alguma atividade, a reflexão, as regras sociais, as convivências com os participantes de uma instituição e da sociedade, cujos recursos que se traduzem em conhecimento também contribuem para o saber e o poder, uma vez sob o domínio do indivíduo e ao manejo das possibilidades. Ademais,

O conhecimento, como instância discursiva, produz-se na diástole entre dito e não-dito, entre a interdição e a licença da palavra. Tal dinâmica revela como o saber é indissociável de uma luta política constante, que há uma vontade, um desejo, que pulsa de forma muda na história do saber (Gimbo, 2016, p. 135).

A palavra é o discurso, cuja redação trata do saber e da luta política constante e acontece de acordo com uma soma de movimentos que envolvem as informações científicas, dos ambientes investigativos e laboratoriais, e as comuns, advindas do saber popular. Em quaisquer das possibilidades, o aprender é conhecer, e isso traz a perspectiva do saber-poder.

Outra importante percepção foucaultiana é a de que analisar o conhecimento é conviver com questões sobre ele. Chamando às observações o entendimento da verdade, “concebe-se o conhecimento como uma relação entre o sujeito e o objeto, sendo função do sujeito apreender o objeto, e a do objeto, ser apreendido pelo sujeito” (Toscano; Silva, 2015, p. 199). Nessa relação, o termo objeto se caracteriza como uma metonímia de todos os conteúdos disponíveis à aprendizagem e à reafirmação do aprofundamento cognitivo e intelectual do homem.

Em se falando de questões que se façam em torno do conhecimento, elas não são previamente definíveis, mas fluentes nos estudos e nas interpretações, incluindo nas reflexões o saber, o poder, o discurso, a dedução, a pesquisa, as lutas sociais, a verdade, a história, o homem, visto que todos estes exemplos sirvam de materiais de questionamentos aplicáveis ao conhecimento, tergiversando-se com o âmbito jurídico da verdade, como Michel Foucault assim entendeu.

Em Costa e Ramos (2023, p. 4) há a observação de que Michel Foucault, considerando o seu trabalho em *A Arqueologia do Saber*, argumentou que o universo arqueológico, à maneira filosófico-foucaultiana, “observa o conhecimento por meio de enunciados e discursos. Ela se concentra em como o conhecimento é para obter o título, ao invés de focar na racionalidade do conhecimento”, tornando-o não somente científico, mas com significativa ênfase filosófica.

Os discursos com os quais se afirma o conhecimento refletem as lutas que os homens travam em suas relações dialógicas e de poder, fazendo com que as pessoas sejam apenas produtos inventados e com que a verdade que se alinha ao saber represente um elemento historicamente interpretável, como assim Toscano e Silva (2015) reagiram à publicação de *A Verdade e as Formas Jurídicas*, de Michel Foucault, que reuniu os conteúdos das conferências que o filósofo francês realizou no Brasil, em maio de 1973, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, nas quais ele analisa o saber, o poder, a verdade e o conhecimento.

As lutas humanas que contribuem com o conhecimento têm muito a ver com o interesse pelo poder, ainda que também representem intelectualidade, visto que nas

práticas discursivas as pessoas explorem a própria racionalidade, desenvolvam o seu potencial cognitivo e dialógico e aperfeiçoem as condições de argumentação, e que estas se mostrem bem-sucedidas nos critérios da explicação e da persuasão.

Vale a pena registrar, sob o apoio de Oliveira (2017), que há entre Paulo Freire e Michel Foucault distinções metalinguísticas na expressão lutas pelo poder, quando as ênfases freirianas são mais políticas e sociais que científicas. Já os trabalhos foucaultianos atentam mais diligentemente para o âmbito científico, embora ambos os pensadores reconheçam o científico, o político e o social quando se fala em poder.

A persuasão faz parte do discurso filosófico, elaborável na oratória, à influência do engajamento social. Tudo isso contribui com o conhecimento e com as lutas pelo poder e se espalha, à proporção do interesse reflexivo, nas publicações de Michel Foucault, quando este filósofo trabalha o conhecimento, o homem, o poder e o saber, sob a afirmação de que “o homem não é apenas o sujeito do conhecimento, mas também o objeto do conhecimento” (Costa; Ramos, 2023, p. 2).

Nessa reciprocidade homem/conhecimento, Foucault reafirma no ser humano o sujeito ativo, que pratica diferentes ações e que expressa a sua racionalidade pelo discurso e pelas atividades que realiza, individualmente ou na interação social. Mas o homem é finito em sua personalidade e às vezes convive com o vazio discursivo, que impõe limitações ao seu potencial cognitivo, forçando-a se apoiar nos diferentes meios de aprender, de conhecer, de pesquisar e de reafirmar os conhecimentos adquiridos, e estas possibilidades se encontram bem expostas no homem pós-moderno. Sem um afastamento do pensamento foucaultiano, vem ao caso a seguinte informação:

Tradicionalmente concebe-se o conhecimento como uma relação entre o sujeito e o objeto, sendo função do sujeito apreender o objeto, e a do objeto, ser apreendido pelo sujeito. Nas práticas sociais é possível reconhecer novos procedimentos destinados a apreender os objetos, tal é a finalidade das técnicas e dos métodos. Assim, é plausível afirmar que a eclosão ou o surgimento de novas formas de investigação pode engendrar novos aspectos, dimensões ou facetas do objeto até então ocultas (Toscano; Silva, 2025, p. 199).

Os autores da sobrescrita citação textual interpretaram o trabalho de Michel Foucault *A Verdade e as Formas Jurídicas*, de 1973,⁵ para corroborarem o homem-

⁵ Michel Foucault defendeu que “o próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história” (FOUCAULT, Michel. **A**

sujeito do conhecimento e o homem-objeto do conhecimento, assumindo as funções concomitantes de apreender e de ser apreendido. Neste caso, o homem se envolve com o próprio ser, para firmar o conhecimento sobre si e sobre o mundo?

Por certo que sim, explorando a intelectualidade, com que ele enxerga o mundo e interage com ele, elaborando concepções e convicções. Como o conhecimento advém de distintas áreas e com interpretações a partir de cada exigência que elas apresentem, Foucault sugere o conhecimento ao explicativo de um fenômeno de acordo com a subjetivação,⁶ que submete o homem a diferentes imaginários, vista a liberdade de que desfruta em sua maneira de enxergar o mundo à sua volta.

Em sua potencialidade cognitiva e racional, o homem elabora questões, reflete a respeito de distintos assuntos e fabrica particulares informações, nem sempre cientificamente comprováveis, mas alinhadas às condições intelectuais de cada indivíduo. Mas há um registro textual que também contribui muito bem para a interpretação da visão foucaultiana a respeito do conhecimento:

Retomamos aqui a relação entre discurso e verdade pois podemos considerar que, por não serem neutras, a organização e representação do conhecimento podem funcionar como um procedimento de exclusão a serviço da produção do discurso. [...] Os sistemas de classificação do conhecimento, a indexação, a classificação, a catalogação, e tantos outros produtos, processos e instrumentos podem servir como procedimento de exclusão, e, como outros sistemas de exclusão, estão amparados por um suporte institucional, seja ela a biblioteca ou o arquivo. Os sistemas de exclusão, que tem por função a manutenção do poder por meio da produção do discurso, possuem como base e apoio o suporte institucional (Mostafa; Sabbag, 2016, p. 21).

Os elementos de exclusão de que fala o texto acima trazem de volta a visão de conhecimento que se extrai da elaboração do discurso, que se alinha ao poder e que se institucionaliza nos papéis dos indivíduos nas suas relações sociais, apesar de que, por sua natureza autônoma, independente e transitória, o poder não se subordina a uma instituição ou a qualquer grupo que se forme em um contexto demográfico-social.

verdade e as formas jurídicas. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002, p. 8).

⁶ “Foucault investigou a subjetividade como prática de liberdade, a partir de 1978 e com textos e entrevistas do mesmo período. A passagem entre uma subjetivação que se faz sob práticas coercitivas a uma subjetivação reflexiva mais autônoma, ocorreu em decorrência de sua pesquisa sobre governamentalidade. A subjetivação passou a ser pensada a partir de dois vetores: as práticas de assujeitamento e as práticas de si” (FERREIRA NETO, João Leite. A analítica da subjetivação em Michel Foucault. **Revista Polis e Psique**. v. 7. n. 3. Belo Horizonte, 2017, p. 7).

Ainda na relação conhecimento e poder, Foucault argumenta que “a produção do conhecimento é organizada pelo que ele denomina de Genealogia do Poder, onde busca esclarecer que a verdade tem uma história, e que esta possui ligação com comportamentos, decisões, lutas, e assim, poder (Bordin, 2014, p. 226). Esta interpretação concorda com o pensamento foucaultiano que se encontra a respeito do conhecimento, do discurso, do poder, do saber e da verdade em sua obra *A Arqueologia do Saber*, com a particularidade de que neste seu citado trabalho ele dá mais ênfase aos termos saber e poder, com os seus respectivos conceitos.

1.4 As elaborações discursivas no saber-poder de Michel Foucault

Michel Foucault dissertou que discurso se relaciona com a proximidade entre o ser humano e o sentido do que ele diz e faz, como um trabalho que não se envolve com alardes, mas se processa histórica, social e temporalmente, interferindo nas relações de poder com que a sociedade convive em seu tempo, sendo o discurso um acontecimento de propósito, ao contexto de lugar, de intencionalidade, de aspecto temporal e de coletividade social (Morais, 2017). Outrossim,

Em meio a essa multiplicidade temática e às diferentes trajetórias de seus estudos, o espólio intelectual de Foucault, em sua dispersão, abre, sem dúvidas, diferentes possibilidades, as quais servem tanto às diferentes áreas citadas como também àqueles que possibilidades, as quais servem tanto às diferentes áreas citadas como também àqueles que lidam com o discurso. Aliás, seu interesse e problematizações acerca do sujeito e do discurso são centrais na maioria de seus escritos. Logo, podemos afirmar que sua obra desenha as condições históricas de possibilidade do discurso, do sujeito e das ciências (Santos; Estevam; Marques, 2020, p. 3).

O discurso interessa a Foucault por se tratar de um material com grande possibilidade científica, sem desprezar os engajamentos sociais, mas trabalhando o homem enquanto sujeito biológico, civilizado, intelectual e social, com pretensões de poder, até porque este se configure como um significativo querer do ser humano, seja para a própria autonomia, seja para as relações com os demais da espécie.

Para Foucault, há diferentes campos do conhecimento e se espalham em Antropologia, Filosofia, História, Literatura, Medicina, Psicologia, todas se apoiando nas complexidades discursivas, nos critérios científicos de formalidade informativa e

em multiplicidades temáticas, justamente pela variedade de áreas que lidam com o discurso e que constroem o saber-poder. Neste sentido,

A problematização do saber deixa de encontrar seu lugar em investigações que procuram estabelecer uma unidade discursiva em torno de um objeto específico para reconhecer que também ele é formado por uma multiplicidade de discursos a qual, apesar de sua aparente diversidade e eventuais contradições, ocupa um solo epistemológico determinado que oferece as condições específicas para que os discursos possam ser produzidos. A análise do discurso é então a descrição de regimes de enunciado e formas de dispersão sob as quais ocultam-se regularidades que a regem e estabelecem regras de formação (Bergano; Ternes, 2015, p. 54).

Existem diferentes saberes, a contar do senso comum, que segue os próprios caminhos de aprendizagem, à margem do saber científico, isso faz com o discurso se constitua em um acontecimento complexo e com certa distância da unidade discursiva que os pensadores pretendem firmar, além da própria individualidade filosófica que se impõe nos sujeitos, fruto da sua personalidade e racionalidade.

Para a citação textual acima, o discurso pode acontecer sob regularidades, até porque o saber científico, ao contrário da coloquialidade informativa e linguística, tem as suas regras de construção, que se expõem nos trabalhos discursivos e que, para pensadores como Michel Foucault, contribuem diretamente como o conhecimento, com o saber e com o poder, até mais do que simplesmente as lutas sociais. Falando deste pensador francês, em suas análises sobre discurso, ele entendeu que

cada sociedade possui os mecanismos que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos. Assim, e esse é um ponto importante para as colocações que se seguem, um discurso acolhido como verdadeiro exclui outros, desqualificando-os, já que somente ele deve tornar-se hegemônico e com pretensões universais. É a arqueologia que permite a Foucault analisar as ciências humanas enquanto saberes. A arqueologia é então o estudo das condições de existência dos discursos (Mostafa; Sabbag, 2016, p. 19).

Além do discurso científico e do discurso do senso comum, há o verdadeiro e o falso, formalizando os discursos científicos e verdadeiros no que Michel Foucault trata como arqueologia, caracterizando-as de acordo com a sua relação entre estudo, ciência, saber e realidade discursiva, sob a ressalva de que o fato de um discurso existir não pressuponha direta validade dele, pois no reconhecimento de um discurso está a sua afirmação da verdade e a evidência da sua cientificidade.

Com as atenções sobre discurso e sobre a filosofia de Michel Foucault, há em Toscano e Silva (2015) uma ênfase do conhecimento e da verdade como dois elementos de elaboração discursiva, concordando com o pensamento foucaultiano, o que faz com que o acontecimento discursivo não seja sofista e nem apenas se limite à oratória de boa articulação vocabular, em absoluto, pois, para além da beleza nas exposições redacionais, a legitimidade do discurso, especialmente o científico, está na sua veracidade informativa, a desqualificar o que é enganoso.

Nesta interpretação, Michel Foucault se afasta de quem recorra a sofismas nas exposições discursivas, preferindo, se for o caso, investigações, uma vez que nos critérios históricos dos fatos e formativo-sociais é que se sustente o conteúdo que se configura em discurso, numa construção que se junta às relações sociais e que tem o seu valor filosófico, desde que não se afaste do seu papel científico e do seu diálogo com a sociedade em que ele se realize.

O discurso em Michel Foucault é sempre científico? Não, porque a filosofia não é científica, mas discursiva. No entanto, o discurso foucaultiano trabalha a verdade em sua redação, de onde também se extraem conhecimento, poder e saber. Morais (2017, p. 186) analisa o discurso sob a visão foucaultiana em *Arqueologia do Saber*, anotando que na referida publicação do pensador francês,

No que tange à ideia e conceituação da Análise de Discurso (AD), pode-se apontar que esses estudos começaram com Foucault, através da sua *A Arqueologia do Saber*, com a qual apresenta o discurso como um acontecimento que deve ser estudado dentro de uma perspectiva da descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação [...]. Em outras palavras, Foucault, ao estudar o discurso, na perspectiva Arqueológica, estava preocupado em mostrar a problematização do discurso e de sua emergência no âmbito do campo da formação do conhecimento e das ciências humanas.

Em reafirmação interpretativa, o discurso, no conceito foucaultiano, se mistura à visão de conhecimento e de ciências humanas, bem como a realidade discursiva se constitui de um acontecimento, um evento não aleatório, alterador de circunstância e proporcionador de transformações, um enunciado lógico, proposital e elaborado com a verdade informativa.⁷ Mais uma vez, o discurso se expõe na essência do histórico, alinhando o seu texto ao espaço, ao tempo e aos critérios científico-sociais.

⁷ O discurso, nas explicações de Michel Foucault e a formação discursiva discorrem nos textos “*A Arqueologia do Saber* (1969), *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento* (1966), no intuito de analisar a função que essas noções desempenham no interior de sua filosofia” (AZEVEDO,

A partir da sua Análise do Discurso, Foucault propõe a elaboração discursiva sob o aspecto da descontinuidade e da ruptura e a quebra da objetividade e da visão homogênea do discurso, desconhecendo limites expositivos, sem se afastar, contudo, da cientificidade e da verdade. De acordo com Santos, Estevam e Marques (2020), o pensamento foucaultiano ganhou na década de 1980 a companhia do outro pensador francês, Jean-Jacques Courtine, que se envolveu com o comunismo europeu desse período e participou da vida filosófica de Michel Foucault, relendo os trabalhos foucaultianos e reelaborando as suas explicações sobre discurso.

A partir do discurso de acordo com os pontos de vista foucaultianos verifica-se que o citado filósofo francês se interessava pela formação do homem-sujeito crítico, não necessariamente reacionário do sistema político e social, mas autônomo em sua intelectualidade, disponível a uma educação libertadora, aos moldes de que Pereira (2023) dissertou, sob a ressalva de não se limitar à visão freiriana, que mistura visão de educação com formação politizada do homem-sujeito.

2 O SABER-PODER FOUCAULTIANO POR OUTROS PENSADORES

Os trabalhos de Michel Foucault que foram publicados na década de 1960 se caracterizaram como pós-estruturalistas e os que ele elaborou a partir da década de 1970 receberam o rótulo de pós-modernos, embora essas caracterizações viessem de análises de terceiros, pois ele não aceitava tais rotulações.⁸ No entanto, é inegável que diferentes pensadores participaram das construções filosóficas de Foucault, seja por aproximações de pontos de vista, seja por tergiversações entre os pensamentos de cada um dos pensadores que se envolveram com ele ou vice-versa.

A partir daqui, elencam-se alguns dos pensadores, cuja análise das suas percepções vem ao encontro temático e reflexivo desta dissertação, em um diálogo entre a filosofia foucaultiana e as convicções dos filósofos adiante relacionados. É de oportuna observação que, mesmo quando se sentou influenciado por estudiosos das mais distintas abordagens temáticas, Michel Foucault manteve a sua identidade para o universo filosófico, como esta afirmação se confirma nas comparações entre o que ele construía filosoficamente e os trabalhos de outras personalidades elencadas a seguir, mas cada um contribuindo de algum modo com a filosofia foucaultiana.

Esse comparativo entre Michel Foucault e outros escritores da filosofia não vem do próprio querer deste pensador francês, mas é relevante, uma vez que apresenta a temática do poder como um recurso de reflexão e de opinião em vários intelectuais que se espalham nas publicações filosóficas, dentre os quais os que viveram já nos tempos contemporâneos, cujos exemplos seguem adiante. Chame-se a atenção para, considerando-se as convicções de Foucault, a interpretação de que

Se o poder não se refere a uma coisa, a um objeto, mas a uma situação estratégica é porque dificilmente ele é localizável ou apropriado por alguém. Resulta serem inapropriadas e infrutíferas as teorias que se limitam a definir o poder; antes, importa detectar, situar sua operacionalidade, funcionamento em redes, como ele transita entre os indivíduos enquanto intermediários, sem que estes sejam seu lugar de origem ou seu alvo privilegiado (Santana Sobrinho, 2021, p. 9).

⁸ Reflita-se que “o homem pós-moderno foucaultiano desconstrói o próprio homem como núcleo central de construção de seu pensamento e propõe um verdadeiro projeto de libertação homem das tramas de poder que o determinou em sua constituição social” (COELHO JÚNIOR, Alcides de Sousa; MENDES, Luís Roberto Sousa. O homem pós-moderno e a metodologia de Foucault. **Revista da UNESP**. v. 5. n. 14. São Paulo, 2015, p. 89).

Enquanto Foucault se recusa a localizar o poder em uma referência fixa, como ele assim o faz no saber, outros filósofos, ainda que não em linguagem discordante, se distanciam dos pontos de vista foucaultianos ou pelo menos se distinguem pelas próprias argumentações de que o poder há de estar nas instituições que organizam a sociedade em um definido contexto civilizatório ou nas lutas de classes, em especial, nos embates dos oprimidos contra as forças opressoras, como propunha Paulo Freire (Oliveira, 2017), quando os enfrentamentos também configuram poder.

Seis filósofos foram escolhidos a partir de diferentes referenciais bibliográficos sobre Michel Foucault para servirem de personalidades dialógicas com ele: Friedrich Nietzsche, Gilles Deleuze, Karl Marx, Noam Chomsky, Paulo Freire, Sigmund Freud. Esses intelectuais fazem parte da Idade Contemporânea e desenvolveram trabalhos que debatem com a filosofia foucaultiana e com o próprio modo de Michel Foucault enxergar e interpretar o mundo a sua volta.

2.1 Friedrich Nietzsche e a sua relação filosófica com Michel Foucault

O filósofo prussiano Friedrich Nietzsche viveu no século XIX e se destacou nas críticas que fazia ao ambiente religioso e social do seu tempo, além de seus pontos de vista sobre cultura, filosofia e vontade de poder, sendo este último destaque um dos assuntos que confluíram os seus trabalhos e os de Michel Foucault, que enquadra a sua filosofia no reconhecimento da influência que recebera de Nietzsche.⁹

De acordo com Gonçalves (2022), Nietzsche e Foucault dispuseram diferentes aproximações investigativas e interpretativas das suas publicações quando pautaram temáticas similares, ainda que cada um seguindo o próprio caminho, reconhecendo-se que há influências do pensamento nietzschiano em Foucault, mesmo que não se afirme ser ele um discípulo de Nietzsche.

Ambos, contudo, atentam para o ser humano numa dimensão abstrata, pois procuram compreendê-lo por expressões como conhecimento, desenvolvimento

⁹ “A data é vinte e nove de maio de 1984. Michel Foucault, ao ser levado a falar dos filósofos que lhe parecem imprescindíveis, naquela que será a derradeira de tantas entrevistas, acaba declarando: ‘sou simplesmente nietzschiano, e tento ver, na medida do possível, sobre certo número de pontos, com a ajuda de textos de Nietzsche – mas também com teses antinietzschianas (que são completamente nietzschianas!) o que se pode fazer neste ou naquele domínio’” (PINHO, Luiz Celso. A presença de Nietzsche na obra de Foucault: mais do que uma afinidade filosófica. **Revista Princípios**. v. 16. n. 26. Natal, jul./dez./2009, p. 167).

peçoal, intelectualidade, espiritualidade, relações poder e saber. Há como identificar características como essas tanto em *Assim falou Zaratustra*, publicado em 1883, de Friedrich Nietzsche, como em *Cuidado de si*, de 1985, autoria de Michel Foucault. Em se falando do saber, a racionalidade humana traz as condições de aquisição. Já sobre poder é relevante a informação de que

Para Nietzsche, a legitimação do mais forte no poder, dar-se-ia pela pura e simples racionalização do fundamento valorativo da moral, deslocando-se o foco desta dos bons costumes, para a análise crítica dos objetivos da norma moral: racionalidade, pelo maior aprimoramento de todos, como grupo e como indivíduos. Fácil é perceber que, quando Nietzsche fala em potência, refere-se a uma situação, ou posição na qual o indivíduo tem condições de plenamente realizar-se, nos limites da colimação do aprimoramento de sua moral-racional (Silva, 2020, p. 2, 3).

O explicativo nietzschiano concebe as relações de poder na espécie humana como coexistentes com os valores morais. Neste caso, o saber-poder se aproxima da somatória de comportamentos e de costumes que moralizam os indivíduos enquanto participantes de contextos e de grupos sociais. Nietzsche não aborda e nem rejeita a visão de independência do poder que compõe as reflexões foucaultianas, assim como Michel Foucault não se interessa por debater com a moral-racional nietzschiana.

O que há de comum entre eles? A análise do ser humano e os aspectos que o descrevem em sua racionalidade. Daí as anotações reflexivas sobre conhecimento, discurso, espiritualidade, moral, poder, saber, enfim, enfatizando-se que Nietzsche se expunha de acordo com valores do ascetismo e Foucault se aproximou das marcas ascéticas com as quais se identificaram os princípios filosóficos nietzschianos, tanto que, seja pelo saber, seja pelo poder, se em Nietzsche há a moral-racional, Foucault reconhece a ética como uma ferramenta relacional entre a espécie humana.

Em Gonçalves (2022) há o manejo vocabular do ascetismo que se inicia pelos termos que o originam no âmbito da filosofia e o distanciam de doutrinas religiosas. O próprio Michel Foucault separa o ascetismo filosófico do universo cristão, mas se une à catequese do cristianismo na defesa da verdade. Nietzsche, concordantemente, se envolve neste assunto sob o reconhecimento da verdade como um critério do discurso filosófico, onde a ética foucaultiana e a moral-racional nietzschiana se juntam.

Para Henning e Ferraro (2022), todas essas discussões que envolvem Michel Foucault e Friedrich Nietzsche nas misturas temáticas de discurso, ética, moral, poder racionalidade e saber chegam até à escola, trazendo-se para essa relação os termos

escola-Estado, governamentalidade, inteligibilidade, reafirmando-se o conhecimento humano e as relações sociais que os homens estabelecem entre si como um recurso de aquisição do poder, ainda que de forma transitória, como defendeu Foucault. Há outra pauta que aproxima dialogicamente esses dois filósofos, cada um no seu tempo, que a filosofia chama de vontade de verdade. Sobre isso,

Através da filosofia nietzschiana, é possível compreender a vontade de verdade como o instrumento sob o qual atua a metafísica, expressa por meio do cristianismo, enquanto forma de interpretação da realidade que preza pela ruptura do humano com o devir ou com as coisas propriamente humanas. Em outras palavras, o filósofo alemão identificará a vontade de verdade como forma de compreensão de mundo que rejeita o vir-a-ser e direciona o querer humano para a metafísica, em um ato de negação da vida e de esquecimento de si. A denúncia realizada por Nietzsche pretende oferecer ao humano vias de entendimento que o possibilitem se afastar da vontade de verdade, uma vez que ela prezaria pela massificação do que é individual e particular, de modo a instituir um controle da vontade humana com maior facilidade (Hordecte, 2020, p. 110).

É perceptível a influência da espiritualidade no ascetismo de Nietzsche, ponto de convergência com Foucault, não exatamente pelas vias do cristianismo, até porque ambos os pensadores também se caracterizam por aproximações com o comunismo ideológico e político-social. Se o saber-poder se configura nos aspectos éticos, morais e racionais, a vontade de verdade se intensifica numa reciprocidade dos termos, e os dois citados filósofos concordam com o ponto de vista de que o ser humano recebem das instituições sociais essa formalização da verdade nos discursos, sendo por elas que os aspectos da vontade de verdade se fortalecem.

Tudo converge para a relação de poder, até porque o homem não se empenha em viver princípios e em se curvar a valores sem nenhum interesse em especial. Tanto que, se fosse assim, as relações do conhecimento com o saber-poder não sofreriam as resistências de quem se veja subjugado por quem detém o poder e não ocorreriam os enfrentamentos das classes sociais, na ambientação beligerante entre opressores e oprimidos, entre dominantes e dominados.

Friedrich Nietzsche fala em massificação do homem, se verdades absolutas, metafísica e conceitos científicos se misturam na construção da vontade de verdade, aglutinando o laboratorial e o espiritual, mas com um propósito definido de organizar as relações humano-sociais. Michel Foucault não antagoniza, mas pondera a respeito da metafísica nietzschiana, pois verdades absolutas impõem amarras que divergem

do poder passível de mudanças de mãos, já que dogmas estabilizam o poder em alguém ou em alguma instituição, assim como o saber, e a autoridade constituída ditará as regras dessa vontade de verdade (Santana Sobrinho, 2021). Ademais,

no pensamento foucaultiano, a vontade de verdade se expressa através de uma vontade de exclusão, na medida em que coloca à margem da sociedade aqueles que não são direcionados pela vontade de verdade instituída como única forma de verdade possível. Assim, seria por meio, por exemplo, de pedagogias de massificação ou até mesmo da prisão, que a vontade de verdade seria instituída como ordem correta do funcionamento social e os sujeitos que não se encaixam nesta vontade acabam sendo retidos, reprimidos e, em última instância, forçados a fazerem parte deste discurso fortalecido pela vontade de verdade (Hordecke, 2020, p. 111).

O poder, inferindo o pensamento foucaultiano, faria da vontade de verdade um instrumento de imposição, pela massificação humana, pela repressão e pela retenção, a fazer valer o funcionamento social, pois só quem detém poder consegue se impor dessa forma. Já não se está falando aqui da metafísica da filosofia nietzschiana, mas da massificação do homem e da relação de autoridade de uns e de subordinação de outros nas relações humanas pelas instituições sociais em um contexto civilizatório.

Tem-se aí um afastamento do que pensa Foucault sobre a vontade de verdade e que percepção tem Nietzsche, esvaziando a influência deste sobre aquele, apesar do ascetismo que se verifica em ambos. Mas este texto, ainda que investigue e analise diferentes pontos de reflexão entre os referidos filósofos, mantém a proeminência do saber-poder, e nas atenções para isso enxerga nos pontos de vista nietzschianos uma aceitação da institucionalidade dele, enquanto a filosofia foucaultiana insiste na visão de que o poder não se institucionaliza, pois é independente, mutável e passageiro.

Em um comparativo entre as expressões filosóficas de Foucault e de Nietzsche, pode-se afirmar que o pensador francês dedicou respeito ao filósofo prussiano, mas não o seguiu às cegas nas formulações dos seus conteúdos reflexivos.¹⁰ Mesmo que Nietzsche não tenha abordado a questão do saber-poder, a sua visão de massificação do homem e de manejo conceitual da vontade de verdade deram a contribuição para isso e fizeram parte das atenções foucaultianas.

¹⁰ “A frase de impacto ‘sou simplesmente nietzschiano’ indica, sem dúvida, sua proximidade com o pensador alemão. No entanto, até que ponto ela não expressa uma tentativa de minimizar possíveis, e inevitáveis, diferenças, num momento solene, tendo em vista que são pronunciadas no limiar de uma vida? Podemos supor, assim, que a referida afirmação retrata uma última homenagem retórica àquela cuja inegável relevância teórica não ficou registrada de forma adequada” (Pinho, 2009, p. 168).

2.2 Gilles Deleuze e a sua relação com a filosofia foucaultiana

Os filósofos Gilles Deleuze e Michel Foucault se conheceram no decênio de 1960 e desde então desenvolveram uma amizade ininterrupta entre eles, distinguindo essa relação pessoal das convicções filosóficas de cada um, convergindo entre si sobre a importância dos trabalhos de Friedrich Nietzsche. Deleuze, também trabalhou a ética e o poder, entre outras abordagens, em seus escritos filosóficos, sendo que este intelectual parisiense se mostrou mais alinhado à questão da relação opressor e oprimido, na concordância com Paulo Freire que Michel Foucault.

Embora não concordassem em todas as formas de virem o mundo do tempo em que viveram, Deleuze e Foucault enxergaram na filosofia uma referência não só reflexiva, mas também política e social, em que os eventos históricos e os regimes de seriam analisados sem a opressão de totalitarismos governamentais, mas de acordo com o que tanto se configura como um ingrediente essencial aos princípios filosóficos, que seja a liberdade:

Para Deleuze e Foucault, a filosofia tem uma tarefa muito clara: cabe à filosofia manter em tensão o que não tem resolução dialética, cabe a ela manter em aberto o que não tem arremate. A filosofia deveria ser a mantenedora de um espaço vital do próprio pensamento: a liberdade. Sua atividade residiria na capacidade de atravessar a zona cinza na qual ninguém sabe ao certo o que está em conflito, ou que se defende, o seu mérito estaria em não participar da língua oficial do poder (Miranda, 2023, p. 154).

Existe a linguagem do poder, assim como o saber também se ajusta ao modelo de comunicação que se apoia no conhecimento, no discurso e na intelectualidade. Há uma zona cinza e turva que à filosofia cabe reconhecer e dominar, é o terreno da percepção e da reflexão. Com isso Deleuze e Foucault estão de acordo. Mas há a somatória de acontecimentos que envolve as mais distintas contextualizações sociais e civilizatórias, que se embaralham em relações de autoridades e de subordinações, e o saber-poder foucaultiano se posiciona pelas próprias convicções, assim como as interpretações de Gilles Deleuze sobre filosofia, homem, poder, política e sociedade.

É importante registrar aqui que Deleuze ministrou cursos sobre Foucault, sendo que “os cursos de Deleuze apresentam uma excelente perspectiva acerca do pensamento de Foucault, sendo certo que Deleuze concentrou esses cursos em temas específicos, são eles: saber, poder e subjetivação” (Nóbrega; Negris, 2018, p.

1). As atenções do referido filósofo sobre a filosofia foucaultiana pressupõem que, concordante ou não, Deleuze valorizava os trabalhos de Michel Foucault.

Se é assim, evidencia-se a tríplice relação filosófica em que Foucault olha para Nietzsche e Deleuze olha para Foucault, sem necessariamente um se caracterizar como seguidor do outro. Apenas refazem ao próprio modo teorias, rediscutindo pontos de análise, de contemplação e de reflexão ou ajustando-os ao tempo de cada filósofo. O saber-poder é um dos exemplos, mesmo que nem todos atentem para esses termos em composição vocabular, mas falam deles separadamente.

Interpretando Henning e Ferraro (2022), uma abordagem filosófica não se torna uma patente temática e tampouco uma propriedade intelectual privada do filósofo. Daí um mesmo assunto se movimentar em tantos pensadores e em diferentes obras, é o que se verifica em reflexões sobre o saber e o poder, muito insistentes em Foucault e cujos trabalhos serviram de atenções analíticas e discursivas, a exemplo do que fizera Deleuze. A respeito da filosofia destes citados intelectuais franceses,

A investigação que vimos desenvolvendo desde 2013 investiga o pensamento filosófico de dois relevantes e polêmicos filósofos do século XX, Michel Foucault (1926-1984) e Gilles Deleuze (1925-1995) e de modo. O ponto fulcral da pesquisa, entretanto diz respeito ao problema do Ensino de Filosofia no Ensino Médio, cuja compreensão e conceitos correlatos têm sido problematizados (embora, não exclusivamente) nas reflexões epistemológicas, pedagógicas e políticas de ambos os filósofos, ou seja, neste movimento investigativo simultâneo temos conduzido a discussão foucaultiana e deleuziana pela seara da educação, de modo mais específico pelo Ensino de Filosofia no Ensino Médio. Temos investigado como os elementos compreensivos (conceitos) criados por ambos os filósofos podem ser aplicados nos desdobramentos teóricos e práticos do Ensino de Filosofia no Ensino Médio, em vista de uma educação filosófica que priorize a atitude filosófica (autônoma e criativa) em sala de aula (Carvalho, 2015, p. 1).

O destaque textual contribui duplamente para o interesse desta dissertação, já que traz às atenções redacionais as relações filosóficas de Deleuze e de Foucault e as ajusta reflexivamente à formação escolar dos estudantes do Ensino Médio, no qual entre os currículos está Filosofia. A compreensão das temáticas filosóficas a partir de personalidades como eles é de fato um dos aspectos do ensino-aprendizagem para o público estudantil do Ensino Médio, mas ao apoio dos conceitos que eles oferecem a pautas como civilidade, civilização, conhecimento, discurso, educação, ética, governo, lutas de classes, moral, poder, política, relações sociais, saber, sociedade e a muitas outras abordagens aplicáveis ao desempenho intelectual dos alunos. Outrossim,

Deleuze perpassa as publicações de Foucault ressaltando a abordagem que estas encerram em suas temáticas, seja em livros sobre linguagem, na observável recorrência dos espaços - como hospitais, asilos e clínicas, seja na reelaboração de sentido dado a “enunciado”. Os estudos sobre os lugares, clínicas e asilos e, posteriormente, as prisões, também encerram estudos dos enunciados presentes. Dando um panorama bastante didático da obra de Foucault e tendo explicado a necessidade de tê-lo feito – tornar minimamente comum aos ouvintes o repertório do pensador que irão estudar -, Deleuze nos chama para um exercício que nomeia de “tateamento”. Para ele, tatear o pensamento de um autor implica que se observe frequência e estilo, mas também que se confie no que está sendo dito, sem redarguir num primeiro momento, permitindo que o autor fale (Nóbrega; Negriz, 2018, p. 2).

Então Deleuze não se apressa a discutir com os pensamentos foucaultianos, mas atenta com diligência para os pontos de vista do seu compatriota, verificando os pontos convergentes e, se for o caso, os divergentes, em ambos os casos partem as novas publicações, pelos mesmos assuntos ou por leituras de obras já publicadas. Foi o que aconteceu com Deleuze, quando se envolveu com a filosofia de Michel Foucault, incluindo-se aqui o saber-poder foucaultiano. Tamanha a proximidade, mas não similaridade, da filosofia de Gilles Deleuze com Michel Foucault,

O encontro destes dois pensadores mostra-se extremamente oportuno, na medida em que suas reflexões nos subsidiam com a compreensão do processo de inculcação de informações e doutrinação cultural, presentes em diversos momentos da formação dos discursos na sociedade, bem como observáveis no processo de ensino-aprendizagem, e com isso torna possível reconhecê-los como passíveis de ser revistos e transformados (Carvalho, 2015, p. 3-4).

Se o doutrinamento cultural-social do mundo contemporâneo, especifique-se a metade final do século XX em diante, recebe as filosofias de Deleuze e de Foucault, então o saber-poder vai se distribuir em aquisição do conhecimento como um ganho pessoal e permanente, que é o saber, e o fenômeno de vida própria e que passa de mãos em mãos em espaços não simetricamente determinados é o poder, ao menos é o que descreve as reflexões de Michel Foucault.

Já em Deleuze, o poder se envolve com a potência e com as resistências, que também se envolvem com forças, visto que não se trate de um fenômeno estático e nem tampouco passivo e tácito (Hur, 2016), sendo que este ponto de vista não é discordância da filosofia deleuziana em relação à foucaultiana, até porque Deleuze se concentrou muito no que Foucault falara sobre saber-poder e sobre outras pautas.

Na verdade, tanto Foucault quanto Deleuze concordaram com o saber como o que se adquirira pela investigação, pelo conhecimento e pela aprendizagem, mérito da intelectualidade de cada pessoa. O poder é um fenômeno em constante movimento e que não se deixa subordinar nem por pessoas e nem por instituições, mutável e até dissipável, confirmam-se as lutas por ele, a convivência belicosa que ele promove e as manifestações de resistência de quem não se curva a quem o possui.

Refletindo-se, “se o poder não se refere a uma coisa, a um objeto, mas a uma situação estratégica é porque dificilmente ele é localizável ou apropriado por alguém” – escrevera Santana Sobrinho (2021, p. 9), a partir da filosofia de Michel Foucault, de acordo com uma linguagem explicativa e concordante com o pensador francês.

Os conceitos do saber-poder deleuziano e foucaultiano se misturam aos pontos de vista de cada pessoa que dialoga com eles, a exemplo dos alunos que fazem o Ensino Médio, seja em que modalidade for, que enxergam nos filósofos atualizados formadores de verdades discursivas e orientadores de temáticas alinhadas à realidade que esses estudantes estão vivendo em seu tempo (Carvalho, 2015).

Notadamente, a relação filosófica de Deleuze com Foucault não foi conflituosa, mas também seria um exagero considerar os pensamentos filosóficos deles como um volume ideológico único ou igual. Deleuze atenta com mais dedicação que Foucault aos embates das classes sociais oprimidas contra as forças opressoras, sem que nenhum enfrente o outro nas conceituações do saber e do poder. Foram mais amigos que debatedores entre si de pautas sociais.

2.3 A ontologia de Karl Marx e a epistemologia de Michel Foucault

A relação de proximidade filosófica entre Karl Marx e Michel Foucault tem o seu ponto referencial na crítica que ambos faziam ao regime ideológico e socioeconômico do capitalismo, ainda que cada um elaborasse os próprios rumos de observação de um mundo agitado pelas dinâmicas científicas, políticas, tecnológicas e trabalhistas, levando-se em conta o espaço temporal que separa Marx de Foucault.

Neste caso, o mundo em que Karl Marx viveu não fora cronológica, política e socialmente o mesmo de Michel Foucault, e entre ambos os filósofos acontecimentos importantes como as guerras armadas e a Guerra Fria, as inovações em diferentes áreas e as movimentações sobre regimes totalitários e estados democráticos de

direito ajustaram as sociedades nacionais a novas formas relacionais humanas em se tratando de conhecimento, de poder, de regimes de governo e de saber, entre outras temáticas com que a filosofia e os filósofos trabalhem.

Karl Marx rejeitava analisar o ser humano por aspectos metafísicos, daí a sua filosofia ser caracterizada como ontológica. Já Foucault se envolveu com empenho na teoria do conhecimento, seguindo os princípios epistemológicos, mantendo relação de proximidade com o ascetismo de Nietzsche, sem se preocupar em ser um crédulo da religião, não refutando, porém, os fenômenos divinos ou místicos. Comparando-se as filosofias de Marx e de Foucault,

As obras de grandes filósofos, como Karl Heinrich Marx e Paul-Michel Foucault, possibilitam um leque infindável de interpretações. Tantas e diversificadas leituras constituem a prova da profundidade, riqueza e alcance dos textos originais. Os estudos que, desde algum tempo, dedicam-se a refletir sobre as aproximações e distanciamentos destas questões, têm ficado geralmente circunscritos à análise das críticas marcantes a eles endereçadas. Ao mesmo tempo, é latente que quanto mais se escreve sobre as grandes obras, mais rica se torna nossa objetividade sobre os estudos, as temáticas e a atualidade dos conceitos. É sabido, ainda, que as interpretações não se restringem a repetir o conteúdo original, mas também visam propor pequenos deslocamentos, criar novos e penetrantes planos com base nos textos originais (Valeirão, 2014, p. 13).

Como se verifica em qualquer pesquisador do universo filosófico, as análises dos trabalhos das personalidades que se elencam na filosofia fazem com que ocorram comparações entre elas, para a identificação de similaridades ou de distinções que as caracterizem, como se está fazendo aqui entre Marx e Foucault. Pelo critério de tempo Karl Marx não acompanhou a filosofia foucaultiana, mas Foucault recebeu influência marxista em seu modo de interpretar o homem, o mundo e a sociedade. Em ambos há reflexões sobre o saber, o poder e outras abordagens. Neste sentido,

A primeira forma pela qual o poder se deixa aparecer nas primeiras páginas d'O *Capital* é a forma dinheiro. Nos Grundrisse Marx a descreve como um poder social sob a forma de uma coisa [...], como um poder coisificado, exteriorizado ao indivíduo que se lhe impõe como um poder externo frente aos produtores e deles independentes [...]. Em que consiste essa exteriorização sob a forma de coisa, de um poder aparentemente independente e fatalista aos indivíduos? Para responder a essa pergunta é preciso que retomemos a gênese do dinheiro elaborada por Marx n'O *Capital* e suas implicações no estabelecimento das relações de poder constituídas por essa forma (Barbosa, 2017, p. 11).

Foucault trata o poder como um fenômeno abstrato, imaterial e de vida própria, que não se deixa patentear. Já em Marx há uma materialização do poder através dos aspectos econômicos e mercantis, que ele chama de coisificação do poder. Neste caso, diferentemente do pensamento foucaultiano, a interpretação marxista do poder permite a detenção, a institucionalização, o manejo e a patente desse poder, e ainda quem o possui fazer com essa benesse coisificada se torne permanente a ele.

O dinheiro, na verdade, é um dos exemplos materiais, mas há outros. Em todo caso, o pensamento marxiano é de reconhecimento materialista do poder. Não há no saber essa possibilidade de coisificar, até porque o saber-poder podem se juntar nas composições vocabulares, mas se distinguem conceitualmente, e é o que acontece nas atenções filosóficas sobre Foucault, Nietzsche, Deleuze e até Marx, e este último não chama o poder de fenômeno imaterial, ao contrário, aproxima patrimônio material de poder, reconhecendo que posses de bens conferem esse fenômeno social. Em se tratando do que dissertara Barbosa (2022, p. 3-4),

Compreender a materialidade das relações de poder, tal como Marx a apresenta, implica pensá-la a partir de sua multilateralidade. Nessa perspectiva, o próprio poder se apresenta de natureza múltipla, de modo que não caiba mais o discurso sobre *O poder*, sendo antes necessário tratar de múltiplos poderes que se interligam e se articulam conforme as múltiplas realidades nas quais se inserem. Neste sentido, o poder não pode ser pensado mais como uma ação específica, sendo antes um sentido geral de relações que, a partir de um jogo de forças, exerce uma determinação sobre a própria forma de ser daquele a quem se coloca.

Ao tirar o foco da coisificação do poder através das posses de bens materiais para percebê-lo como um jogo de forças, Marx atenta para o aspecto abstrato desse fenômeno, com sua multiplicidade de expressões e de exercícios, mesmo que isso não signifique que o pensador alemão abandonara a visão de materialidade do poder e se concentrara em identificar a exposição dele nos espaços sociais.

A partir desta interpretação da visão marxiana de poder é fato que a ideologia de Karl Marx recebe mais adiante uma atenção concordante da parte de Foucault na área do saber humano, pois o filósofo francês se envolve com o alemão quando os aspectos imateriais do poder tomam parte nas reflexões de ambos, como ressalta Valeirão (2014), e não somente isso,

Assim, Marx se aproximaria muito mais de Foucault, propondo um conjunto de relações de poderes locais que se combinariam em estruturas maiores e mais complexas, de modo a constituir, a partir da periferia, os grandes mecanismos de poder, do que de uma concepção jurídica moderna, que o toma como um centro irradiador, a partir do qual a periferia se submete (Barbosa, 2022, p. 4).

Mas há distanciamentos entre Marx e Foucault, em certa dose por influências de terceiros, pois Marx explora a dialética de Friedrich Hegel¹¹ e Foucault leva em conta a filosofia de Friedrich Nietzsche,¹² e estas duas vertentes filosóficas se afastam uma da outra quando se envolvem com a dimensão do poder, que Marx enxerga num plano da totalidade às mãos de quem o possui, enquanto que Foucault argumenta que existe a força coletiva, mas não totalitária, e o aspecto da efemeridade e da mudança de quem passa a exercê-lo.

Os pontos de distanciamento filosófico entre a visão marxiana e a foucaultiana do saber-poder e de outras abordagens temáticas apenas reafirmam que, ainda que haja uma atenção e até uma concordância entre pensadores da filosofia, é difícil que o posterior apenas copie a ideologia de quem o antecedeu. Cada um faz as pesquisas que lhe interessam, tomam certas correntes filosóficas como materiais-base dos seus trabalhos, mas articula as suas próprias reflexões e apresenta até diferenciações em suas publicações. É desta forma que Michel Foucault se comporta diante de Karl Marx e até outras influências marcantes sobre ele, como Friedrich Nietzsche.

De acordo com Barbosa (2017), Marx defendia que dinheiro, propriedade são recursos de materialização e de movimentação do poder, capaz de se institucionalizar, diferentemente do que pensava Michel Foucault, mas também esse poder configura as diferenças e as lutas de classes, a força do trabalho como um instrumento opressor e para além do simples desenvolvimento econômico, a geração da violência em nome das resistências à hierarquização da sociedade. Mas todas essas possibilidades existem através do poder do capital e não só pela dinâmica da vida própria que o poder se expõe na filosofia foucaultiana e se diferencia do saber.

¹¹ Em sua dialética, Friedrich Hegel trabalhava uma perspectiva de totalidade, incluindo as discussões a respeito das relações de poder, ponto este discordante de Foucault, que até reconhecia a coletividade humana no exercício do poder, mas não em plano totalitário (vide SPINIELI, André Luiz Pereira. O conceito de dialética na filosofia hegeliana: a síntese dos opostos e a busca pela liberdade. **Arquivos do IV Congresso Interdisciplinar de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão Universitária do Centro Universitário Metodista Isabela Hendrix**. p. 317-332. Franca, abr./2019).

¹² Pinho (2009, p. 167).

2.4 O anarquismo de Noam Chomsky diante do saber-poder foucaultiano

O filósofo norte-americano Noam Chomsky se alinha a uma visão de poder a partir de um sistema anárquico e sindicalista, nominado ainda de anarco-sindicalista ou sindicalismo revolucionário, um modelo de organização social crítico do sistema capitalista, marca esta que aproxima o citado intelectual de outros filósofos, como Karl Marx e Michel Foucault, à ressalva de que cada um elaborou o próprio caminho para os seus conteúdos filosóficos, em certos pontos até se distanciando uns dos outros.

Se Michel Foucault analisou o poder como um fenômeno independente e com vida própria em sua expressão nas diferentes situações humano-individuais e sociais, sem se preocupar em promover lutas de classes, as interpretações revolucionárias de Chomsky se mostram mais agitadoras no combate a qualquer sistema de dominação e de hierarquização da sociedade, reconhecendo os valores de organizações como a sindical, onde o conceito do anárquico avance do sem-governo para menos-Estado, como se lê dele próprio, ao ponto de vista de que

Na verdade, devo dizer, para começar, que o termo anarquismo é usado para cobrir uma vasta gama de ideias políticas, mas eu prefiro pensar nela como a esquerda libertária, e desse ponto de vista o anarquismo pode ser concebido como uma espécie de socialismo voluntário, ou seja, como anarquista socialista ou anarco-sindicalista ou comunista libertário, a tradição de, digamos, Bakunin e Kropotkin e outros. Estes tinham em mente uma forma altamente organizada da sociedade, mas uma sociedade que foi organizada com base em unidades orgânicas, de comunidades orgânicas. E geralmente, queriam dizer no local de trabalho e do bairro, e a partir dessas duas unidades básicas é que poderia se derivar através de arranjos federativos uma espécie altamente integrada de organização social tanto nacional ou internacional. Tais decisões poderão ocorrer em espaços assembleários, mas tendo sempre delegados que formam parte da comunidade orgânica de onde vêm, para onde regressa, e em que, de fato, vivem (Chomsky, 2014, p. 5).

Ao seu modo de percepção do poder e da organização da sociedade, Chomsky propõe a institucionalização do universo humano em sua convivência coletiva a partir de discussões e de decisões em assembleias, sem a interferência do Estado, mas com a formação de lideranças que organizem os eventos de debates, o que ele chama de anarco-sindicalismo. Mas a própria organização de lideranças já desfaz a utopia de sociedade sem-governo, retomando-se a impossibilidade que Foucault identificou na institucionalização do poder, insistindo na independência deste fenômeno.

Ou seja, para a organização de um ambiente anárquico, alguém tem que se envolver com os preceitos hierárquicos, a fim de formalizar as discussões coletivas, a partir das quais todos os cidadãos passam a ter voz na sociedade, sem a submissão que se verifica nos estados com os governantes e com as instituições, sejam eles os representantes que assumiram funções por voto popular ou por regimes ditatoriais.

Atentando para o debate entre Noam Chomsky e Michel Foucault na temática da natureza humana, Bittencourt (2018) lembra que esses dois estudiosos da Ciências Sociais foram contemporâneos entre si e interagiram a respeito de diferentes pautas, onde os acompanhantes e os leitores dessas interações identificaram distanciamentos entre as interpretações que ambos faziam sobre determinados assuntos, dentre os quais os modos de expressão do homem na individualidade e na coletividade, onde o saber-poder foucaultiano se insere como historiográfico, permanente no saber, mas transitório no poder. De fato, em se tratando de Michel Foucault,

Sua trajetória de pesquisa perseguia um problema filosófico, a saber, a constituição do sujeito moderno, que estava imbricada em meio às técnicas e estratégias das relações de poder que se dispunham, institucionalmente, na forma de uma administração da vida cada vez mais presente não apenas na vida privada desses sujeitos, mas também na vida pública. Para compreender a formação do sujeito em nossa cultura ocidental, a pergunta “quem somos exatamente nesse momento da história?” era considerada de grande importância por Michel Foucault (Dias Neta, 2016, p. 233).

Se Foucault olhava para o homem-sujeito, Chomsky dedica atenção à natureza humana. Nos pensamentos foucaultianos, se o homem se expressa sob a influência dos aspectos históricos e temporais em que ele vive, seja no saber como no poder, o momento presente ganha importância significativa, pois o poder, além de passageiro, é também sincrônico, ainda que se manifeste por meio de instituições, visto que haja a dinâmica de ele estar em uma mão e já se movimentar para outras possibilidades.

A natureza humana, no modo perceptivo de Chomsky, é dotada de condições biológicas e não exatamente reagentes a fatores históricos e socioculturais, uma vez que as potencialidades intelectuais e neuropsicológicas sejam de cada pessoa e que os espaços sociais expressem essas individualidades humanas exatamente como as comprovações de que não seja possível a uniformização da espécie.

No entanto, reconheça-se o poder de o indivíduo se manifestar e participar das decisões coletivas, quando se fale em contextos civilizatórios, como as cidades e as instituições, que se organizem sem as limitações que o Estado impõe aos cidadãos

por meio dos agentes públicos que o representam, suprimindo-se ainda as leis que subordinam as pessoas a convenções que mais escravizam que promovam civilidade. Há o poder de cada indivíduo, que se fortalece coletivamente (Bittencourt, 2018).

Foucault respeita a visão de poder de cada indivíduo, mas enfatiza que existe o poder político (Silva, 2017), cujos pensadores como Karl Marx, Noam Chomsky, Paulo Freire se referem a ele como força opressora. Mas, se o intelectual Chomsky anarquiza e sindicaliza a sua visão de poder, o seu ponto de vista se configura como uma interpretação política desse fenômeno além-natureza humana e que possui vida própria em Foucault. Sobre a filosofia de Chomsky na órbita do saber-poder,

Desde cedo, o linguista frequentava círculos anarquistas e, mesmo na universidade, nunca abandonou as discussões e a militância libertária. Assim ele propõe como agenda para uma sociedade tecnicamente desenvolvida o anarcossindicalismo ou o socialismo libertário. No âmago da questão é a proposta de tentar eliminar os resíduos históricos de opressão e coerção da burocracia do Estado-nação capitalista centralizado e das instituições que matam o impulso criativo, assim, descentralizando o poder (e a informação) por meio da livre associação de trabalhadores produtivos e naturalmente criativos (Bittencourt, 2018, p. 4).

Se levada em conta a ideia sindicalizada de Chomsky a respeito do poder que a coletividade humana possui de decidir os rumos de um contexto social, infere que o referido filósofo seja afeito à democracia, portanto, um não-reacionário. Mas ele é um revolucionário, sem dúvida, mais uma personalidade socialista e indigesta para com a autoridade que o Estado expressa sobre as pessoas, defensor do proletariado, uma vez que os sindicatos se constituam em refúgios institucionais de quem esteja debaixo do cajado das autoridades governamentais, elitistas e do sistema que oprime.

Um ponto relevante que distingue Chomsky e quem pensa como ele e Foucault é que o pensador francês se mostrou em suas publicações pouco incômodo a respeito das lutas de classes, até por reconhecer o saber como mérito individual do ser humano e o poder como um fenômeno acima dos governantes e das instituições, efêmero e volátil, resistente à sua institucionalização, seja por quais modelos forem.

Tamanha a verdade da sobrescrita interpretação que o poder do sindicalismo, tão caro para Chomsky, não interessa significativamente para Foucault, e sem que ele jamais se comportara como defensor das classes dominantes, dado o anticapitalismo que também lhe influenciou e as visões políticas de esquerda que o caracterizaram.

2.5 Distinguindo o saber-poder foucaultiano do educador Paulo Freire

O educador brasileiro Paulo Freire se junta a uma soma de outros pensadores de outras referências nacionais que interpretavam o mundo do tempo em que viveram pelo viés do libertário, do revolucionário, criticando insistentemente as desigualdades sociais e a opressão com que se fundamentava o regime capitalista, apoiando de modo incisivo as lutas de classes e os enfrentamentos aos regimes opressores, onde quer que eles acontecessem (Oliveira, 2017). Comparativamente com Foucault a respeito do saber-poder,

Ao ler Michael Foucault, tem-se a sensação de que não se conquista a tão sonhada liberdade por meio da educação, pois para o referido autor, o instrumento do poder é o conhecimento, sendo este apenas elemento de reprodução de um sistema. Contudo, ao ler as obras de Paulo Freire e seu projeto de educação para a emancipação, entende-se que as relações de poder nos possibilitam a resistência e a luta contra os processos de dominação (Pereira, 2023, p. 2).

Na verdade, Foucault aproxima como méritos da capacidade individual humana o conhecimento, o discurso e o saber, numa perspectiva mais científica e não política, daí ele se concentrar na intelectualidade e não na ideologia sociopolítica das pessoas. O poder é que, na sua efemeridade e na sua autonomia de situação circunstancial e sincrônica, se mistura aos critérios políticos, sem perder a atenção nos discursos.

Já o pensamento freiriano sobre o saber-poder se encontra arraigado às lutas de classes, às resistências aos regimes autoritários e opressores e aos desempenhos dos grupos excluídos social e economicamente e dos proletários, tendenciando uma similar interpretação da sociedade à base do anarcossindicalismo de Chomsky, visto que rejeite a institucionalização do poder pelos grupos políticos e sociais dominantes. E também vem ao caso a informação de que

Foucault é o pensador que possibilita a compreensão das construções sociais e dos sujeitos a partir dos seus estudos arqueológicos, genealógicos e do cuidado de si. Ele oferece as ferramentas para uma leitura do fenômeno educação e da sociedade de um modo geral, problematizando as formas de dominação e de resistências das relações de poder. Freire é um pensador que se ocupa com a práxis transformadora dos processos de dominação e sujeição. Ao mesmo tempo em que faz a denúncia dos processos opressores, ele anuncia a possibilidade de luta dos oprimidos, reconhecendo que, na relação formativa, somos condicionados pelas estruturas, mas não somos determinados por elas (Oliveira, 2017, p. 12).

Nas reflexões foucaultianas a respeito do saber-poder, o homem-sujeito traz o protagonismo do saber, o homem-coletividade convive com a dinâmica do poder. Os trabalhos filosóficos e pedagógicos freirianos se envolvem frequentemente com vários termos que convergem na metalinguagem para uma sociedade transformadora, onde opressores perdem os espaços para os oprimidos, as desigualdades são sufocadas pela força da massa consciente dos direitos e do poder que tem, as resistências fazem as transformações mais justas de que as sociedades precisam.

Com modos distintos de elaboração dos próprios pensamentos, em Foucault e em Freire há o combate a quaisquer regimes culturais, econômicos e político-sociais de exclusão e de opressão, como nos demais filósofos que participam da dissertação acadêmica que esta redação encerra. O saber-poder aponta para a justiça social, em que o poder se comporta com melhores alinhamentos aos princípios humanitários das construções civilizatórias, a formarem os endereços dos contextos sociais.

Este ponto de observação se encontra em Silva (2017), que analisa diferentes obras foucaultianas e identifica no filósofo francês um modo muito próprio de perceber a educação, a justiça, a lei, o poder. Exemplo disso o livro *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, de 1975. Em 1978, Foucault publica *Microfísica do poder*, onde o poder se expõe diretamente com a justiça popular, enfatizando as manifestações das classes sociais oprimidas, mas à ressalva do reconhecimento dos tribunais oficiais, supondo respeito às instituições que constituem organizacionalmente a sociedade.

Paulo Freire não pensa desse modo, por ser mais subversivo, mas incentiva as lutas e os enfrentamentos contra o poder dominante e que se mantém à base de um regime autoritário, excludente, opressor e promovedor de desigualdades, de injustiças e de cerceamentos. O seu discurso do saber-poder é mais beligerante, enquanto se lê em Foucault uma postura mais moderada em relação a enfrentamentos de classes, ainda que ele reconheça as injustiças e a necessidade de melhoria da sociedade. Não por acaso, as críticas de Foucault apontam brutalmente para a educação escolar:

Nas palavras de Foucault, as instituições escolares são prisões que fabricam corpos dóceis e disciplinados. Essas disciplinas, que analisam o espaço escolar, que decompõem e recompõem as atividades, são também compreendidas como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo. [...] A exemplo das escolas, há uma relação de dependência ao mesmo tempo individual e total quanto ao mestre. O treinamento nas escolas deve ser feito com poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que

só seria interrompido por sinais, sinos, sirenes, palmas, gestos, simples olhar do mestre... Nesse sentido, o professor “bom” seria aquele que consegue manter a ordem na turma (Pereira, 2023, p. 4, 5).

Na relação professor/aluno como um exemplo de poder em uma instituição, à ressalva de que esse poder não se institucionaliza, já que não é imutável, Foucault se junta a Paulo Freire nas críticas a qualquer modelo de regime opressor, e a escola é a referência freiriana de uma formação cultural libertadora, onde o cidadão se forma para a sociedade consciente e livre, que extinga os grilhões das forças dominantes e se formalize no universo libertário e revolucionário.

Vigiar e punir: nascimento da prisão, livro foucaultiano, usufrui nas sobresscritas reflexões de um espaço interpretativo de significativa importância para o saber-poder e para o ponto de vista do contra-ataque à opressão social que se extrai da filosofia freiriana, e não somente dela, mas de filósofos como Friedrich Nietzsche, Gilles Deleuze, Karl Marx e Noam Chomsky, já lembrados nesta dissertação acadêmica.

Informe-se com base em Kohan (2015) o jogo do saber-poder foucaultiano que se encontra no sobrescrito livro, que o autor o considerou como a sua primeira obra escrita, traz uma atenção aos aspectos políticos da filosofia do pensador francês em questão, que muito interessam aos posicionamentos sociopolíticos de Paulo Freire, não pelo livro em si, mas pela politização das abordagens filosóficas.

Chamar de politizada a filosofia freiriana é pressupor que tudo o que advém do seu trabalho escrito e ministrado se confunde com as ideologias e com o partidário de esquerda com que ele se identificou, incluindo-se a sua visão de saber-poder e as suas críticas à sociedade capitalista do mundo ocidental da Contemporaneidade.

Se é assim, as distâncias entre Freire e Foucault se encurtam, ainda que não de maneira generalizada, pois Foucault tem viés político, mas é comedido na politização das suas publicações filosóficas. Pereira (2023) destaca Freire sempre de acordo com a expressão adjetiva libertadora, em tonalidade política, o que não ocorre com as análises que se fazem sobre Michel Foucault.

Embora se chamem Paulo Freire e Michel Foucault de intelectuais, e eles são de fato isso, o filósofo francês se esmera em certos momentos da sua filosofia e da sua participação em eventos dialógicos na metalinguagem com mais cientificidade do que perspectiva política das suas convicções, e esta afirmação se confirma em *Vigiar e punir* em diferentes momentos, a exemplo das suas reflexões sobre escrita, história, tempo e verdade, inserindo nos textos as próprias experiências.

Há certos momentos na sua desenvoltura filosófica em que Foucault se afasta do que outros escritores já fizeram, ainda que não por discordância, para se dedicar ao próprio conceito das pautas sob abordagem reflexiva e redacional, e Dias Neta (2016) identifica isso em obras como *A arqueologia do saber*, *Microfísica do poder*, *O sujeito e o poder* e até em *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Oportuna justificativa para ele não dialogar com pensamentos conflitantes, como os de Paulo Freire.

Mas nem sempre há conflitos nas comparações entre as filosofias freiriana e foucaultiana, e o saber-poder de Paulo Freire, ao se confundir com o conhecimento, com a educação e com a política (Bruscher, 2017), respeita a cientificidade que se verifica na linguagem de Foucault, para somente à parte disso explorar a questão das relações de poder sob o apoio investigativo de realidades localizáveis, como as que se referem à América Latina, à África e a quaisquer outras referências geográficas com as marcas da marginalização e do subdesenvolvimento enquanto resultados das políticas imperialistas dos países capitalistas.

O que Foucault escreve em *Vigiar e punir: nascimento da prisão* a respeito de um poder que se expõe verticalmente, Paulo Freire enxerga em toda a sociedade que se formalizou a partir de hierarquias que acorrentam ou marginalizam, sendo estes os dois modelos de opressão contra os quais os oprimidos têm que lutar, gerando a partir das lutas a resistência.

Pelas ideias freirianas, “o sujeito evolui a partir de uma tomada de consciência e que a sociedade é exatamente conforme a tornamos, e nada acontece por determinismo histórico, natural ou sobrenatural, mas por interesses dos poderosos” (Pereira, 2023, p. 7), que se mantém no terreno da dominação, daí a necessidade de as classes sociais não favorecidas se levantarem e tomarem esse poder, a fim de que, nos mesmos moldes de formações de assembleias, como defendeu Chomsky, reinventarem uma sociedade igualitária e justa.

Em Bruscher (2017), não obstante os pensadores Foucault e Freire analisando os mesmos assuntos e sob a atenção nas mesmas realidades mundiais da metade final do século XX, em que as desigualdades se estampavam nos países latino-americanos e nas porções continentais afro-asiáticas, as distinções do saber-poder em cada um deles se permaneceram, porque Foucault manteve o olhar no homem-sujeito, enquanto o educador brasileiro interpretava sempre politicamente o mundo à sua volta, convicto das relações opressores e oprimidos na sociedade do seu tempo.

2.6 Sigmund Freud e a sua psicanálise na filosofia de Michel Foucault

A psicanálise do neurologista checo Sigmund Freud faz parte da filosofia de Michel Foucault, na medida em que o intelectual francês se dedica reflexivamente à ciência psicanalítica “através de seu método arqueológico da constituição dos saberes na modernidade. A análise foucaultiana revela uma reestruturação crítica dos saberes, que parte do estudo das estruturas sociais, atribuindo a estas um caráter arbitrário e cerceador” (Ketzer, 2020, p. 1).

O livro *História da Loucura na Idade Clássica*, originalmente de 1961, reeditado em 1972, com ajustes na própria nomenclatura, reflete o interesse foucaultiano pelo universo humano da *psiqué*, que nos anos finais do século XIX também abordava as pesquisas e as redações freudianas, em uma época dotada de cientificismo refutador de percepções subjetivistas, como o evolucionismo do inglês Charles Darwin, à soma da filosofia positivista de Augusto Comte.

De acordo com Gregolin (2022, p. 8), “o interesse de Foucault pela psicologia e pela loucura foi forjado no seu contato com grandes mestres como Binswanger, Canguilhem, Lagache, Hypolite, Althusser etc. todos ícones do pós-guerra francês”. Mas o universo neuropsicológico que também tanto interessara a Sigmund Freud se tornou objeto de atenção de Michel Foucault por este insistir no homem-sujeito, e isso justifica o pensamento foucaultiano sobre o saber como algo que reflete conhecimento e intelectualidade, produtos da inteligência humana e não apenas resultados de uma aprendizagem alheia ao mérito pessoal e impositiva, como o poder. Registre-se que

Não há dúvida de que a obra de Michel Foucault assinala um ponto de intersecção entre Psicanálise e Filosofia. A partir disso, é possível examinar os efeitos das inovações trazidas pelo dispositivo psicanalítico na visão crítica de Foucault, que a partir de década de 1970 iniciou a pensar a Psicanálise como mais uma manifestação do poder disciplinar [Microfísica do Poder] (Lang, 2016, p. 66).

Mas o saber-poder foucaultiano criticou a Psicanálise, por ela elaborar poderes disciplinares, regulando as pessoas a partir das faculdades psíquicas, não exatamente a Sigmund Freud, mas a psicanalistas pós-Freud, embora Michel Foucault também apresente ponderações ao complexo de Édipo enquanto dualidade psicosssexual da criança em seu amor à mãe e em seu ódio pelo pai.

Para além da filosofia, as atenções ao universo da psicanálise de Freud foi uma motivação para Foucault dedicar alguns estudos à loucura e à razão, em *História da loucura* isso acontece, obviamente, reconhecendo no sujeito louco um impossibilitado de expressar o saber e o saber, por não credibilizar aspectos da razão e por se mostrar instável entre a realidade do mundo concreto à sua volta e o devaneio. Existem os momentos em que Michel Foucault analisa Sigmund Freud na pauta da loucura/razão, fazendo-lhe compreender que

Freud desencadeia um processo de questionamento ininterrupto e impreterível. Mais ainda, ele mostra o quanto a consciência é derivada de um profundo inconsciente. O intérprete joga entre as diferentes camadas do conhecimento e com isso desenvolve uma nova e consubstanciada visão sobre o que terá de impreterivelmente interrogar. Inclusive, Freud não interpreta símbolos, mas interpretações (Ketzer, 2020, p. 3).

O sobrescrito autor está se referindo diretamente ao pensamento foucaultiano a respeito da psicanálise freudiana, onde o conhecimento se alinha à racionalidade e à capacidade de o ser humano pensar, trabalhar ideias e, assim, aproximar o saber e o poder dos seus posicionamentos, sejam estes políticos, religiosos, sociais, enfim.

Para Lang (2016), em quaisquer reflexões que Michel Foucault se envolva nas possibilidades temáticas da psicanálise freudiana, o pensador francês não abre mão de olhar para o homem-sujeito, que protagoniza as questões éticas no saber-poder e na filosofia da verdade e do homem-livre, que ele nomina a liberdade do eu. Para isso, contudo, o universo psicológico seja mais equilibrado racionalmente, como deve ser o sujeito em condições de adquirir o saber e do usufruir do poder.

A propósito, em se tratando da somatória vocabular, que seja, conhecimento, homem-sujeito, liberdade, loucura, poder, racionalidade, saber, verdade, “os trabalhos de Foucault possuem este enfoque: *História da Loucura* (1961/2004); *O Nascimento da Clínica* (1977); *As palavras e as coisas* (1966/2007); *Arqueologia do saber* (1969/1995); *A ordem do discurso* (1970/2006)” – como Ketzer (2020, p. 4) ressalta em sua observação sobre a relação do filósofo francês com o universo psicanalista de Sigmund Freud,¹³ ao tempo em que elabora críticas ao pensamento moderno sobre as condições psíquicas do ser humano e sobre a relação filosófica homem e verdade.

¹³ Destaque-se ainda entre os trabalhos foucaultianos *O poder psiquiátrico*, publicado pela primeira vez em 1974 (FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006).

3 O SABER-PODER FOUCAULTIANO NA PEDAGOGIA DA EJA/ENSINO MÉDIO

Os aspectos relacionais que caracterizam o universo escolar, e isso vale para as observações da escola nos mais distintos espaços históricos e temporais, incluindo a Contemporaneidade, moldam a realidade cotidiana da instituição educacional pela autoridade, reconhecendo-se que, mesmo considerados a razão da escola, os alunos convivem com duas referências imediatas de poder que se impõe acima deles: o núcleo gestor e os professores.

Em um comparativo sobre como os gestores e os docentes formalizaram a sua percepção de autoridade e de poder, interrompendo o estilo dialógico para a aplicação da imposição, este capítulo dedica uma atenção sobre Michel Foucault e o seu livro *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, no qual se leem importantes descrições do ambiente de reclusão carcerária, mas que os valores ali expressos rompem os limites da penitenciária e se aplicam aos espaços sociais com que as pessoas se relacionam, entre os quais a escola, especialmente na segunda parte, que fala de punição, e na terceira parte, cuja pauta é a disciplina.

Obviamente que a prática da punição em uma instituição escolar não é de forma literal a mesma de um ambiente prisional, mas Aquino (2015) chama a atenção para o poder como uma ferramenta de controle institucional, mais ainda se considerada a década de 1970, o livro é de 1975, quando o mundo estava às voltas com os regimes ditatoriais em vários países, inclusive o Brasil.

As instituições de ensino que correspondiam ao antigo 1º e 2º graus, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 passou a chamar de Educação Básica, copiavam o modo autoritarista do regime militar e confundiam a educação escolar com a ordem e a repressão do seu público-alvo, trabalhando o saber-poder pelo âmbito da relação autoridade e submissão, muito similar ao que Michel Foucault descreve em *Vigiar e punir*, na metalinguagem de punição e disciplina.

Esta dissertação especificou do seu olhar sobre a escola a modalidade EJA, que por sua natureza diz respeito a uma nova possibilidade formativa para as pessoas que interromperam os seus estudos antes de concluírem o ensino básico ou sequer cursaram o ensino fundamental em seu triênio inicial. Organizada de forma específica e de acordo com as condições de ingresso e permanência dos alunos, os artigos 37 e 38 da LDB/1996 assim apontam para a referida modalidade educacional:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (Brasil, 2023, p. 32-33).

Como se pode verificar no texto acima, há um silêncio na LDB/1996 sobre o modo de gestão dos estudantes da EJA e, levando-se em conta que o público com a menor idade que a ela interessa já está com pelo menos 15 anos de vida, as noções de autoridade e de obediência às regras escolares contam com o bom senso de todos os personagens envolvidos nesse modelo de educação, principalmente, porque há na escola dos tempos contemporâneos, a exemplo do Brasil, uma reconsideração sobre relações de autoridade mais flexíveis do que a realidade de 1975, quando Foucault publicou o livro *Vigiar e punir: nascimento da prisão*.

É importante considerar que a LDB/1996 reflete o Brasil pós-regime militar, com os dispositivos constitucionais refeitos na Carta Magna de 1988, onde as instituições estavam ainda se ajustando à nova realidade de redemocratização e de diminuição do autoritarismo e da repressão na sociedade, sendo que o ambiente educacional se tornou um espaço de reeducação de todos os personagens que o compõem, não só para manterem a ordem em seu ambiente institucional, mas para priorizarem o ensino e a formação e não mais o controle dos que se subordinavam às autoridades locais.

Isso, porém, não elimina a insistência do controle, da disciplina, do poder e da punição dentro das escolas, que, nesses aspectos, continuou com modos repressores de conduzir o dia a dia dos estudantes, mesmo aqueles que já chegaram à fase adulta e que se comportam de forma mais amadurecida que o público do ensino fundamental do quinquênio inicial. Retomando o referido livro foucaultiano sobre disciplina,

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. O grande livro do Homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo (Foucault, 2014, p. 163).

É de oportuna observação que os regimes governamentais ou as construções sociais ao longo da história da humanidade que se moldaram pela autoridade e pelo poder que uns exerciam sobre outros não o fizeram apenas para grupos específicos, como pessoas reclusas ou sujeitos em atividades formativas. Foucault se apoia nos exemplos de militares, de soldados, para explorar a disciplina como uma ferramenta de controle e de educação da sociedade, não porque ele assim a percebia, mas pelo que coletou informativamente a respeito das diferentes civilizações e, a partir delas, elaborou um texto crítico e reflexivo, tanto que repercutiu no mundo desde então.

Consultando-se Aquino (2015), a instituição educacional, generalizadamente, se incluiu nas repercussões do livro *Vigiar e punir*, cuja redação abrangeu outras publicações foucaultianas, quais sejam *A arqueologia do saber*, *A ordem do discurso*, *História da sexualidade* e *Microfísica do poder*, para servirem de exemplos, quando o saber-poder de Foucault se reafirmou nas diversas citações a que o filósofo francês recorreu para falar da autoridade, do controle, da disciplina, do homem, do poder, da punição, ora no universo prisional, ora numa perspectiva geral dos termos.

É fato que, em significativo distanciamento das percepções de Foucault em seu livro *Vigiar e punir*, mais no que tange à punição e à disciplina, a educação pelas convicções da LDB/1996 ganhou nova explicação no Brasil pós-redemocratização do país e pós-Constituição de 1988, com um respeito mais diligente a favor dos estudantes, ao menos na letra da lei, ao reconhecimento de que, a contar do artigo 1º da LDB, com seus parágrafos, a saber,

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições

próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 2023, p. 8).

Notadamente, a visão mais social da educação como um todo e da educação escolar, sob a dedicação da cidadania e da civilidade, chega à EJA, e impõe reflexões de uma construção social que trabalha o saber-poder com menos vieses repressores, ainda que as relações humanas, depois de conviverem com autoritarismos, sintam a dificuldade de penderem para moderações nas hierarquias ou até de optarem por um regime ainda mais distinto, como o da anarquia, aos moldes propositores de Chomsky.

Repensar a educação a partir da filosofia de Michel Foucault e ajustar os textos de sua autoria para os tempos contemporâneos, a exemplo da publicação de *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, é reconhecer a escola como endereço formativo e social, diferente de uma repartição carcerária, e mesmo esta já tem se modelado a valores que falem em dignidade e em direitos humanos, apesar de o seu público se constituir de pessoas que cometeram crimes de naturezas distintas entre si (Aquino, 2015).

3.1 O panóptico¹⁴ na pedagogia da EJA do Brasil-escola da Contemporaneidade

O poder enquanto autoridade, controle e repressão, seja em que instituição ele se expresse dessa forma, também implica o adestramento humano, a partir do qual se formaliza um sistema de subordinação, cujos sujeitos debaixo dessa sujeição ficam sob vigilância ininterrupta e têm que se adequar passivamente ao *modus operandi* da repartição em que se encontram. Essa forma de expressão do poder é muito presente nas prisões e nas instituições educacionais que veem no rigor a maneira de formar os seus estudantes no que elas se propõem (Araújo *et al.*, 2016).

Com esses vieses de submissão foi que se criou o panóptico, bem criticado por Michel Foucault no seu livro *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, mas que aspectos dessa prisão literal se inserem metaforicamente em outras representações sociais,

¹⁴ “O panóptico se manifesta com o filósofo jurista Jeremy Bentham em meados do séc. XVIII trazendo uma inovação ao sistema prisional. No séc. XX, Michel Foucault agrega a ideia de Bentham e a coloca em voga com o Panoptismo, a qual se aplica o modelo de Bentham fora do âmbito prisional, trazendo-a para o dia-a-dia do indivíduo o modo de vigilância a ele imposto” (ARAÚJO, Gabriel Teixeira de *et al.* Panoptismo: vigilância cotidiana. **Jornal Eletrônico das Faculdades Integradas Vianna Júnior**. a. 8. ed. esp. Juiz de Fora, dez./2016, p. 29).

das quais a escola faz parte, onde controle, educação, imposição e vigilância fazem uma parceria decisiva na organização da rotina da instituição. A propósito,

As discussões elaboradas por Michel Foucault em relação à sociedade disciplinar que se efetiva nos espaços panópticos de vigilância lançam luz sobre os jogos de força que se configuram na trama social [...]. Não nos propomos expor e analisar os problemas contidos em cada uma dessas aparentes novidades conceituais. Centramos a investigação na obra de Foucault e indicamos que conceber o panóptico como paradigma que abriga modificações ao longo do tempo permite inscrevê-lo como produto e produtor de novas condições históricas de captura dos corpos de parte da população, em geral, negra, pobre, periférica. As práticas de encarceramento, de tortura, de controle e de distribuição dos corpos no espaço da cidade e da vida não se separam das estratégias de captura no nível populacional. Ao contrário, elas se co-engendram, se completam e se reproduzem nas malhas sociais da nossa sociedade (Santos; Portugal, 2019, p. 36).

Em uma visão político-social da aplicação do panóptico como instrumento com que por distintos momentos da história humana se organizaram os grupos sociais, os autores reconhecem mais um pretexto de desigualdades e de marginalizações, sob a especificidade de quem já detém um histórico adverso nos aspectos da dignidade e da igualdade étnico-social, nos exemplos dos negros, dos pobres e dos que já vivem à margem dos direitos e das assistências que se prestam a outros grupos.

Daí as leituras que se reafirmam em Paulo Freire e em pensadores que com ele concordam como propostas de identificação desses diferenciais humanos, a fim de se trabalharem os enfrentamentos e as resistências à altura dessa marginalização. Mas esse sentimento aguerrido se intensifica quando a escola faz isso, ainda que de forma menos evidente, como se veem em outros espaços sociais.

Michel Foucault nomina sociedade disciplinar, para se referir ao sistema com as regras de condução ou de recondução de pessoas ao comportamento civilizado. Mas no livro *Vigiar e punir* ele se posiciona de maneira tão alusiva aos maus tratos, em quaisquer modelos, quanto a citação textual e os autores acima bibliografados, por discordar de certos de violência para a educação social.

Reconheça-se que um povo que recebe um adestramento pelos métodos do controle e da repressão sofre com as influências psicológicas dos cerceamentos e dos tolhimentos das suas expressões comportamentais e das manifestações dos pontos de vista que tenha. Ao tempo em que se fala tanto de avanços com o advento das descobertas científicas, das inovações tecnológicas e das mudanças de percepção das relações sociais, a disciplina rígida se mantém em muitas instituições mundo

afora. Em Bergamo e Ternes (2015, p. 53, 54), Foucault interpretou a modernização da sociedade a partir do século XVIII ao argumento de que

o poder disciplinar tem a dupla propriedade de ser anomizante¹⁵ e normalizador. Isso significa que, em um mesmo processo, ele é capaz de pôr de lado um determinado número de indivíduos ao mesmo tempo em que cria continuamente novos sistemas recuperadores, responsáveis pelo restabelecimento da regra. [...] Os processos de normalização incidem tanto sobre o corpo-espécie, quanto sobre o corpo das populações, regulamentando suas condições de vida. A norma disciplinar e a norma da regulamentação se cruzam nos dispositivos de poder do final do século XVIII até meados do século XIX, agindo sobre instituições e produzindo efeitos de saber-poder sobre os indivíduos.

Os efeitos de saber-poder à base da rigidez disciplinar sobre grupos humanos promoveram entre os seus resultados a domesticação de que existem as autoridades e os indivíduos subordinados, e estes têm por obrigação proeminente respeitar quem detém o poder de discipliná-los, sob pena de sofrerem os castigos da subversão. Esta informação se encaixa diretamente no ambiente prisional e que a escola tem adotado mesmo nos tempos contemporâneos, reativando o pensamento freiriano de que há o lado opressor e o lado oprimido, ao invés de uma educação libertadora.

A EJA é uma modalidade educacional com organizações mais específicas, uma vez comparada com o sistema regular de educação, mas ainda assim é componente de uma política de ensino-aprendizagem dentro de um espaço escolar, pressupondo regras de comportamento dos que fazem as suas atividades, que sejam os gestores, os docentes, os estudantes e os demais funcionários, todos seguindo ordens, ainda que em uma relativização do poder, visto que cada qual se manifeste ao entender que possua sobre educação, ensino e escola.

Para Roseiro e Carvalho (2022), há uma Michel Foucault uma visão negativa do ambiente escolar elaborado para imposições de autoridades e de enquadramento dos seus personagens numa submissão ao poder-autoridade que faz com que esse espaço institucionalmente educacional se assemelhe a uma prisão, reafirmando o que o pensador francês escrevera em *Vigiar e punir: nascimento da prisão*.

¹⁵ A palavra anomizante também se encontra no livro *O poder psiquiátrico*, de Michel Foucault, tradução de Eduardo Brandão (2006), que consta uma soma de aulas e de explicações de outras das obras do citado filósofo francês na década de 1970, no Collège de France. Essa palavra se associa ao universo neuropsicológico humano, como algo que está fora da normalidade e carece de regras normativas e de reeducação comportamental.

Ocorre que na interpretação foucaultiana da escola-prisão os educandos têm uma rotina de preparação para uma sociedade-prisão, para uma vivência repressora, em que os reprimidos levam a vida sob a passividade do acatamento de ordens, o que se configura numa péssima impressão de uma repartição edificada para educar para a autonomia crítica e para a liberdade de manifestação, numa formação além-obediência às ordens e além-reconhecimento de quem detém o saber-poder, mas numa perspectiva melhormente alinhada à LDB/1996, do preparo para o trabalho, que seja formativamente profissional, e para a vida civilizada em sociedade.

Retomando-se a atenção ao panóptico, vale a pena o registro informativo de que “em seu livro *‘Vigiar e punir’*, Foucault caracteriza o Panoptismo como um poder na forma de vigilância individual e contínua, com intuito de controle, castigo e recompensa, e também como forma de correção” (Araújo *et al.*, 2016, p. 33), exatamente os mecanismos gerenciais que se implantaram nas políticas de administrações escolares, até para a EJA/Ensino Médio, que se compõe de pessoas acima dos 18 anos de idade. E também:

Se o panóptico constitui uma ordenação visual do poder, entendemos que as recorrentes análises da visualidade na obra foucaultiana tornam este último um caso particular de uma reflexão mais ampla. Apesar de Foucault ter afirmado o fim da sociedade disciplinar (1978-1994), há traços de seu funcionamento em vigor nas sociedades modernas. [...] O poder instilado pela relação panóptica entre o olhar e a estrutura arquitetônica maximiza a vigilância que incide diretamente sobre um corpo na sua distribuição no espaço e torna as coisas visíveis, faz ver, ou seja, produz visibilidade. Há, portanto, emergência de um visível a partir da configuração espacial. Há também visibilidade nas análises foucaultianas das capturas populacionais, de raça, de gênero e de estratificação econômica e geossocial (Santos; Portugal, 2019, p. 36).

É a permanência do poder-autoritarismo e do poder-repressão, que não têm a ver com o saber-poder de Michel Foucault, mas se aproximam do sistema de controle que estabelece a relação entre opressores e oprimidos, em que as pessoas passam a se comportar de acordo com o modelo de submissão, o que contraria a interpretação da própria LDB em vigor no sistema de educação do Brasil, cujo texto prega o aluno que desenvolve a autonomia, a criticidade, a intelectualidade e a sociabilidade.

A sociedade disciplinar, nos moldes analíticos de Foucault, não aceita pessoas que imponham resistências a quem detém autoridade, seja em que instituição e em que instância esteja o poder para essa hierarquização. Mesmo o poder sendo volátil

no sentido dos personagens que estejam a usufruir dele, o autoritarismo que controla, que impõe e que vigia também provoca um embrutecimento do ser humano, fazendo com que o Panoptismo se afirme como o recurso de sustentação do sistema opressor.

Talvez se discutam as eliminações dos castigos e das punições em todos os setores da sociedade moderna por estratégias de educação social que pressuponha a civilidade, e a escola já está trabalhando isso em todas as suas modalidades. Mas os tempos contemporâneos intensificaram significativamente a vigilância sobre as pessoas, e a prisão de que fala Michel Foucault deixou de ser exclusividade do chão penitenciário e passou a fazer parte do cotidiano de toda a sociedade, na poética da segurança pública e do enfrentamento à violência que caracteriza a sociedade em um mundo avançado científica e tecnologicamente, mas inseguro e violento.

Os recursos virtuais de ensino, interatividade e vigilância contribuíram, ao modo perceptivo de Michel Foucault, a tela-escola, preconizando o modelo híbrido com que muitas instituições se acostumaram a trabalhar na Contemporaneidade, levando-se em conta que muitos exemplos de tecnologias cibernéticas se espalharam no mundo anos depois da morte do citado filósofo francês, o que afirma melhor o ponto de vista foucaultiano de panóptico e de sociedade disciplinar, refletindo-se ainda:

O poder disciplinar antes se espalhava por entre as instituições, espalhando-se indistintamente para todos que circulassem entre elas. Por isso mesmo, ele se modula como dispositivo disciplinar, justamente por se constituir como espécie de novelo com fios soltos, porém abrangentemente presente por onde qualquer irregularidade dos corpos ou ilegalismos pudessem aventar passagem. O dispositivo disciplinar parasitou-se nas escolas, casernas, prisões, hospitais, quartéis, sanatórios, famílias, ou seja, ao longo das instituições modelares do tecido social (Roseiro; Carvalho, 2022, p. 8395).

Para os autores da citação acima, o panóptico instalado nas instituições sociais do mundo moderno, na forma de poder disciplinar, influenciou o sistema de educação e confundiu estratégias educativas com escolas-prisão, como se os alunos fossem um grupo de sujeitos brutos e necessitados de domesticação. A EJA/Ensino Médio está ajustada aos mesmos critérios de controle e de dominação de quem possui o poder gerencial e de quem estabelece as normas comportamentais e a pedagogia com que os currículos serão explorados ao longo do ano letivo.

Nesse universo disciplinar, pouco se fala em ouvir os alunos, acompanhar as suas visões de mundo e compartilhar pontos de vista divergentes, a fim de que haja a atenção diligente sobre o pluralismo de ideias, diminuindo-se o controle e facultando-

se autonomia e liberdade de manifestação do público-alvo da escola. Ao contrário, as modernizações da sociedade contemporânea não a libertam do poder-controle e do sistema de subordinação, onde autoridade se confunde o tempo todo com imposição, com repressão e com vigilância, empurrando-se ordens de cima para baixo. Ademais,

A escola, enquanto espaço a partir do qual é possível produzir enunciados e sujeitos, possui a potencialidade de estabelecer novas relações com o saber, a capacidade de intensificar as rupturas e operar a composição de novas áreas de subjetivação, diferentes daquelas que funcionam a partir de estratégias de disciplinarização, controle e da biopolítica. Essa abertura constitui-se por meio da produção de novas experiências entendidas como alguma coisa da qual se sai transformado (Bergamo; Ternes, 2015, p. 57).

Foucault compreendia a escola como agência além-princípios da formação intelectual e profissional dos alunos, referência de transformação social, ajustando as mudanças da disciplinarização para a educação que dialoga e que rompe com os mecanismos de controle e de dominação, não mais para jogos de poder entre os personagens que fazem a instituição educacional, mas para o desempenho cognitivo que faça parte da vida dos estudantes no ambiente além dos limites predial-escolares.

Como os artigos da LDB/1996 já citados sobre a EJA, esta modalidade escolar existe forçosamente para essa transformação social, tanto que a oferta de estudos ao público a partir dos 15 anos de idade e que interrompeu a carreira estudantil aponta para um modelo de recuperação do processo de ensino-aprendizagem e de formação para a vivência no mundo do trabalho e nas relações sociais, sem mais a disciplina que somente oprime e reprime, espaçando a autonomia e o pensamento crítico, ao menos esta é a poética da educação brasileira pós-LDB/1996 e que se aplica à EJA de modo bem à vontade entre todos os personagens da escola.

Considerando-se que os estudantes da EJA/Ensino Médio tenham a partir de 18 anos de vida, os círculos sociais deles já lhes conferem maturidades em diferentes temáticas, e isso se impõe como uma diferença perante a escola regular. Os modos de disciplinarização não podem ser os de cerceamento desse povo, até porque os focos de resistência e de subversão serão mais constantes e intensos. Vale a pena alinhar a escola à visão foucaultiana de transformação do ensino e da sociedade, priorizando a cidadania em detrimento da repressão dentro do espaço escolar, eliminando-se de vez os aspectos do panóptico.

3.2 A filosofia foucaultiana no currículo da EJA/Ensino Médio

A presença de Michel Foucault na EJA/Ensino Médio, certamente também no modelo regular de educação escolar, não está apenas na coincidência dos valores que se extraem dos seus textos filosóficos, tampouco das limitadas citações do seu nome a partir das distribuições dos conteúdos, mas também da própria programação do currículo de Filosofia, que se espalha nas etapas VI e VII.

Assuntos que pautam o universo filosófico da Contemporaneidade, ainda que se configurem em objetos de atenção de outros pensadores em diferentes épocas, a exemplo do saber-poder, comportam as reflexões pós-modernas da filosofia das quais Michel Foucault faz parte, ainda que ele não aceitasse para si o adjetivo pós-moderno.

Como bem lembrou Ketzer (2020), Michel Foucault se envolveu com bastantes temáticas em sua expressividade filosófica e que se espalham em diferentes obras de sua autoria, algumas transcritoras de aulas que ele ministrou, de entrevistas ou de palestras das quais participou em distintos eventos dentro e fora das universidades, o que o torna imediatamente citável em certas abordagens de assuntos, ainda que não seja ele o ponto referencial do conteúdo em exposição, que o digam os livros didáticos dedicados ao currículo de Filosofia no Ensino Médio. Em se tratando desse filósofo,

A crítica ao sujeito universal e à consciência doadora de sentido enquanto fundamentos do saber, constitui-se como um tema constantemente problematizado por Foucault ao longo de seu trabalho. A desconstrução da confiança, historicamente constituída em um cogito, por meio do qual o homem seria capaz de construir uma trajetória de progresso e avanço ao longo de uma história do pensamento, de forma linear, é a marca de seu estudo (Bergamo; Ternes, 2015, p. 49).

As especificidades filosóficas de Michel Foucault se inseriram na programação dos conteúdos para a Educação Básica, quando esta se dedicou ao homem-sujeito individual e ao homem-membro de contextos civilizatórios e socioculturais, além de assuntos que se relacionam com o conhecimento, com o discurso, com a política, com o poder e com o saber, trazendo para as reflexões sobre os trabalhos foucaultianos o que adveio de outras referências.

Entre os exemplos elencáveis à participação foucaultiana em diferentes pontos de observação, de interpretação e de reflexão já está registrada nesta dissertação a teoria da soma zero (Stival, 2016), quando a filosofia se envolveu tematicamente com

as distribuições de poder e de riquezas nas distintas contextualizações do homem em sua construção econômica, histórica e social, onde o saber-poder se fez incluir a partir do conceito de poder, mais ainda o poder no pensamento do sobredito filósofo francês da era pós-moderna. Mas há outras pautas, e elas fazem parte das anotações que seguem neste tópico textual.

Para a consulta aos conteúdos didáticos da filosofia foucaultiana na EJA/Ensino Médio, tomou-se por referência a biblioteca da Unidade Escolar Manoel Ribeiro, município de Ipiranga do Piauí/PI, que compõe a 9ª Gerência Regional de Educação em Picos/PI – 9ª GRE, cujas distribuições de materiais bibliográficos contemplam as escolas da rede estadual de Educação sob sua administração.

A seguir, uma tabela com as informações catalogadas dos livros didáticos disponíveis à modalidade EJA para o Ensino Médio, currículo de Filosofia, à ressalva de que nem todos os livros de Filosofia disponíveis à referida modalidade educacional e fazem parte das programações curriculares do Ensino Médio falaram diretamente de Michel Foucault, mesmo abordando assuntos que ele explorou filosoficamente.

Quadro 1: Exemplos textuais da presença de Michel Foucault nos conteúdos didáticos da EJA/Ensino Médio.

ABORDAGEM TEMÁTICA	CITAÇÃO TEXTUAL	FICHA CATALOGRÁFICA
Leituras da modernidade	Kant é uma das referências mais centrais da história da filosofia, junto a Platão e Descartes. Mais do que isso, ele é parte do conjunto de referências básicas a partir das quais a filosofia define seus temas e mesmo sua identidade a partir do séc. I. Isso é explicitado pelas leituras de sua obra e, de modo mais particular, de seu texto sobre o esclarecimento, propostas por Habermas e Foucault, dois nomes dentre os mais marcantes do debate filosófico da segunda metade do século XX.	CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele (Org.). Filosofia e formação . v. 1. Cuiabá: Central de Texto, 2013, p. 63-64.
Foucault: os micropoderes	Um dos principais pensadores da pós-modernidade foi o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), que centrou sua investigação em temas como certas instituições sociais (notadamente as educativas, psiquiátricas e carcerárias), a sexualidade e, principalmente, o poder. De	COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. Fundamentos de filosofia . 4. ed. -- São Paulo: Saraiva, 2016, p. 320.

	<p>acordo com Foucault, as sociedades modernas apresentam uma nova organização do poder que se desenvolveu a partir do século XVIII. Nessa nova organização, o poder não se concentra apenas no setor político e em suas formas de repressão, mas está disseminado pelos vários âmbitos da vida social. para esse filósofo, o poder fragmentou-se em micropoderes e tornou-se muito mais eficaz. Em seu livro <i>Microfísica do poder</i>, [...]sem se deter apenas no macropoder concentrado no estado, Foucault analisou esses micropoderes que se espalham pelas mais diversas instituições da vida social, isto é, os poderes exercidos por uma rede imensa de pessoas que interiorizam e cumprem as normas estabelecidas pela disciplina social – pais, porteiros, enfermeiros, professores, secretárias, guardas, fiscais etc.</p>	
Genealogia do poder	<p>Foucault também desenvolveu seu método de pesquisa à maneira de uma genealogia, inspirado em Nietzsche. Como o filósofo alemão, adotou como ponto de partida a noção de que os valores – o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, o certo e o errado, o sadio e o doente etc. – são consagrados historicamente em função de interesses relativos ao poder dentro da sociedade. em outras palavras, a definição do que é bom, verdadeiro ou sadio depende das instâncias nas quais o poder se encontra. Na visão de Foucault, esse poder não seria essencialmente de repressão ou de censura, mas antes um poder criador, no sentido de que produz a realidade e seus conceitos. em seu livro <i>Vigiar e punir: uma genealogia do poder</i>, [...] Foucault acompanha a evolução dos mecanismos de controle social e de punição, que se tornaram cada vez menos</p>	<p>COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. Fundamentos de filosofia. 4. ed. -- São Paulo: Saraiva, 2016, p. 320-321.</p>

	visíveis e mais racionalizados. Caracteriza a sociedade contemporânea como uma sociedade disciplinar, na qual prevalece a produção de práticas disciplinares de vigilância e controles constantes, que se estendem a todos os âmbitos da vida dos indivíduos.	
Bibliografia para pensar o ensino de Filosofia	FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir [...]. É um exame dos mecanismos sociais e teóricos que motivaram as grandes mudanças que se produziram nos sistemas penais ocidentais durante a era moderna. É dedicado à análise da vigilância e da punição, que se encontram em várias entidades estatais (hospitais, prisões e escolas). Embora baseado em documentos históricos franceses, as questões sobre as quais se debruça são relevantes para as sociedades contemporâneas. É uma obra seminal que teve grande influência em intelectuais, políticos, ativistas sociais e artistas.	PIZA, Suze et al. (Org.). O caminho do afeto ao discurso : roteiros de aula de filosofia para o ensino médio. Campinas: Espelho D'Água, 2017, p. 52.

SANTOS, Poliana Coelho dos. Autora desta dissertação, 2024.

As citações textuais do Quadro 1 representam as referências diretas a Michel Foucault nos livros didáticos de Filosofia/Ensino Médio encontrados na biblioteca da referida unidade escolar da cidade de Ipiranga do Piauí/PI, ao dispor dos alunos de Ensino Médio na modalidade regular e da Educação de Jovens e Adultos. Mas outros livros didáticos pertencentes a essa instituição educacional também participam do acervo e, sem citarem o nome de Michel Foucault, tematizaram assunto que ele tratou em seus trabalhos filosóficos, seja reafirmando as abordagens temáticas do quadro em questão, seja empregando outras expressões para produções de conteúdo.

Que Michel Foucault faz parte dos filósofos da modernidade é tão evidente que há quem o adjective como pós-moderno, e os livros didáticos que o citam registram a segunda metade do século XX como referência de tempo da sua biografia e do que ele trabalhou filosófica e textualmente em publicações de sua autoria que se referem aos pontos de vista que defendia, concedendo entrevistas, ministrando aulas, a partir de quais conteúdos se interpreta a filosofia foucaultiana (Bergamo; Ternes, 2015).

Os micropoderes nas convicções foucaultianas interessaram ao aprendizado do currículo de Filosofia/Ensino Médio, no sentido de que há insistente abordagem do citado pensador francês na pauta do poder, e se manejam entre os exemplos, além dos micropoderes, o biopoder, a genealogia do poder, a microfísica do poder, o saber-poder, a teoria do poder, entre outras nomenclaturas. Tratando-se, portanto, desse fenômeno socialmente dinâmico, volátil e de vida própria, uma vez que em Foucault o poder não seja permanente em ninguém e nem em qualquer instituição, Costa e Ramos (2023, p. 4-5) assim escreveu:

Foucault introduziu a análise do poder na análise do discurso e descobriu que o discurso está sempre associado ao poder: o conhecimento ou a verdade são criados pelo poder, assim como as pessoas também são criadas pelo poder. Os seres humanos não são construções de inferências epistemológicas modernas, mas produtos do poder, que são moldados por punição social, supervisão, disciplina e normas educacionais. Foucault acredita que, embora os meios normativos do poder moderno sejam muito mais brandos do que os da Idade Média, seu controle sobre as pessoas é mais rígido e penetrante.

Aqui se tem uma aproximação entre poder e controle sobre pessoas, à ênfase de que as relações humanas se movimentam em torno do poder, palavra esta que se repete no desempenho analítico e filosófico de Michel Foucault. Nesse caso, o termo micropoderes dinamiza a sua metalinguagem nas escalas de influência e de controle de alguém sobre alguém, seja entre indivíduos, seja entre instituições, avançando-se para o macropoder, se o alcance ganha territorialidades nacional ou transnacional.

Analisando-se o pensamento foucaultiano de acordo com o universo escolar e a partir da pedagogia que uma instituição educacional adote, o micropoder é presença inquestionável em uma escola, da gestão para os demais personagens, dos docentes para os alunos e dos alunos nas relações com os educadores que se envolvem como eles no desempenho profissional, enfim, em todas as interações que aconteçam dentro do espaço institucional e até junto à comunidade escolar.

Essas movimentações dos micropoderes se tornam materiais didáticos, com os quais os educadores e os educandos tergiversam sobre o que sejam controle, poder e outras expressões afins, promovendo uma educação de resistência, como anotou Carvalho (2015), incentivando não apenas discussões, mas também postura para as relações dialógicas além do universo educativo-escolar, comprovando a linguagem do poder nas convicções de Foucault. E segue a observação de que

Foucault estuda o poder e as relações de poder para explicar o problema do sujeito, analisa as relações de poder por meio de vários confrontos estratégicos e descobre que as relações de poder onipresentes são como capilares. Estendendo e infiltrando todo o campo social como escolas, hospitais, exército e fábricas, jogos estratégicos em que o poder é o sujeito são onipresentes, e a liberdade do sujeito é condição necessária para a existência de relações de poder. Foucault acredita que "o que é poder" e "quem está exercendo o poder" não são importantes, mas a chave é "como o poder funciona". Isso requer a análise de vários "micropoderes" e como eles operam, ao invés de propor estratégias lutas locais nele são da mesma tensão (Costa; Ramos, 2023, p. 5).

Há uma independência nos modos de como o poder atua entre as pessoas, se nas pessoalidades ou nas institucionalidades, proliferando os micropoderes, e para Michel Foucault o funcionamento do poder se impõe para a diligente atenção além do que se verifique com quem está o poder, até porque ele existe de forma autônoma e faz parte de todos os grupos sociais. Este ponto de vista foucaultiano compõe a pauta do currículo de Filosofia para o Ensino Médio, incluindo a EJA.

Como expõe o Quadro 1, a genealogia do poder também integra as atenções que a EJA/Ensino Médio dedica a pensadores como Michel Foucault, considerando-se que na temática se trabalham reflexivamente o controle e a repressão, tratando o poder como um recurso de dominação e de opressão, ao argumento de que os seres humanos se relacionam por um princípio de poder.

Em *Educação de Jovens e Adultos, Educação a Distância, Filosofia do Ensino Médio, Módulo 2*, a autora Lidiane Carneiro (2013)¹⁶ aborda política e poder, e no conteúdo há o reconhecimento do interesse de cada indivíduo em adquirir poder, seja ao manejo particular, seja o poder institucional, que se confunde com autoridade e governo, como a chefia de um Estado, a partir dos mais distintos processos de escolha democrática, ditatorial ou monárquica, entre outros exemplos aplicáveis.

A teoria do poder também compreende o conteúdo de *Projeto Recomeçar: Educação de Jovens e Adultos – EJA Ensino Médio*, de Flávio Berutti (2021),¹⁷ com a

¹⁶ Livro didático ainda utilizado no componente curricular de Filosofia/Ensino Médio, nas escolas da rede estadual de educação do Piauí (CARNEIRO, Lidiane. **Educação de Jovens e Adultos: Educação a Distância, Filosofia do Ensino Médio, Módulo 2**. Curitiba: Base Editorial, 2013, p. 37-47).

¹⁷ Livro didático disponível à modalidade EJA/Ensino Médio das escolas da rede estadual de educação do Piauí, componente curricular de Filosofia (BERUTTI, Flávio. **Projeto Recomeçar: Educação de Jovens e Adultos – EJA Ensino Médio**. Curitiba: Divulgação Cultural, 2021, p. 206-212).

atenção nos recursos que as pessoas se propõem a utilizar, para aquisição de poder, reconhecendo o poder do discurso, nos moldes foucaultianos.

Ou seja, citado ou não, Foucault, mas não somente ele, estimula o debate na formação escolar dos estudantes de Filosofia do Ensino Médio, pelas abordagens de assuntos que vêm dele ou que ao menos lembram o trabalho filosófico que o biografou e o insere nos materiais curriculares, dentre outras, da modalidade EJA/Ensino Médio, e os autores e publicações que fazem o Quadro 1 reafirmam esta percepção. Ainda com as atenções que os livros didáticos tratam o poder e a visão foucaultiana sobre esse fenômeno que influencia as relações humanas,

Se a matriz jurídica não oferece elementos suficientes para a compreensão do exercício do poder nas sociedades modernas, que passa pelo Estado, mas não está concentrado nele, Foucault fica devendo uma hipótese alternativa que permita analisar o controle exercido pelo Estado e, ao mesmo tempo, coadunar-se com a sua análise do poder, concentrada nas noções de biopoder, disciplina e governamentalidade. [...] Foucault tenciona alargar o conceito de poder e o faz de tal forma que, ao examinar esse tema, ele estará, ao mesmo tempo, levando avante o seu objetivo primordial, que é descobrir na história os processos de subjetivação (Santana Sobrinho, 2021, p. 13, 14-15).

Há uma relação de proximidade entre Estado, governabilidade e poder, assim como há uma inter-relação entre controle, domínio e poder, e Michel Foucault percebe essas interações na sua teoria do poder, analisando-o de acordo com a modernidade histórica e social do mundo correspondente à metade final do século XX, apesar de o autor da sobrescrita citação textual enxergar limitações no pensamento foucaultiano sobre Estado e poder, certamente, porque o filósofo francês priorizou a visão de que o poder não seja um fenômeno perenemente institucional, mas uma manifestação nas relações humanas, com força própria e autonomia de atuação.

No Quadro 1, as atenções dos materiais de Filosofia do Ensino Médio, seja na modalidade regular ou na especificidade da EJA, lembraram Michel Foucault, com um registro enfático da obra *Vigiar e punir*, canalizando para o universo escolar a prática da autoridade, da governabilidade e do poder, de cuja publicação foucaultiana Passetti e Pougy (2015) dissertam sobre comportamentos dos alunos dentro da instituição educacional, gestão escolar, metamorfoses da indisciplina escolar e outras pautas que se contextualizam na exposição pedagógica para a EJA/Ensino Médio.

A verificação de que, ao manejo de *Vigiar e punir*, Michel Foucault posicionou os seus olhares filosóficos para a educação escolar e para a sociedade do seu tempo, reconhecendo que as mudanças culturais, econômicas, escolares, políticas e sociais que aconteceram ao longo dos séculos a partir dos tempos medievais, modernos até a decorrência da Contemporaneidade ressignificaram diferentes instituições, sendo que a humanização de atividades como a formativo-educacional de uma escola foram reajustadas, a fim de se diminuïrem as práticas punitivas, para a visão educativa.

Mas nas relações de poder existem as indisciplinas e as resistências, pontos de expressão humana em quaisquer épocas e lugares que se estudem sobre eles, e o que se alteram são as formas de lida com isso. Bergamo e Ternes (2015) veem em Foucault um ponto de vista de que o mundo contemporâneo não tem mais como usar os mesmos recursos dos tempos medievais para promover educação nem escolar e nem social, e este pensamento ganha importância nas programações dos conteúdos e das disposições pedagógicas para a Educação Básica, não apenas do Brasil, mas seguramente do mundo todo.

3.3 O saber-poder foucaultiano dentro do espaço escolar

A publicação do livro *Vigiar e punir*, em 1975, influenciou o conceito de poder no mundo moderno, abrangendo para as mais específicas instituições uma percepção do que sejam controle, domínio, punição e repressão, cujos termos em suas práticas instigaram as reações expressas na indisciplina, na rebeldia e na resistência, e estas, por sua vez, contribuíram forçosamente com novas caracterizações de palavras como autoridade, disciplina, educação, humanização e sociabilidade.

O pensamento moderno de Michel Foucault, a partir das investigações que fez sobre disciplina e poder, analisando-os historicamente e propondo metalinguagem de menos rigor no exercício desses recursos nas relações humanas, é compreendido nos tempos contemporâneos por expressões como dignidade humana e direitos humanos, que fazem parte do que se conceitua em cidadania e civilidade, sendo que Passetti e Pougy (2015) reconhecem esta interpretação até quando exploram textualmente a pauta das desobediências dos alunos em seus exercícios letivos e o posicionamento político da escola em sua organização gerencial e pedagógica.

O saber-poder faz parte da pedagogia de uma instituição educacional, sem se falar das tantas outras repartições que compõem uma sociedade, disso Foucault não deixa dúvidas, mas há observações relevantes e que vêm ao caso deste texto, com as quais Bordin (2014, p. 231) se expressa da seguinte forma:

Foucault não trabalha como um descobridor das relações de poder dentro das organizações; porém suas contribuições são inegáveis, principalmente para quem busca entender como funcionam tais relações entre os indivíduos e a sociedade. Para o autor o poder não está estabelecido de uma forma vertical, onde o superior produz certo domínio sobre seus subordinados, ou ainda, pessoas com maior capital produzem seu poder sobre o proletariado; para Foucault o poder é algo multidirecional, ao qual está presente em todas as ramificações da sociedade, em todas as suas formas.

Pelas insistentes interpretações que se fazem aqui sobre poder de acordo com o pensamento de Michel Foucault é segura a afirmação de que ele não reconhece a hierarquização do poder e nem a institucionalização dele, diferenciando-o do mérito do saber a partir do conhecimento e da capacidade de cada indivíduo enquanto ser intelectual, aproximando poder de discurso e de interesse proeminente nas relações humanas, enquanto fenômeno imaterial e informe, mas que se movimenta nos mais distintos espaços em que existam pessoas, que se organizam socialmente e o fazem sob as perspectivas de autoridade, de domínio e de governos, configurando poderes.

Se em uma percepção geral há a convicção foucaultiana da presença do poder em todas as repartições sociais, o saber-poder se impõe na instituição escolar a partir das elaborações administrativas, curriculares e pedagógicas com as quais ela passe a trabalhar, incluindo-se as discussões em sala de aula sobre conhecimento, discurso, opinião, poder e saber, entre outras pautas, com alunos de toda a Educação Básica, especialmente os que já estejam amadurecidos reflexivamente para debates, que é o caso do público-alvo da EJA no Ensino Médio.

Os livros didáticos que se dispõem no Quadro 1 e em anotações posteriores a eles, nesta dissertação de mestrado, cujos materiais se basearam no acervo bibliotecário da Unidade Escolar Manoel Ribeiro, município de Ipiranga do Piauí/PI, se mostraram comedidos neste ponto, mas não deixaram de abordar e de sugerir leituras de pensadores como Foucault, para que se compreenda o mundo moderno com as localizações geográficas e sociais dos tempos contemporâneos, interpretando as suas expressões de saber e as suas relações de poder, levando-se em conta, dentre os

tantos filósofos que fazem o currículo de Filosofia e que tratam de Estado, poder e sociedade, que

Michel Foucault não se preocupou em elucidar conceitos de poder; mas sim, em trazer sua forma nas relações para sua melhor compreensão da vida em sociedade. Para ele, o poder não está apenas no *Príncipe* (expressão utilizada por Maquiavel), tampouco apenas no Estado, mas sim nas pequenas e múltiplas relações na sociedade. [...] Uma das concepções trabalhadas por este filósofo é o saber como forma de redução do poder. Isso porque Foucault acredita que o poder, o controle na contemporaneidade é exercido com maior ênfase pela forma de vigiar, e assim, uma maneira de reduzir este poder, é o saber (Bordin, 2014, p. 233).

Se não há um conceito de poder que fixe a filosofia foucaultiana, que conteúdos então os alunos da EJA/Ensino Médio recebem sobre saber-poder e sobre Foucault que interessem à sua formação filosófica? As respostas deixar de estar em nomes para se concentrarem em abordagens discursivas, elencando pensamentos distintos e até divergentes, aguçando a reflexão do público estudantil na referida modalidade de ensino, basta uma releitura das citações textuais do Quadro 1, organizado nesta dissertação, para a confirmação desta afirmação.¹⁸

Michel Foucault expressou uma visão bem atualizada do seu tempo, em se falar da metade final do século XX, e moderna para os valores que organizam um sistema de educação escolar e regulam a educação social como um todo, interpretação esta concordante com Simons e Masschelein (2015), quando estes pesquisadores, apoiando-se em *Vigiar e punir*, refletem sobre a filosofia foucaultiana e os sistemas escolares dos tempos contemporâneos, com uma ambientação no mundo todo e não apenas em uma realidade nacional específica.

Também Passetti e Pougy (2015) identificaram, por manejo interpretativo da obra *Vigiar e punir*, um Foucault muito atento ao histórico de punição como recurso de controle, disciplina, dominação, educação, poder e repressão, reconhecendo que as mudanças pelas quais o mundo vem passando desde os começos da Idade Contemporânea forçaram maiores cuidados com um processo educativo mais afeito à dignidade e aos direitos, com princípios mais humanizados e com a liberdade do ser

¹⁸ Pensar a filosofia no Ensino Médio foi a abordagem que Piza (2017) elaborou, enfatizando o trabalho e a relevância de Michel Foucault, para o entendimento da modernidade educacional, da própria sociedade contemporânea e dos fenômenos que a dinamizam, como o saber-poder (PIZA, Suze et al. (Org.). **O caminho do afeto ao discurso**: roteiros de aula de filosofia para o ensino médio. Campinas: Espelho D'Água, 2017, p. 49-59).

humano como um bem que se sobrepõe a quaisquer subordinações. Mas não apenas desses termos sobreviveu a visão educacional/escolar de Michel Foucault:

Nas palavras de Foucault: os métodos disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos são integrados, um sobre o outro, e que são orientados para um ponto estável final, em resumo, um tempo evolutivo... Ao mesmo tempo, técnicas administrativas e econômicas de controle revelam um tempo social seriado, orientado, cumulativo: a descoberta de uma evolução em termos de progresso. As técnicas disciplinares revelam séries individuais: a descoberta de uma evolução em termos de gênese (Simons; Masschelein, 2015, p. 324-325).

O citado pensador francês se dedicou a interpretar os sistemas de educação na escola, não exatamente para reprovar os meios de organização do processo de ensino-aprendizagem, mas para dissertar sobre eles e, como aconteceu em *Vigiar e punir*, contribuir de alguma forma com as reconsiderações sobre a educação, para, por meio de seus educadores, enfatizar a evolução da gênese, do progresso e do tempo, aos contextos do universo educativo/escolar.

E ainda vale a pena o apoio informativo de Costa e Ramos (2023), na observação de que em Foucault, seja em um ambiente educacional, em um espaço científico/laboratorial ou nos círculos e nas instituições sociais, independentemente das técnicas com que as atividades aconteçam, é o conhecimento que está na proeminência, à anotação de que ele se propõe ao discurso, e este reafirma o saber-poder, que não se limita aos aspectos científicos, mas também ao universo pedagógico e ao social.

O conhecimento, nas reflexões e anotações de Foucault, se refere a um ponto imposto ao ser humano, mais do que qualquer aprendizagem limitada ao universo de uma escola. Na verdade, as instituições de ensino têm o seu valor porque formalizam a grade curricular, os conteúdos a serem trabalhados, os treinamentos práticos do que se está estudando teoricamente, os certificados e os diplomas de qualificação, enfim, o preparo do seu público estudantil para o desempenho profissional no mundo do trabalho e para o exercício diário da cidadania e da civilidade, marcas normatizadas na LDB/1996 como prática social (Brasil, 2023).

Mas essa contribuição cognitiva, intelectual, profissional e social da escola tem também as suas discussões nos movimentos dos seus personagens sobre regras de comportamento e mais ainda sobre poder, que se faz representar nas imposições da gestão sobre os demais participantes de uma escola e nas reações de cada sujeito a

quaisquer demonstrações de autoridade, seja do núcleo gestor, seja dos educadores, seja dos alunos para com os profissionais de educação. *Vigiar e punir* interpreta que o controle de uma instituição a partir dos gestores sobre outrem até faz a exposição do poder, mas também provoca reações e resistências, e a escola é exemplo disso.

4 UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA A PARTIR DOS TRABALHOS FOUCAULTIANOS SOBRE O SABER-PODER

Há já nesta dissertação uma gama de citações da filosofia foucaultiana, ora por transcrições de textos dos autores que fazem as referências bibliográficas, ora por trechos de publicações de Michel Foucault, a partir do ponto referencial saber-poder. Mas interessa ainda uma atenção sobre obras deste pensador francês a respeito do que ele divulga sobre o saber e o poder, de cujas palavras surgem reflexões com as quais ele trata de autoridade, controle, discurso, resistência, ser humano e sociedade.

Para Bergamo e Ternes (2015), Michel Foucault contribuiu com uma somatória de pensamentos para a sociedade do seu tempo como professor acadêmico e como um influenciador que soube analisar outros tempos de construção social e de controle sobre os cidadãos, percebendo as mudanças que caracterizavam a modernidade e os ajustes que as instituições deveriam fazer, para se adaptarem aos novos tempos, incluindo-se um questionamento que caminha no tempo, que seja o que é o homem.

Autoridade, civilidade, controle, direitos, disciplina, discurso, educação, poder, punição, questionamento, reação, resistência, saber, sociedade, sujeito, vigilância se misturam quando análises de pesquisa atentam para o que pensava Michel Foucault no âmbito do saber-poder, a contar de que, nas suas convicções, “o conhecimento se dá de acordo com as relações de poder” (Bordin, 2014, p. 228), e o poder ajuda a se projetarem nas sociedades outros fenômenos, dentre os quais, o controle social.

Dentre as obras que Michel Foucault publicou, dos cursos com os quais ele interagiu no universo acadêmico, dos discursos que proferiu e de análises de outros autores a respeito da sua filosofia, sete tópicos preenchem este capítulo textual, quais sejam a *Arqueologia do saber*, *A ordem do discurso*, *Natureza humana. justiça vs. poder: o debate entre Chomsky e Foucault*, *Microfísica do poder*, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, *A verdade e as formas jurídicas* – obras de autoria de Foucault – e analisando o biopoder a partir do pensamento de Foucault.

Com estas opções-base para citações textuais e reflexões no saber-poder, do referido pensador francês, se realiza um trabalho interpretativo das próprias obras de Michel Foucault e se mantêm a contundência temática, que faz a diferença ao texto que se pretendeu formalizar nesta dissertação acadêmica.

4.1 A arqueologia do saber e as formações discursivas

A obra *A arqueologia do saber*, de 1969, reflete um trabalho analítico de Michel Foucault a respeito da constituição de um saber em específico, como um fenômeno das faculdades internas do ser humano, em um ser-saber,¹⁹ trabalhando-se tanto a possibilidade do conhecimento, e este se caracterizando como algo inventado para o homem com a sua racionalidade, como a prática do aprender algo, considerando-se para isso quaisquer assuntos que mexam com a intelectualidade humana. De acordo com Gomes (2018, p. 21), no texto de *Arqueologia do saber*

Foucault faz consideráveis discussões acerca de conceitos clássicos como o de ciência, enunciado e saber. Ela nos permite refletir e criticar a concepção de ciência, descrição, funções enunciativas, positividade, arquivo, conceitos importantes para se entender uma determinada episteme e como descrever sobre o que Foucault define como saber/poder. Para ele, na arqueologia – como análise das regras características das diferentes práticas discursivas – encontrar-se-á o que se poderia chamar de uma teoria envolvente.

Assim como os fenômenos abstratos do ser humano, como o conhecimento e o saber, o universo científico tem o seu papel nas ofertas de materiais de análises e de estudos, contribuindo com a capacidade humana de aprender, mas ele não está isento de críticas ou até de questionamentos, como o poder também não. Neste caso, a própria publicação de *A arqueologia do saber* se configura como uma investigação da própria ciência e dos aspectos epistemológicos do conhecimento que o ser humano é capaz de expressar em sua disposição racional e em sua natureza comunicativa.

Para Michel Foucault, a acumulação de conhecimentos é indefinida, por ser também sem limites, e a ciência se movimenta em favor da própria existência e do seu aperfeiçoamento, seja pelas novas experiências, seja pelos critérios históricos e sociais que formatam a humanidade e a influenciam, considerando-se que esse termo

¹⁹ “A grande diferença entre uma e outra é que a arqueologia pretende alcançar um modo de descrição (liberado de toda ‘sujeição antropológica’) dos regimes de saber em domínios determinados e segundo um corte histórico relativamente breve; a genealogia tenta, recorrendo à noção de ‘relações de poder’, o que a arqueologia deveria contentar-se em descrever. Enquanto a arqueologia (Ser-Saber), procurou analisar as gêneses e as transformações dos saberes no campo das ciências humanas, a genealogia (Poder-Saber) procurava analisar o surgimento dos saberes, que se dá a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que, imanentes a eles – pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante –, os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica” (DANNER, Fernando. *A Genealogia do Poder em Michel Foucault. Arquivos da IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS*, Porto Alegre, 2009, p. 786).

seja na prática algo imposto, inventado e não inerente ao homem, ainda que este se caracterize também pela sua intelectualidade e racionalidade (Gomes, 2020).

As complexidades nos manejos vocabulares de expressões que representem conhecimento, investigações e pesquisas e nas conceituações destes termos tomam espaços em *A arqueologia do saber*, até porque Michel Foucault faz questionamentos em relação a outros termos, como continuidade e descontinuidade. Segue a citação a partir desta obra foucaultiana:

O emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação, coloca, a qualquer análise histórica, não somente questões de procedimento, mas também problemas teóricos. São estes os problemas que vão ser aqui estudados (as questões de procedimento serão consideradas no curso das próximas pesquisas empíricas, se eu tiver, pelo menos, a oportunidade, o desejo e a coragem de empreendê-las). Entretanto, só serão considerados em um campo particular: nessas disciplinas tão incertas de suas fronteiras, tão indecisas em seu conteúdo, que se chamam história das ideias, ou do pensamento, ou das ciências, ou dos conhecimentos (Foucault, 2013, 23).

Para Foucault, trabalhar conhecimento sob uma percepção de continuidade é uma opção que não se sustenta, posto que existam fenômenos e sucessividades que instabilizam estruturas conceituais, e, se o campo é arqueológico, o saber se impõe como um material descritivo, portanto, passível de alterações e de descontinuidades, disposto a interrupções e, se for o caso, a recomeços.

Ainda interpretando o trabalho foucaultiano em *A arqueologia do saber*, em Gomes (2020) há uma observação do pensador francês de que os discursos também não são contínuos e se sujeitam a alterações e a reajustes, também a ciência e outras áreas que falam do conhecimento humano, sendo que os acontecimentos históricos e as descobertas científicas contribuem para as novas convicções das sociedades em seus distintos tempos e às reações aos fatos que se sucedem cronologicamente. Tratando-se de uma atenção geral da supracitada publicação de Michel Foucault,

A Arqueologia do saber situa-se na segunda fase de Foucault, nos anos 1960, fase na qual se ocupava com a episteme e os saberes. Obra fundamental no desenvolvimento teórico de Foucault, a Arqueologia do saber tornou-se uma proposta para uma investigação científica e uma revisão e crítica da história epistemológica. O propósito de Foucault com este trabalho era mostrar o local de onde ele falava, demarcar o espaço que tornava possível as suas pesquisas e da significação da palavra arqueologia (Gomes, 2018, p. 21).

Além das suas considerações filosóficas e sociais, os trabalhos de Foucault, como bem se exemplificam em *A arqueologia do saber*, explorou a metalinguagem, no intento de explicar conceitos e de tecer críticas a explicações já existentes entre eles, ainda que não os ressignificando, mas tergiversando, e a expressão arqueologia faz parte, e o próprio filósofo escreve:

Pode-se agora inverter o procedimento; pode-se descer no sentido da corrente e, uma vez percorrido o domínio das formações discursivas e dos enunciados, uma vez esboçada sua teoria geral, correr para os domínios possíveis de aplicação. Refletir sobre a utilidade dessa análise que, por um ato talvez muito solene, batizei de "arqueologia" (Foucault, 2013, p. 151).

Nesse desempenho metalinguístico em relação ao vocábulo arqueologia, há em Michel Foucault um cuidado sobre as formações discursivas, por ele considerar o discurso como um trabalho vinculado a aspectos cronológicos, históricos e sociais, não-linear e nem contínuo, mas dotado de intencionalidade do homem-sujeito para o ambiente coletivo, isto é, um fato expressivo que parte do indivíduo para a massa, entendendo ele ser o discurso uma demonstração das percepções particulares de uma pessoa para o grupo social no qual ele se encontra.

A percepção foucaultiana sobre discurso, considerando-se *A arqueologia do saber* e a época em que o citado filósofo escreveu esta obra, influenciou os vários pensadores na década de 1970, que é o período de interpretação do seu trabalho, a se levar em conta o ano de 1969 como o da publicação. Para Bordin (2014, p. 226), é nesse livro que Foucault “aborda com maior evidência a relação entre saber e poder”, mas ressaltando que *A arqueologia do saber* é um amadurecimento de publicações que a antecedeu, que foram *História da loucura* (1961) *O nascimento da clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966).

Registre-se neste tópico textual que “a arqueologia de Foucault descreve os discursos não para revelar verdades e continuidades, mas descrever limiares, limites, pontos de cruzamentos, controvérsias e, sobretudo, o que ele classifica de enunciados discursivos” (Gomes, 2018, p. 21), fazendo uma comparação entre dos modelos de história, a arqueológica e a epistemológica. No primeiro modelo, exclui-se a atenção quanto à ordem do tempo em que as coisas acontecem, enquanto o segundo modelo respeita etapas, mais ordenado nas suas anotações, mas ambas atentas ao discurso e ao arquivo de informações, cujas somatórias realizam o saber.

Obviamente, a linguagem de Foucault nas suas exposições filosóficas, como em *A arqueologia do saber* e seguramente nas demais obras, representa para o ensino da Educação de Jovens e Adultos, mesmo na modalidade Ensino Médio, um desafio pedagógico, para que os alunos compreendam a essência do saber-poder a partir do citado filósofo francês, mas a explicação básica aplicável é a de que há em Michel Foucault a percepção de que o saber é algo adquirível por parte de cada sujeito, o discurso parte do indivíduo para a coletividade humana em que ele vive e a ciência tem sua importância e sua credibilidade, mas não está acima de críticas ou de tergiversações, porque ela também se ajusta e corrige as próprias informações.

4.2 A ordem do discurso e o procedimento da interdição

A vida em sociedade reflete comportamentos que disciplinam as pessoas e que pressupõem cidadania, civilidade, discricção e ética, sendo o discurso, pelo modo como cada sujeito o constrói e o expressa, um bom exemplo de que nem tudo deve ser dito ou pelo menos nem tudo deve ser falado de qualquer forma. Em *A ordem do discurso*, Michel Foucault trata disso aos aspectos da exclusão do discurso e do procedimento de interdição. Já nos começos textuais dessa obra foucaultiana há uma elaboração dialógica entre o indivíduo, representado pelo desejo, e a instituição, e ela, entre outras coisas, diz que

você não tem por que temer começar; estamos todos aí para mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém (Foucault, 1996, p. 7).

As convenções que civilizam uma sociedade incluem o discurso entre os pontos de atenção para com o modo de vida dos indivíduos que a formam, e as instituições se dispõem a contribuir com as práticas discursivas de acordo com as leis que vigem os grupos sociais e os espaços dialógicos que desdobram coletivamente. Ao dizer que ocorrem simultaneamente a honra e o desarmamento do discurso, Foucault reafirma a aparência do discurso, que notadamente se materializa na linguagem ética, formal, aceitável aos valores da sociedade em que o discursante se encontra, gerando às instituições um modelo de controle e de poder. Outrossim,

A análise do discurso é, então, a descrição de regimes de enunciado e formas de dispersão, sob as quais ocultam-se regularidades, que a regem e estabelecem regras de formação. Nelas encontram-se articuladas práticas discursivas e não-discursivas, onde as múltiplas formas de conhecimento humano, a arte, a literatura, a filosofia, e as ciências são saberes que, apesar de sua aparente diversidade e incompatibilidade metodológica, encontram sua condição de possibilidade sobre o mesmo campo epistemológico, obedecendo às mesmas regras de formação (Bergamo; Ternes, 2015, p. 50).

Se existem regulações para a produção e pronúncia de um discurso, há as possibilidades de ele não ser divulgado, entrando no critério da interdição, uma vez estabelecidas regras de formação discursiva. Importa a observação de que o saber se expõe a partir do discurso, escrito ou falado, e que ambos partem do silêncio e da capacidade intelectual de cada pessoa, para só então se configurar como um bem da coletividade, desde que de acordo com as normas que convencionaram os grupos a que se destina o conteúdo discursivo. Retomando *A ordem do discurso*,

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (Foucault, 1996, p. 9).

Os procedimentos de exclusão apontam para as expressões ou as informações evitáveis de divulgação, o sujeito retire-as de pauta do seu momento interativo com as pessoas ou com as instituições. Como a citação infere, existem informações que até seguem os valores da civilidade na linguagem, mas o momento de trabalhar a publicidade delas não é adequado, as circunstâncias não permitem a fala sobre elas, e os participantes dos espaços coletivos têm que aprender a filtrar as possibilidades de expressão ou de silêncio, e este corresponde à interdição.

O conteúdo de *A ordem do discurso* faz parte da essência da educação escolar, e a EJA/Ensino Médio recebe uma formação que se alinha diretamente com o modo civilizado de os personagens da escola se comportarem, não apenas os alunos. Neste ponto, o saber se traduz no alinhamento às regras de elaboração dos discursos e de pronúncia deles, ao passo que o poder se encontra na regulação discursiva, sendo o saber material de casa pessoa e o poder um apanágio da instituição.

Há, entretanto, ponderações que Brutscher (2017) reconhece em exposições como as que tratam de *A ordem do discurso*, e a primeira delas é a proximidade dos termos regulação e subordinação, as duas também significando controle e opressão, posto que, ao não poder se expressar do jeito que deseja e com liberdade plena, um indivíduo se vê amarrado a regras que o silenciam, seja pelas circunstâncias, seja pela linguagem, seja pela temática em abordagem.

Foucault falou em exclusão e em interdição, ambas reportando a impedimentos que as contextualizações sociais passaram a chamar de civilidade. A multiplicidade de vocábulos com suas particularidades e similitudes conceituais mantém em comum a normativa de que, nas formações discursivas, e estas se apoiando no saber-poder, cada pessoa saiba o que convém falar, com que linguagem, quando, onde, para quem e de que modo se concretizará a sua atuação emissora de discurso.

Oportuna a percepção de Costa (2024) de que a educação escolar, a formação de discursos e o saber-poder se encontram nos processos de ensino-aprendizagem que as instituições educacionais organizam para o seu público-alvo, os estudantes, e que nos meios formativos acontece uma miscelânea de fenômenos comportamentais em todos os personagens de uma escola, mais ainda quando eles são adolescentes, jovens ou adultos, que já têm uma visão de mundo mais bem elaborada do que quem ainda se encontra na fase da infância.

A miscelânea comportamental que encontra base em *A ordem do discurso* aglutina autoridade, civilidade, conhecimento, controle, diálogo, discurso, educação, eticidade, formalidade linguística, ensinamento, interatividade, normativa, obediência (desobediência), oratória, ordem, poder, punição, saber, subordinação resistência e vigilância, a partir de quando as convenções sociais se consolidam como regras de cidadania, mas servem de modelos de opressão, que não prejudica a filosofia foucaultiana, mas tem uma significativa atenção de pensadores como Paulo Freire e sua visão de opressão, de resistência e de libertação (Brutscher, 2017).

Mas Foucault (1996) também traz à reflexão como um dos pontos de exclusão de um discurso a questão da veracidade informativa que tem que prezar, visto que a verdade dos fatos seja basilar para as formações discursivas, fazendo forçosa parte da interdição. Não são apenas as convenções sociais e o poder institucional que têm que chamar aos cuidados o discursante, mas a própria natureza do discurso de falar no modo correto, ponderado e no tempo cobra exclusão e interdição, sendo o caso.

4.3 Natureza Humana. Justiça vs. Poder: o debate entre Chomsky e Foucault

O debate que aconteceu entre o pensador norte-americano Noam Chomsky e o francês Michel Foucault desfrutou de repercussões internacionais e em diferentes instituições que lidam com o conhecimento, com a intelectualidade e com pesquisas e reflexões a respeito do ser humano e das suas faculdades intelectuais e psíquicas, tanto que houve uma transmissão via TV, chamando-se a atenção de que os dois filósofos traçaram caminhos distintos, mas no interesse em comum de descrever a natureza humana e de conhecê-la no melhor possível (Bittencourt, 2018).

No andamento das exposições de cada um dos citados convidados para esse debate, ambos construíram, ao próprio modo, aos seus acompanhantes a percepção de que o saber, nas diversas aquisições e manifestações, se relaciona com o poder, e Chomsky reconhece isso a partir da Linguística, ao que Foucault se dedica com um melhor detalhamento à analítica do poder. Os dois se ocupam de explicar a natureza humana e de entender os meios de instauração do saber-poder nessa natureza, que é intelectual, racional e social, com capacidade nata de geração de conhecimentos.

Noam Chomsky defendeu que “na condição de seres humanos portadores de um organismo biologicamente determinado, nós tenhamos em nossas cabeças, para começar, determinado conjunto de estruturas intelectuais possíveis” (Foucault, 2014, p. 34), que se explicam no conhecimento, na linguagem e na particularização de cada sujeito enquanto indivíduo comunicativo, que não se limita a copiar os jeitos de como os outros falam, mas constrói psicologicamente o seu acervo dialógico e as suas ideias de palavras e expressões, obviamente, respeitando as estruturas básicas do idioma que lhe descreve a territorialidade nacional.

Mas, acompanhando o ponto de vista de Chomsky, Foucault manteve a visão de que essa capacidade intelectual e linguística do ser humano é o conhecimento em sua evidente expressão, material imediato do saber-poder, que chama à condição de racionalidade o discurso de cada pessoa, e esse potencial cognitivo se espalha pelas áreas de atuação da espécie humana, mais ainda nos espaços da coletividade.

Mas Bittencourt (2018, p. 5) observa um ceticismo em Foucault no que se fale em natureza humana, cuja ideia “não lhe soa como algo essencial e atemporal, muito pelo contrário, é algo localizado no espaço e no tempo, que cumpre uma série de papéis relacionada a um conjunto de práticas (e que, portanto, não é ‘natureza’)

As potencialidades mentais do indivíduo exemplificam a natureza humana para Noam Chomsky, que toma o exemplo da criança e da independência dialógica e linguística que ela adquire, ainda que empregando termos fora das normas-padrão de um sistema idiomático. Mas Foucault rejeita ao nominativo natureza o que se aprende e o que se ajusta a mudanças de época, de lugar e de sociedade.

É nas possibilidades intelectuais que o ser humano possui que Foucault atenta para os princípios da justiça e do poder, tanto que no debate com Chomsky, o filósofo francês reconhece justiça como relação de poder que ele chama de juspositivismo (Foucault, 2014), enquanto o pensador norte-americano chama de jusnaturalismo a capacidade imediata de o ser humano pensar a justiça já nos critérios da compaixão e do sentimento solidário.

Uma vez reunidos os trabalhos foucaultianos em torno do saber-poder, além do debate do qual Foucault e Chomsky participaram, há uma interpretação de que em Foucault o poder não se alinha com tanta facilidade ao altruísmo e nem à empatia, pois poder pressupõe interesse e condições de adquiri-lo em cada espaço institucional e temporal, visto que ele não seja fixo nem permanente, quando se trata de analisar quem o possui em definido momento. Refletindo sobre isso,

Foucault não trabalha como um descobridor das relações de poder dentro das organizações; porém suas contribuições são inegáveis, principalmente para quem busca entender como funcionam tais relações entre os indivíduos e a sociedade. Para o autor o poder não está estabelecido de uma forma vertical, onde o superior produz certo domínio sobre seus subordinados, ou ainda, pessoas com maior capital produzem seu poder sobre o proletariado; para Foucault o poder é algo multidirecional, ao qual está presente em todas as ramificações da sociedade, em todas as suas formas (Bordin, 2014, p. 231).

Se assim, a natureza humana traz em sua essência o desejo de poder, porém não necessariamente o desejo de justiça, como Chomsky assim defende, a não ser a justiça que o indivíduo busca para ele próprio, não nos preceitos da fraternidade e do bem de todos. Se Noam Chomsky atenta mais para a bondade do ser humano do que para o interesse pelo poder, Michel Foucault é mais cético quanto à bondade como um exemplo imediato do homem e mais certo de que o interesse pelo poder motiva o indivíduo, as instituições e as relações sociais com maiores evidências.

Perceber as distintas opiniões entre os citados filósofos é importante, mas é de suma necessidade parafrasear a filosofia de cada um deles de forma pedagógica na

exposição e explicação em sala de aula junto a um público tão próprio como o da EJA que esteja no Ensino Médio, para que as interpretações do saber-poder foucaultiano não se confundam com os princípios de justiça que se verifica em Noam Chomsky e nem com pontos de vista que exaltem tanto a natureza humana e secundarizem o conhecimento, o discurso e as relações sociais.

As individualidades filosóficas de Chomsky e Foucault se estamparam durante o debate dos quais eles participaram, à proporção que, além de pautas como natureza humana, linguística, teoria do conhecimento, justiça e poder, eventos históricos, meios de construção social, politização de discussões acadêmicas se inseriam nas falas de cada um, mas vez por outra trazendo os assuntos que mais interessavam a eles, quais sejam a linguística de Chomsky e o saber-poder de Michel Foucault.

Para quem se encontra em formação educacional de nível médio, tanto há em Chomsky uma disseminação da bondade humana, fruto da sua convicção política de um socialismo libertário, como se identifica em Michel Foucault uma racionalidade no que diz respeito ao seu modo de enxergar o ser humano frente ao conhecimento, às formações discursivas, ao saber e ao poder, e isso se expõe na redação de *Natureza Humana. Justiça vs. Poder* (Foucault, 2014).

Para um aluno da EJA/Ensino Médio não é produtivo pender para lados, até porque cada filósofo terá sempre os seus apoiadores, mas uma formação acadêmica mais aprofundada serve de material para o autoconhecimento, e o debate entre Noam Chomsky e Michel Foucault foi um relevante momento de aprendizagem, seja para qual intelectual os telespectadores propenderam.

E Costa (2024) concorda com esta interpretação, por identificar nos trabalhos de Michel Foucault e de outros filósofos, incluindo-se Noam Chomsky, contribuições importantes para os alunos que manejem conteúdos de Filosofia, nos quais se pautam os mais diversos assuntos como instituições, justiça, poder, política, relações sociais, resistência, saber, ser humano.

Não por acaso, os vaivéns de opiniões entre os sobreditos pensadores fizeram com que eles se debruçassem em questões como defesa da liberdade e da vida, dois pontos que são caros aos tempos sociais contemporâneos e com os quais os alunos com mais amadurecida intelectualidade também se envolvem, justificando-se o saber-poder foucaultiano entre os conteúdos da EJA/Ensino Médio, seja na programação direta do currículo, seja por instigação a partir do ministrante de Filosofia.

4.4 Os micropoderes por Michel Foucault em *Microfísica do poder*

A publicação de *Microfísica do poder*, em 1978, serviu de reafirmação do que Michel Foucault acreditava em relação aos estabelecimentos de micropoderes nos mais distintos espaços institucionais/sociais, quando o discurso e o saber refletiriam a individualidade de cada pessoa, junto com a capacidade de o ser humano adquirir conhecimento em diferentes assuntos e nas mais específicas áreas da sociedade, ao passo que o poder se manifestaria na coletividade e que vai além da força opressora, que impõe e que reprime que não se subalterna a ele.

Essa visão de mundo é recorrente em Foucault, que não politiza o poder, como outros pensadores, que o diga Paulo Freire, mas o percebe como um fenômeno do homem-sociedade e da sociedade-instituições e não do homem-sujeito-individual. Há de fato uma coerência na filosofia foucaultiana a respeito do saber nos seus trabalhos publicados e nas suas convicções expostas nos discursos que proferiu oral ou graficamente. Em *Microfísica do poder*, assim ele expôs:

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 2015, p. 8).

Ao falar do poder nas relações sociais pelas inferências imposição, leis/normas, repressão e resistência, Michel Foucault argumenta que os efeitos do poder vão além dessas possibilidades, que se limitam ao estabelecimento de leis e à obediência social a elas, como se fosse ignorável a desobediência civil que parte da resistência de quem não reconhece esse poder nas autoridades que o implicam ou nas formas que eles o impõem aos seus pretensos grupos em subordinação.

Existem os derivados positivos do poder e que trazem bem à coletividade, que é o alvo do poder em suas expressões, e Foucault os elenca na produção de coisas, no prazer humano que não pressupõe apenas a sexualidade, na formação do saber, na elaboração discursiva e na oratória, ambas as exemplificações como contribuintes

do conhecimento e das boas relações das pessoas enquanto grupos sociais e que se organizam institucionalmente, não pela força, mas pelos interesses em comum. Vem ao caso destas anotações a informação de que

Foucault estuda o poder e as relações de poder para explicar o problema do sujeito, analisa as relações de poder por meio de vários confrontos estratégicos e descobre que as relações de poder onipresentes são como capilares. Estendendo e infiltrando todo o campo social como escolas, hospitais, exército e fábricas, jogos estratégicos em que o poder e o sujeito são onipresentes, e a liberdade do sujeito é condição necessária para a existência de relações de poder. Foucault acredita que "o que é poder" e "quem está exercendo o poder" não são importantes, mas a chave é "como o poder funciona". Isso requer a análise de vários "micropoderes" e como eles operam, ao invés de propor estratégias lutas locais nele são da mesma tensão (Gomes, 2023, p. 5).

Para o pensador francês, é inegável que o poder existe em todos os espaços da vida coletiva das pessoas, e as instituições são exemplos imediatos disso, sob a ressalva de que esse poder não se manifesta de indivíduo para indivíduo, pois não é um fenômeno particular, mas social e que não se fixa em quem o exerce, mas tem vida própria nos ajustes de funcionamento, adaptando o seu exercício a circunstâncias e a mudanças de mãos, pois na filosofia foucaultiana não existe alguém como o eterno poder, mas o manejo desse poder por um tempo, de ciclo que se fecha. E ainda:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. [...] A "verdade" está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. "Regime" da verdade. [...] Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento (Foucault, 2015, p. 10, 11).

É importante a observação de que Foucault percebe a aproximação intrínseca entre a verdade e os sistemas de poder, mas não interpreta isso como um fenômeno institucional, isto é, rejeita a verdade como estampa das instituições. Diferente disso, as representações institucionais podem elaborar as próprias verdades e nas áreas de suas conveniências, mas o poder, possuindo vida própria, regula a verdade e, pelas atividades que ele desenvolve socialmente, as instituições.

A verdade, então, se configura como um material moldável, mas o poder não. Alguém pode fazer mau uso dele, através da manipulação, mas não o institucionaliza, a por ele nunca atingir o absoluto, o que forma um universo independente do querer de quem em certo momento usufrui de poder. Para Foucault, a verdade os sistemas de poder não se separam, mas se moldam, sob a ressalva da vida própria do poder.

Por que essa estreita relação entre verdade e poder na visão foucaultiana? Por a verdade pressupor realidade e que que não se oculta, apenas se disfarce, o que a difere do discurso, pois tem como se trabalharem as formações discursivas pelo uso de oratórias, de rebuscamentos linguísticos, de silogismos e de sofismas (Oliveira, 2016)²⁰, mas não é possível se estabelecerem a verdade e o poder sem as legitimidades que cada um dos dois termos exige enquanto fenômenos sociais.

Filosoficamente, “compreender as relações sociais na Contemporaneidade e as formas de manifestação da individualidade e da coletividade perpassa a construção de um conhecimento sobre as relações de poder e, por conseguinte, da noção de verdade” (Vieira; Brito, 2015, p. 73), pressupondo ainda a participação de Foucault neste assunto no conteúdo textual de *Microfísica do poder*, tergiversando sobre o que se entende por verdade no âmbito do poder e das contextualizações sociais.

Mesmo que Foucault entenda que a verdade inexistente sem o poder nos sistemas sociais, pelo menos a verdade que faça parte dos discursos, já que a realidade não se subordina a oratórias, mas a fatos, o pensador francês reconhece em *Metafísica do poder* que nos interesses internos, as pessoas e as instituições intelectualizam os discursos, se movimentando entre hipocrisias e silogismos, se afastando da verdade e ajustando os próprios universos discursivos, cada sujeito em suas relações sociais enfatizando proeminentemente os sistemas de poder.

Tamanha a relevância do pensamento foucaultiano em *Metafísica do poder* que os alunos do Ensino Médio, incluindo-se aqui a EJA, são provocados a refletirem e a opinarem sobre o poder, em uma conceituação geral e rudimentar, e o poder a partir do que dispõem filosoficamente pensadores como Michel Foucault, manejando neste assunto os micropoderes que se distribuem nas instituições sociais e que influenciam pedagogicamente as ciências sociais no Ensino Médio e nas universidades, é a teoria do poder a que se refere Costa e Ramos (2023).

²⁰ Vide OLIVEIRA, Thiago Silva Freitas. O silogismo perfeito em Aristóteles. **Revista Argumentos**. a. 8. n. 16. p. 50-60. Fortaleza, jul./dez./2016.

4.5 Analisando o saber-poder em *Vigiar e punir: nascimento da prisão*

As atenções que Michel Foucault dedicou ao saber-poder se espalham entre boa parte do seu conjunto bibliográfico, como bem demonstra este capítulo textual, e sob a manutenção de uma coerência que caracteriza o seu trabalho, pois ele defende, e não desfaz essa percepção, “a verdade e o poder como elementos constitutivos da realidade social” (Vieira; Brito, 2015, p. 74), abrangendo comportamentos que se distribuem em formações discursivas, em práticas sociais, em regimes de autoridades e normativas, que oprimem e regulam, gerando resistências e submissões.

Se essa mistura de fenômenos sociais faz parte da filosofia foucaultiana, muito bem-vindo a esta reflexão o livro *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, onde Foucault atenta para as mudanças de tratamento no que ele nominou dispositivo carcerário, no intuito de chamar a atenção do mundo do seu tempo para o controle social, a impor um sistema de poder em quaisquer espaços coletivamente sociais. O citado filósofo se debruçou sobre as antíteses que se manifestam nas discussões que motivam essa quádrupla relação, que seja o poder, o saber, a sociedade e o sujeito:

Analisar o investimento político do corpo e a microfísica do poder supõe então que se renuncie — no que se refere ao poder — à oposição violência-ideologia, à metáfora da propriedade, ao modelo do contrato ou ao da conquista; no que se refere ao saber, que se renuncie à oposição do que é “interessado” e do que é “desinteressado”, ao modelo do conhecimento e ao primado do sujeito (Foucault, 2014, p. 31).

Também Michel Foucault se refere essas somatórias de expressões como uma anatomia política, cujas forças das muitas instituições que marcam uma sociedade, e não somente as que representam o Estado, se intensificam nas relações de poder e de saber, reconhecendo-se tanto as particularidades de cada sujeito, no saber, e as caracterizações da coletividade e das instituições, no poder.

Considerando-se sobre Foucault a sua dimensão filosófica a partir das obras de sua autoria, há uma despreocupação da parte dele de defender a história junto aos fatos que a formalizam, até porque em *Vigiar e punir* ele mesmo faz uso da expressão história política, tomando as prisões da França da década de 1970, com as revoltas que aconteceram e com as vozes dos reclusos, como ponto referencial para analisar a história e os acontecimentos com base nas próprias ideias. Sobre esta afirmação,

Vigiar e punir serve de exemplo do que Foucault quer dizer a respeito da sua escrita. É provável que o livro seja parcial, tendencioso, unilateral. Foucault não tem problemas em aceitar isso, contanto que perceba que essa parcialidade não é simplesmente inventada e que está a serviço da interrupção dos mecanismos de vigilância e castigo que essa escrita estuda na sua genealogia, mostrando suas origens e a sua persistente e imperceptível atualidade. Eis a escrita política de Foucault, a verdade política de sua escrita, a dimensão política da sua escrita, que encontra sentido fora dos próprios mecanismos de escrita e do saber (Kohan, 2015, p. 20-21).

O fato é que a verdade política que interessa a Foucault em *Vigiar e punir* não se limita ao corpo gráfico, mas na aceitação das muitas leituras que se fazem sobre o conteúdo disponível, uma vez o pensador não propondo verdade absoluta, é como se cada leitor dessa obra foucaultiana interpretasse o texto pelas próprias ideias, assim formulando verdades individuais.

O livro *Vigiar e punir* se constitui em um material de interpretação do poder nos moldes do autoritarismo, da punição e da subjugação, tanto que Foucault recorre ao termo poder punitivo, assegurando que esse modelo de poder/imposição e repressão também atrai resistências e revoltas, ponto este que se deixa transpor convictamente para outras áreas além da prisional, incluindo-se o universo pedagógico da escola, o que traz a esta anotação o pensamento de Foucault de que as relações sociais, onde quer que elas aconteçam, são relações de poder, onde os personagens nem sempre são os mesmos, mas o poder se mantém.

Mas os contextos sociais se ajustam aos tempos de cada geração humana, em que vão se acomodando nas poéticas do regulamento que as leis e as práticas dos cidadãos e das instituições impõem ao que se chama de cidadania e de civilidade. Os mecanismos de poder, seja em que sentido for, também passam por alterações. Em *Vigiar e punir*, Foucault avança nas reflexões dos métodos punitivos para os métodos educativos, mesmo nos ambientes carcerários. No universo escolar pós-década de 1970, as noções de autoridade e de poder sentiram os novos moldes conceituais:

A ética educacional da relação professor-aluno no sentido tradicional sofreu uma mudança repentina diante da realidade social: a autoridade absoluta dos professores no conhecimento foi severamente desafiada por múltiplos valores e teorias de filiação cultural. [...] Ao lidar com questões educacionais, grupos sociais sob a disciplina de novas posturas, Foucault acredita que isso se dá por meio da manipulação do corpo. A particularidade da relação professor-aluno reside no fato de que os indivíduos, como potências microscópicas, podem derivar conhecimento (Costa; Ramos 2023, p. 10).

Os desafios relacionais que tergiversam com os vocábulos autoridade e subordinação diante da aceitação ou da resistência de que Foucault fala em *Vigiar e punir* e que oferece uma contribuição bem relevante para o ambiente educacional não se restringem aos espaços escolares e aos prisionais, mas às relações sociais como um todo, ainda que esta dissertação se interesse pela ênfase do saber-poder a partir de Michel Foucault, para interpretá-lo no campo formativo da EJA/Ensino Médio.

Aproximar Michel Foucault dos estudos filosóficos do Ensino Médio não é só oportuno, mas também contundente, pois, como frisou Gallo (2015), há uma fartura material que justifica o pensar a escola dos tempos contemporâneos sob diligentes atenções para com a filosofia foucaultiana, mais ainda nas análises sobre o saber e o poder, de onde partem discussões a respeito de autoridade, ciências, conhecimento, discursos, opressão, punição, repressão, resistência e outros morfemas afins.

Mas há na escola, e isso se mantém nas instituições da Contemporaneidade, a zelosa preocupação com a disciplina, que Foucault a enxerga a partir do poder que o corpo humano demonstra por meio das ações, do comportamento e da compostura, de modo ensinado e fabricado. Para isso, ele se apoia no modelo de um soldado, que serve de personalidade para uma síntese da história dessa representação do Estado e da sociedade, que é a corporação policial, mas não somente ela,

Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. [...] O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar a sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (Foucault, 2014, p. 164).

Esse modelo disciplinar se tornou objeto de militarismos nas escolas, por ela refletir a sociedade do tempo em que a disciplina/dominação vigorou, e Foucault foi contemporâneo dessa força disciplinar sobre os alunos e sobre a sociedade. O seu desempenho em *Vigiar e punir* influenciou educadores e intelectuais das mais distintas áreas do conhecimento humano, questionando o saber-poder pela dominação, pela imposição, pela punição e pela repressão, propondo uma educação humanizada.

4.6 O saber-poder foucaultiano no biopoder e na genealogia do poder

Descrever o trabalho bibliográfico de Michel Foucault a partir do saber-poder é explorar por leitura e análise os seus escritos e exposições, um conteúdo que não se esgota, pelo volume textual neste sentido. Além das publicações que fazem parte deste capítulo textual, o filósofo francês trata das relações de poder em *A verdade e as formas jurídicas*, de 1973, chamando a atenção para o binômio saber-poder e apontando questionamentos sobre a verdade, reafirmando a sua refutação ao que filósofos, teólogos e outros intelectuais chamam de verdade absoluta.

De acordo com Alves (2017, p. 20), no livro *A verdade e as formas jurídicas* “Foucault expõe um exemplo que se faz relevante para que possamos compreender o funcionamento das instituições disciplinares no trato com o corpo do indivíduo”, ao intuito de defender que o homem se sujeita ao maquinário do poder, à força das regras que controlam um contexto civilizatório, e que não existe apenas uma instituição que se impõe sobre a sociedade, mas todas as representações sociais de algum modo se deparam com a possibilidade de estabelecer controle, domínio, regra, regulação.

Por esta observação se encaminha o universo foucaultiano do biopoder, termo este que Foucault, na publicação de *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1988, p. 131) se refere à “tarefa de gerir a vida”, a respeito qual se entende, através de quem atentou para as convicções foucaulteanas, que

biopoder refere-se a uma técnica de poder que busca criar um estado de vida em determinada população para produzir corpos economicamente ativos e politicamente dóceis. [...] Biopoder é uma forma de governar a vida. Foi posta em prática no Ocidente a partir do século 17. Divide-se em dois eixos principais: disciplina, o governo dos corpos dos indivíduos; e biopolítica, o governo da população como um todo. [...] Com o biopoder, o poder de morte converteu-se no complemento de um poder que se exerce positivamente sobre a vida, interferindo em sua gestão, na sua majoração e em sua multiplicação. Transformou-se no exercício, sobre a vida, de controles precisos e de regulações de conjunto (Bertolini, 2018, p. 87, 88).

Filosofar sobre o saber-poder já representa uma verificação indiscutível dos mecanismos sociais sobre o homem-sujeito, a fim de regular o seu comportamento na sociedade. O biopoder utopia um controle sobre a vida, tanto que os tempos ocidentais que o precedem fazia isso de forma liberada, decidindo sobre a vida e sobre a morte.

Disciplina e governo se formalizaram no biopoder, de acordo com as regras impostas, respeitando a eminência exercida por quem se encontrasse em autoridade, quando governos administrariam tudo sobre os cidadãos dentro da territorialidade sob os desempenhos governamentais. Verdade e poder compõem dois fenômenos participantes do livro *Microfísica do poder*, no qual Michel Foucault também trata da genealogia do poder, de cujo conteúdo se extrai a interpretação de que

A verdade é apresentada como elemento intimamente ligado às práticas sociais que possibilitam a efetivação de dispositivos disciplinares, ou mesmo, de um regime discursivo. Para Foucault o poder é microfísico e não se restringe somente a um seguimento das estruturas sociais, constituindo-se a partir das diversas práticas sociais onde o poder e a verdade são exercidos. As reflexões apontam para a compreensão do sujeito como elemento constitutivo da realidade social e não apenas como epifenômeno da estrutura e das relações de poder (Vieira; Brito, 2015, p. 73).

Seja na publicação de *Microfísica do poder*, seja no texto de *A verdade e as formas jurídicas*, Michel Foucault relaciona o binômio verdade e poder às relações que as instituições sociais desenvolvem entre si e perante os cidadãos de um específico contexto civilizatório, reconhecendo-se que as relações de poder não anulam o papel do homem-sujeito na exposição da realidade social. Ou seja, o homem-sujeito é um personagem ativo dessas relações e não apenas um acessório do saber-poder.

Para Alves (2017), a questão do poder em Michel Foucault fala de controle, de disciplina, de enfrentamentos e de relações sociais, preservando o espaço do homem-sujeito. No biopoder isso se mantém em significativa intensidade, uma vez que vida e a morte estejam sob os critérios da percepção de poder, além das próprias regulações dos cidadãos no contexto social em que eles vivam. Considere-se que

Retomando a discussão sobre o poder, Foucault elabora duas hipóteses. A primeira de que os mecanismos de poder seriam repressivos, chamada de hipótese de Reich.²¹ A segunda, de que tais mecanismos consistiam em um confronto de forças belicosas, denominada por ele de hipótese de Nietzsche. Há em ambos os casos uma forte relação. A primeira se refere ao direito natural e hereditário do poder, cuja soberania dava-lhe o direito de repressão. A segunda hipótese, por sua vez, suscita a luta contra a opressão, um conflito constante das relações de resistência. Nesse sentido, Foucault traz à tona a noção de que lá onde há poder, também há resistência (Vieira; Brito, 2015, p. 76).

²¹ Vide ALBERTINI, Paulo. **Na psicanálise de Wilhelm Reich**. Tese apresentada ao Curso de Psicologia, pela Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2015. 322 p.

Ambas as hipóteses apresentadas por Foucault servem de materiais reflexivos sobre o biopoder e mais ainda sobre a genealogia do poder, quando este fenômeno se impõe como um instrumento interferente nas formações discursivas, nas relações sociais, nos gerenciamentos institucionais, nas regulações das pessoas que vivem no universo da sociedade civilizada e organizadamente sob governos, leis e regras.

O citado pensador francês ainda lembra que essas ferramentas de organização de uma sociedade atraem movimentos de resistência, até porque dominar pressupõe a imposição e similarmente o acorrentamento, distribuindo os cidadãos em classes e formalizando autoridades, a partir das quais as determinações acontecem. Há quem enxergue nessas distribuições de subordinações um domínio opressor questionável e rejeitável, daí as lutas como forma de resistência a esse modelo de poder.

Do biopoder se trabalha a biopolítica, a qual, com ênfase nos aspectos coletivos do ser humano, se caracterizou desde o século XVIII, no mundo ocidental, por critérios como “controle da proliferação, dos nascimentos, da mortalidade, do nível de saúde, da duração da vida, da longevidade. Tais processos são assumidos mediante uma série de intervenções e controles reguladores (biopolítica da população)” (Bertolini, 2018, p. 88-89), reafirmando as discussões sobre o poder sobre a vida humana.

Dessas descrições da biopolítica partem as explicações do biopoder como uma interferência nas políticas públicas que se relacionam com a vida humana e que fazem as leis para as representatividades sociais desde a família, influenciando os debates, os estudos, as pesquisas e as reflexões dentro dos espaços escolares, em especial, naqueles que contam com alunos em idade e em experiência de vida ao ponto de se envolverem nas discussões e de apresentarem seus pontos de vista, trabalhando-se neste sentido a intelectualidade deles e liberando-lhes oportunidades de exposições do que pensam e de como veem o mundo político e social em que vivem.

Essa liberação de oportunidades expositivas dos alunos, como Costa e Ramos (2023) dissertam, fazem parte das implicações pedagógicas que o campo filosófico oferece aos sistemas educacionais, dentre os quais a EJA/Ensino Médio, e as insistências que há em Foucault sobre o saber-poder e sobre conhecimento, discursos, dominação, homem-sujeito, lutas de classes, relações sociais, entre outros, fornecem oportunos materiais para estudos e reflexões filosóficas, principalmente, por relacionar uma gama de expressões vocabulares ao saber-poder foucaulteano.

4.7 O saber-poder foucaultiano em Filosofia na EJA/Ensino Médio da Unidade Escolar Manoel Ribeiro, em Ipiranga do Piauí/PI

A EJA/Ensino Médio reserva a VI Etapa para a inserção de Filosofia na grade curricular, uma aula/semana, totalizando quarenta aulas no ano letivo, cujo conteúdo planejado apresenta exemplos de filósofos de diferentes épocas, linhas de opinião e lugares, valorizando-se a partir deles assuntos que estejam além das fronteiras do tempo e dos fatos historicamente registrados, incluindo-se neste ponto as relações de poder que transitam nas formações civilizatórias e nas organizações sociais.

Exemplo disso, a Unidade Escolar Manoel Ribeiro, município de Ipiranga do Piauí/PI, sob a gestão da Secretaria de Estado da Educação do Piauí – SEDUC, traz em suas pautas para o currículo de Filosofia informações e interações discursivas a respeito de cidadania, cultura, educação, ética, etnias, política, poder, religião, saber, sociedade, trabalho, entre outras, no intuito de estimular debates e opiniões dos seus educandos, a fim de se formar neles a capacidade crítica de interpretação do mundo e da realidade da qual eles façam parte.

Em se tratando de um alunado que já sofrera interrupções em sua vida escolar e atrasos na formação básica, desequilibrando a relação idade e etapa letiva, não é tão imediato o envolvimento desse público com debates e com exposições de opiniões em sala de aula, ainda que da parte de cada um já exista uma percepção do mundo e uma somatória de pontos de vista nos mais distintos assuntos que se abordem na sala de aula e em outros espaços de convivências coletivas.

Isso não diminui a importância do currículo de Filosofia e nem anula o trabalho docente na motivação para as interações, seja para despertar a criticidade da classe, seja para os olhares sobre a educação libertadora de que fala Pereira (2023), e nesse terreno do ensino-aprendizagem está o saber-poder foucaultiano, reconhecendo nele o homem-sujeito, capaz de adquirir conhecimento e de se expressar discursivamente, e o homem-sociedade, que se envolve com as relações de poder e que se movimenta entre os próprios interesses, os princípios morais e a valorização da verdade como um dos aspectos da cidade e da sociabilidade.

Com a atenção nas realizações pedagógicas da escola contemporânea, não somente para a EJA/Ensino Médio, mas para a formação educacional da Educação Básica como um todo, Gallo (2015) enxerga em Michel Foucault um ponto referencial

alinhado ao mundo moderno e ao pensamento sobre escola, que ressignifica a percepção de autoridade, controle, educação civilizável, formação intelectual e sociopolítica dos alunos.

Na interpretação da escola a partir de Foucault, o homem se expõe como um sujeito possuidor de capacidade para aprender e saber e para conviver com o poder, no papel de autoridade ou de subordinado, sem necessariamente manusear a força e os grilhões, mas recorrendo a recursos da cidadania e da civilidade, percepção esta que se verifica em *Vigiar e punir*. E também vem ao caso a informação de Bergamo e Ternes (2015, p. 57), com base em Michel Foucault, a afirmarem que

A escola, enquanto espaço a partir do qual é possível produzir enunciados e sujeitos, possui a potencialidade de estabelecer novas relações com o saber, a capacidade de intensificar as rupturas e operar a composição de novas áreas de subjetivação, diferentes daquelas que funcionam a partir de estratégias de disciplinarização, controle e da biopolítica. Essa abertura constitui-se por meio da produção de novas experiências entendidas como alguma coisa da qual se sai transformado.

No ponto de vista do citado pensador francês, a escola de fato transforma, ainda que às vezes de forma agressiva e transgressora, mas proporciona os meios de posicionamento crítico diante da realidade que circunda o homem, fazendo com que ele se torne autônomo e independente, respeitando as regras éticas da vida em sociedade, mas se manifestando pelas convicções que adquiriu nas experiências de vida, nas formações discursivas e no manejo do conhecimento e do saber.

Todos esses explicativos compõem as aulas de Filosofia na EJA/Ensino Médio, seja pela própria programação dos conteúdos, seja pelas abordagens do professor junto aos alunos dessa modalidade educacional, ainda que da parte de alguns haja resistências e comedimentos dialógicos, e o despertar para a criticidade se torna o mais insistente desafio na formação do público-alvo da EJA, a exemplo da Unidade Escolar Manoel Ribeiro, em Ipiranga do Piauí/PI.

Comedimentos não pressupõem incapacidade de manifestações e de visão de mundo, e quem já se encontra na faixa etária da maioridade traz experiências de vida que servem de materialidade para as próprias convicções perante o mundo real, e a escola faz parte dessa realidade, a partir da qual se exploram diferentes abordagens temáticas, daí a inserção de Filosofia e, por ela, dos trabalhos de Michel Foucault.

4.8 Sequência de ações ao manejo dos trabalhos filosóficos de Michel Foucault

Os tópicos anteriores deste capítulo dissertativo reafirmaram as atenções desta pesquisa sobre os trabalhos foucaultianos em relação ao saber-poder. Esta sequência didática propõe uma soma de atividades interativo-reflexivas sobre as publicações de Michel Foucault a partir do saber-poder, mas também considerando outros termos que instigam pesquisas e envolvimento analíticos correspondentes à sua filosofia, e que as atividades se realizem em pelo menos dez aulas, sob as seguintes distribuições:

1ª aula: uma disposição textual que se refira à biografia de Michel Foucault, à ênfase das informações pessoais e dos seus primeiros tratos filosóficos.

2ª aula: distribuição de textos explicativos do saber-poder foucaultiano, com as referências de obras de Foucault que trabalhem o assunto.

3ª aula: exploração analítico-reflexiva da publicação de *A arqueologia do saber*, trabalhando-se por ela as formações discursivas.

4ª aula: atividade interpretativa de *A ordem do discurso*, enfatizando-se o procedimento da interdição.

5ª organização de uma pesquisa que sintetize a obra *Natureza Humana. Justiça vs. Poder: o debate entre Chomsky e Foucault*.

6ª aula: análise interativa sobre os micropoderes por Michel Foucault em *Microfísica do poder*.

7ª aula: atividade coletiva em relação ao saber-poder, com base em *Vigiar e punir: nascimento da prisão*.

8ª aula: exercício de pesquisa sobre o saber-poder foucaultiano no biopoder e na genealogia do poder.

9ª e 10ª aulas: contextualização do saber-poder foucaultiano em Filosofia na EJA/Ensino Médio da Unidade Escolar Manoel Ribeiro, em Ipiranga do Piauí/PI.

Os materiais de trabalho para as atividades elencadas são as obras de Michel Foucault e citações de outros autores a respeito deste pensador francês, a fim de que os alunos tergiversem com diferentes pontos de vista, se possível, até discordantes em relação à filosofia foucaultiana. Que as principais ambições das sobreescritas atividades sejam a aprendizagem e a aproximação dos alunos em que se trate da filosofia de Michel Foucault, não para concordar, forçosamente, com ele, mas para a reafirmação do conhecimento sobre um grande pensador do mundo contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O saber-poder nos trabalhos filosóficos de Michel Foucault se configura como uma abertura para reflexões que transitam na vida do homem enquanto sujeito dotado de capacidade individual para o conhecimento e enquanto parte de contextos sociais que exercitam as relações de poder, movimentando-se os conceitos de autoridade, de cidadania, de civilidade, de organizações institucionais e de sociedade.

No decorrer redacional desta Dissertação de Mestrado, houve uma diligente atenção para a reafirmação de que a humanidade se organizou desde a Pré-História em noções de hierarquia e em distribuições rudimentares dos papéis de cada pessoa em seus espaços coletivos, visando-se o bem comum, cujas organização foram se formalizando historicamente nos mais distintos contextos civilizatórios, o que facilita a compreensão do mundo contemporâneo com as muitas interpretações que tem sobre homem-sujeito intelectual, organizações sociais e relações de poder.

O pensador francês Michel Foucault explorou com insistente empenho pautas que se envolvem com o saber-poder, teorizando-as nas dimensões arqueológica, ética e genealógica, distribuindo-as em publicações que eternizaram os seus pontos de vista, dentre os quais esta Dissertação trabalhou com mais especificidade a obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão*.

Os capítulos textuais, ao modo investigativo e redacional que os expressa, reafirmaram o objetivo geral de investigar o pensamento de Michel Foucault sobre o saber-poder, canalizando a sua filosofia para o universo pedagógico da EJA/Ensino Médio, sendo que nesta modalidade de ensino se observou a Unidade Escolar Manoel Ribeiro, em Ipiranga do Piauí/PI, ambicionando-se a formação crítica e intelectual do público-alvo da EJA.

Afirme-se neste texto que Michel Foucault analisou o passado da humanidade e as ciências que buscaram melhores explicações para o homem-sujeito individual e para o homem-sociedade, mas a sua interpretação do mundo contemporâneo foi o que lhe destacou enquanto filósofo e enquanto educador, pois a sua visão moderna de educação, de relações de poder e de sociedade fez dele um pensador ouvido, lido e seguido para diversos acadêmicos posteriores a ele e no mundo todo.

É de grande relevância que a Educação Básica explore com mais volumes de trabalho as convicções foucaultianas em relação ao saber-poder e, a partir dele, às

discussões que despertem nos públicos-alvo da escola a autonomia perceptiva do mundo à sua volta, à intelectualidade manifestável dialogicamente, às formações discursivas, ao reconhecimento do poder como uma das marcas das instituições sociais e dos seus personagens e a outras abordagens alinháveis ao homem-sujeito individual e ao homem-parte de um contexto social.

A escola não tem a obrigação de partidarizar as opiniões dos seus alunos, mas ela pode se constituir como uma instituição libertadora, como defendia Foucault, visto que o conhecimento e o saber se caracterizam como fenômenos adquiríveis e que se impõem na capacidade racional do ser humano, a partir do qual ele percebe o poder e as suas expressões em quem o possui e o exercita, sendo este transitório e mutável no que se fale em personalidades com ele à mão.

Foram estas as atenções que construíram a redação desta Dissertação, que se manteve coerente com a temática saber e poder no ensino de Filosofia na EJA: uma perspectiva foucaultiana, cujo texto final serve de literatura para mais pesquisas e debates acadêmicos tanto sobre o próprio pensador francês como em se tratando dos assuntos que orbitem a expressão saber-poder.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Damiana Bezerra. **Corpo, disciplina e resistência em Michel Foucault**. 2017. 92 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2017.
- AQUINO, Julio Groppa. Dos usos de *Vigiar e Punir* na pesquisa educacional brasileira. In: CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Sílvio (Orgs.). **Repensar a educação: 40 anos de vigiar e punir**. Coleção Contextos da Ciência. p. 137-171. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.
- ARAÚJO, Gabriel Teixeira de *et al.* Panoptismo: vigilância cotidiana. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**. a. 8. ed. esp. p. 28-38. Juiz de Fora, dez./2016.
- AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Revista Filogenese**. v. 6. n. 2. Marília: UNESP, 2013, p. 148
- BARBOSA, Lucas Alves. A materialidade do poder em Marx: sobre a dialética da liberdade no capital. **Cadernos Cemarx**. v. 15. ed. esp. p. 1-26. Campinas, 2022.
- BARBOSA, Lucas Alves. **O poder em Marx: radicalização da política**. 2017. 92 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. São Paulo, 2017.
- BERGAMO, Thelma Maria de Moura Bergamo; TERNES, José. Foucault e a modernidade: exigências para a educação. **Revista Inter-Ação**. v. 40. n. 1. p. 53-65. Goiânia, jan./abr./2015.
- BERTOLINI, Jeferson. O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. **Revista SABERES**. v. 18. n. 3. p. 86-100. Natal, dez./2018.
- BITTENCOURT, Vinícius Domeniconi. O debate entre Noam Chomsky e Michel Foucault. **Relatório Final de Atividades PIBIC/CNPQ**. Campinas: Unicamp, 2018.
- BORDIN, Tamara Maria. O saber e o poder: a contribuição de Michel Foucault. **Revista Saberes**, Natal, v. 1. n. 10. p. 225-235, nov./2014.
- BOSCHETTI, Anderssieli Irion. **O saber e o poder na História da Loucura de Michel Foucault**. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Toledo, 2017.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. ed. rev. atual. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2023.
- BRUTSCHER, Volmir José. **Discursos da educação popular contemporânea: encontros com Michel Foucault e Paulo Freire**. 2017. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2017.

CARMO, Maria Virgínia Freire dos Santos. “Lá onde há poder há resistência”: governamentalidade e resistência na escola a partir de uma perspectiva foucaultiana. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**. v. 17. n. 27. p. 347-361. Belo Horizonte, 2021.

CARVALHO, Flávio José de. O ensino de filosofia entre Foucault e Deleuze: por uma pedagogia do conceito como proposta de resistência. **Arquivos do III Congresso Latino-Americano de Filosofia da Educação**, Cidade do México, p. 1-12, 2015.

CHOMSKY, Noam. **A relevância do anarcossindicalismo**. 2014. Disponível em https://anarkio.net/wp-content/uploads/2020/04/anarcosindical_chomsky.pdf. Acesso em 19 nov. 2024.

COELHO JÚNIOR, Alcides de Sousa; MENDES, Luís Roberto Sousa. O homem pós-moderno e a metodologia de Foucault. **Revista da UNESP**. v. 5. n. 14. São Paulo, 2001.

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da; RAMOS, Rosangela Patriota. A teoria do poder do saber de Foucault e suas implicações pedagógicas. **Arquivos do IX Congresso Nacional de Educação – CONEDU**. p. 1-14. João Pessoa, 2023.

COSTA, Otávio Barduzzi Rodrigues da. Michel Foucault sobre a educação: uma preliminar visão geral teórica. **Revista Foco**. v.17. n.3. p. 1-20. Curitiba, 2024.

DIAS NETA, Anísia Gonçalves. quem somos exatamente nesse momento da história? **Revista Ideação**. n. 33. p. 231-254. Feira de Santana, jan./jun./2016.

DANNER, Fernando. Foucault e a crítica da modernidade política liberal. **Synesis**, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 24-48, ago./dez. 2019.

DANNER, Fernando. A Genealogia do Poder em Michel Foucault. **Arquivos da IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS**, Porto Alegre, 2009.

FERREIRA NETO, João Leite. A Analítica da Subjetivação em Michel Foucault. **Revista Polis e Psique**, Belo Horizonte, v. 7, n. 3, p. 7-25, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. 13. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. O poder e a política de Michel Foucault (Entrevista a Peter Maas e David Brock). Tradução de Andre Degenszajn. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 12, mai-jun, p. 93-107.

FOUCAULT, Michel **Natureza Humana**. Justiça vs. Poder: o debate entre Chomsky e Foucault. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

GALLO, Sílvio. Pensar a escola com Foucault: além da sombra da vigilância. In. GALLO, Sílvio (Org.). **Repensar a educação**: 40 anos de vigiar e punir. Coleção Contextos da Ciência. p. 427-450. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

GIMBO, Fernando Sepe. Da ordem do discurso ao discurso da ordem: da relação entre saber e poder em Foucault. **Revista Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 7. n. 12. p. 132-154. jan./jun./2016.

GOMES, Daniel Loureiro; LEITE, Marília Fernanda Pereira. Resenha de “A Arqueologia do Saber: um roteiro de leitura”. **Revista Moara**, Belém, v. 1. n. 57. p. 273-280. ago./dez./2020.

GOMES, Roger Marcelo Martins. *A arqueologia do saber*: uma proposta metodológica para a análise do discurso em História. **Revista Interfaces Científicas, Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 6. n. 3. p. 19-26. fev./2018.

GONÇALVES, Danilo Rosa. **Nietzsche, Foucault e o cuidado de si**: as práticas ascéticas e o desenvolvimento de um tipo de ser humano capaz de criar novos valores. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Pelotas, 2022.

GREGOLIN, Maria do Rosário. A História da loucura de Michel Foucault: um livro seminal no vórtice infinito de leituras. **Revista Cadernos Discursivos**. ed. esp. Catalão, p. 5-24. 2022.

HENNING, Paula Corrêa; FERRARO, José Luís. A relação escola-estado: provocações de Nietzsche e Foucault para pensarmos nossa atualidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38. p. 1-11. 2022.

HORDECTE, Israel. Vontade de verdade como exercício de poder: entre Nietzsche e Foucault. **Revista Kínesis**, Curitiba, v. 12. n. 33. p. 109-123. dez./2020.

HUS, Domenico Uhng. Poder e potência em Deleuze: forças e resistência. **Revista Mnemosine**, Rio de Janeiro, v.12, n. 1, p. 210-232, 2016.

KETZER, Estevan. O método de Michel Foucault e a linguagem da psicanálise. **Revista Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, n. 32. p. 1-15. 2020.

KOHAN, Omar Walter. Vigiar e punir: 40 anos de uma experiência de filosofia. In. CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Sílvio (Org.). **Repensar a educação: 40 anos de vigiar e punir.** (Coleção Contextos da Ciência). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015, p. 17-38

LANG, Camila Scheifler. **Ética na psicanálise: Freud, Lacan & Foucault.** 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2016.

MAAS, Peter; BROCK, David. O poder e a política de Michel Foucault. Trad. Andre Degenszajn. **Revista Ecpolítica**, São Paulo, n. 12. p. 93-107, maio/ago./2015.

MORAIS, Hugo Arruda de. Michel Foucault e o discurso: as implicações teórico-metodológicas da Análise do Discurso a partir das perspectivas da Arqueologia do Saber e da Genealogia do Poder. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 6. n. 2. p. 183-196. 2017.

MOSTAFA, Solange Puntel; SABBAG, Deise. A relação saber-poder na organização e representação do conhecimento. **Revista Scire**, Aquidabã, v. 22. n. 1. p. 15-24, jan./jun./2016.

MOTA, Cristiane Bevilaqua. Considerações sobre o estruturalismo. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, n. 14. p. 112-120, 2022.

NÓBREGA, Rafaela; NEGRIS, Adriano. Michel Foucault: as formações históricas. **Revista Ensaios Filosóficos**, Rio de Janeiro, v. 17. p. 1-6. jul./2018.

OLIVEIRA, Rosângela Labre de. **Um diálogo com Freire e Foucault sobre poder e saber.** 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/Goiás. Goiânia, 2017. 130 p.

OLIVEIRA, Thiago Silva Freitas. O silogismo perfeito em Aristóteles. **Revista Argumentos**, Fortaleza, a. 8. n. 16. p. 50-60. jul./dez./2016.

PASSETTI, Edson; POUGY, Eliana Gomes Pereira. Metamorfoses da indisciplina escolar. In. CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Sílvio (Org.). **Repensar a educação: 40 anos de vigiar e punir.** Coleção Contextos da Ciência. p. 241-283. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

PEREIRA, Pedro Bruno Lima. Entre o saber e o poder: contribuições teóricas a uma educação libertadora. **Caderno Marista de Educação**, Porto Alegre, v. 14. n. 1. p. 1-11. jan./dez./2023.

PINHO, Luiz Celso. A presença de Nietzsche na obra de Foucault: mais do que uma afinidade filosófica. **Revista Princípios**, Natal, v. 16. n. 26, p. 167. jul./dez./2009, p.

PIZA, Suze et al. (Org.). **O caminho do afeto ao discurso: roteiros de aula de filosofia para o ensino médio.** Campinas: Espelho D'Água, 2017, p. 49-59.

RAGUSA, Pedro. A Arqueologia do Saber de Michel Foucault: entre a descrição estrutural e a análise epistemológica. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, Ponta Grossa, v. 13. n. 27. p. 167-187, jul./dez./2021.

RIBAS, Thiago Fortes. O Nietzsche de Foucault, o Foucault de Nietzsche. **Revista Estudos Nietzsche**, Curitiba, v. 5. n. 1. p. 52-77. jan./jun./2014.

RODRIGUES, Vânia Cristina da Silva. Nietzsche e Foucault: aproximações e distanciamentos entre as noções de vontade de potência e poder. **Revista Cadernos Cajuína**, Teresina, v. 6. n. 1. p. 288-300, 2021.

ROLLA, Giovanni. **Epistemologia**: uma introdução elementar [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora FI, 2018.

ROSEIRO, Steferson Zanon; CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e as telas-escolas: entre disciplina e ilegalismos. **Revista Fórum Linguístico**, Florianópolis, v.19, n. 3, p. 8391-8401, jul./set./2022.

SANTANA SOBRINHO, Antônio. **Elementos da teoria de poder em Michel Foucault**. Iguatu: Quipá Editora, 2021.

SANTOS, Ana Paula da Silva; ESTEVAM, Humberto Marcondes; MARQUES, Welisson. Espólios de Michel Foucault para a Análise do Discurso. **Research, Society and Development**, Santa Maria, v. 9. n. 10. p. 1-15, 2020.

SANTOS, Rômulo Ballestê Marques dos; PORTUGAL, Francisco Teixeira. O panóptico e a economia visual moderna: do Panoptismo ao paradigma. **Revista Psicologia Política**, Florianópolis, v. 19. n. 44. p. 34-49. jan./abr./2019.

SIMONS, Maarten; MASSCHELEIN, Jan. Das escolas a ambientes de aprendizagem: o lado negro de ser excepcional. In: CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Sílvio (org.). **Repensar a educação**: 40 anos de vigiar e punir. (Coleção Contextos da Ciência). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015, p. 319-358.

SILVA, Adelmo José da. Poder político e poder de justiça em Michel Foucault. **Astrolábio – Revista Internacional de Filosofia**. n. 20. p. 25-34. Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Duciélma Rocha da. Biopoder na concepção de Michel Foucault: o poder do Estado no controle da sociedade. **Revista PERIAGOGE UCB**, Brasília, v. 1. n. 1. p. 27-39. 2018.

SILVA, Rogério Augusto Reis. **O conceito de poder em Nietzsche**: o fundamento psico-sociológico da busca e o exercício do poder – a vontade de potência. Artigo apresentado ao Curso de Filosofia, pelo Centro Universitário Newton Paiva. Belo Horizonte, 2020. 13 p.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. Fundamentos teóricos e práticos da pesquisa bibliográfica. **Revista FUCAMP**, Uberlândia, p. 7-25. 2022.

SPINIELI, André Luiz Pereira. O conceito de dialética na filosofia hegeliana: a síntese dos opostos e a busca pela liberdade. *In: IV Congresso Interdisciplinar de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão Universitária do Centro Universitário Metodista Isabela Hendrix. Anais...* Franca, p. 317-332. abr./2019.

STIVAL, Monica Loyola. Governo e Poder em Foucault. **Revista Trans/Form/Ação**, Marília, v. 39. n. 4. p.107-126. out./dez./2016.

TIERNO, Patrício. Teoria política clássica: ramificações de Grécia e Roma. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 107, p. 15-29, 2019.

TOSCANO, Stéfano Gonçalves Regis; SILVA, Danilo José Viana da. A questão do conhecimento e da verdade em Michel Foucault: uma leitura a partir do perspectivismo. **Revista Ágora Filosófica**. Recife, v. 15, n. 1. p. 195-213. jan./jun./2015.

VALEIRÃO, Kelin. **Marx e Foucault: ideologia como dispositivo biopolítico**. 2014. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Pelotas, 2014.

VIEIRA, Demóstenes Dantas; BRITO, Luan Talles de Araújo. Verdade e poder em Michel Foucault: um projeto genealógico. **Trilhas Filosóficas – Revista Acadêmica de Filosofia**. Caicó-RN, v. 8, n. 2, p. 73-82, jul./dez./2015.

WEIZENMANN, Mateus. **Foucault: sujeito, poder e saber**. Pelotas: NEPFil, 2013.